

IDEA

REVISTA



AS INTERRELAÇÕES ENTRE DESIGN GRÁFICO E HISTÓRIA NA REVISTA *ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA*: POSSIBILIDADES DE PESQUISA

THE INTERRELATIONS BETWEEN GRAPHIC DESIGN AND HISTORY ON THE *ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA* MAGAZINE: RESEARCH POSSIBILITIES

Márlon de Oliveira Borges Carneiro¹

Resumo: A partir do estudo do projeto gráfico da revista *Ilustração Brasileira*, publicação editada pela Sociedade Anônima "O Malho" na primeira metade do século XX, pretendo abordar o diálogo entres os campos da história e do design gráfico brasileiros, mediados pelas relações mais amplas do uso da imagem no campo historiográfico. A pesquisa, particularmente, visa abordar os elementos visuais da revista, entendidos aqui desde símbolos usados, tipografia escolhida, uso de fotografias, técnicas de impressão, diagramação de texto e imagens etc, como um conjunto gráfico que expressa intenções e preocupações de sujeitos e do momento em que foi produzido, de modo que, para além de comunicarem, indicam um conjunto maior de relações sociais.

Palavras-chave: revista *Ilustração Brasileira*; design gráfico; história; modernidade.

Abstract: Based on the study of the *Ilustração Brasileira* magazine's graphic project, publication edited by the Anonymous Society "O Malho" in the first half of the twentieth century, I intend to approach the dialogue between the fields of history and graphic Design in Brazil, which are mediated by wider relations from the use of the image in the historiography. The research, in particular, aims to address the visual elements of the magazine, such as symbols, typography chosen, use of photos, printing techniques, layout of text and images etc, as a whole graph that expresses intentions and concerns of individuals and time of its publishing, so that, in addition to communicating, it also indicates a larger set of social relations.

Key words: *Ilustração Brasileira* magazine; graphic design; history; modernity.

1. Introdução

O Brasil na primeira metade do século XX é marcado por uma série de transformações que fundam, dentre outras coisas, uma urgência pela modernização do país.

¹ Graduado em História pela Universidade Federal de Uberlândia e graduando em Design Gráfico pela ESAMC-Uberlândia/MG. Este artigo foi adaptado da monografia defendida no curso de História em 2010, resultado do projeto "Documentos para ler e ver: a coleção da revista *Ilustração Brasileira* no Centro de Documentação e Pesquisa em História da UFU", financiado pela Fapemig e orientado pela Prof.^a Dr.^a Luciene Lehmkuhl.

Modernização que foi proposta de múltiplas maneiras, uma vez que, se pensarmos no amplo crescimento urbano que congregou não apenas mais indivíduos em um menor espaço, comparado com o campo, mas também fomentou diferentes concepções de sociedade.

Nessa conjuntura, as cidades possuem cada vez maior proeminência tanto economicamente, com a crescente industrialização, como no plano político e cultural, ao mesmo tempo em que novos personagens ganham traços nítidos e irrompem tanto no âmbito da contestação, como o fizeram inúmeros trabalhadores em 1917 com a Greve Geral, por exemplo, quanto no nível cultural, como os intelectuais e artistas modernistas de 1922. Com a dita “Revolução de 30” e posteriormente com o Estado Novo varguista outras correlações de forças se impõem. Interpretações históricas posteriores caracterizam esse momento colocando de um lado a figura do presidente imponente e centralizador, do outro a massa que necessitava de tutela. Porém, sem apelar a reducionismos, esse período também contou com a emergência de outros segmentos sociais como os intelectuais que compuseram um papel importante junto à noção de tutela estatal (GOMES, 1998, p. 489-558).

Foram momentos marcados por tensões, onde disputas, não só entre pessoas, mas entre projetos de sociedade se firmaram. No período compreendido pela República, os ideais nacionalistas corresponderam aos projetos de diversos grupos sociais que, marcados pela modernidade, adquiriram novas características. Na perspectiva da esfera intelectual, a modernização do país também correspondeu ao surgimento de um público leitor regular, inserido no crescimento da indústria editorial e na criação das universidades posteriormente, além de instituições que deram nova direção à produção cultural do Brasil. Acentua-se, portanto, o caráter urbano industrial da sociedade que passa a conviver com constantes inovações. As novas técnicas transformaram o trabalho, o lazer, os comportamento e hábitos, as sensibilidades, enfim, afetaram os vários níveis da experiência social.

Com o Estado Novo, o símbolo do Brasil unido sob a força de um poder centralizado e genuinamente “popular”, trouxe novas questões ao processo de modernização do país, pondo em xeque, em certos pontos de maneira profunda, o espelho europeu tomado como fonte a ser mimetizada, característico de momentos anteriores. Porém, mantém de certa maneira a tensão entre o moderno, traduzido, por exemplo, nas grandes obras públicas e na necessidade de inserção do país na onda de progresso, e o

tradicional, com a afirmação constante do ideal de Nação, com base em um passado colonial resultado da miscigenação de índios, negros e brancos.

A entrada no século XX caracteriza o Brasil pela busca às premissas da modernidade que irrompia e, em tal processo, a imprensa se destaca como lugar onde essa busca se torna mais evidente. Novas técnicas tipográficas, os avanços na ilustração, a velocidade da reprodução de imagens e textos foram fatores que possibilitaram à imprensa, de modo geral, adequar-se à lógica mercadológica capitalista como um segmento lucrativo, ao mesmo tempo em que se tornou uma divulgadora de propostas de modernidade.

Neste momento destacam-se as revistas ilustradas, já consagradas na Europa. Esse segmento da imprensa conseguia reunir texto e imagem, favorecendo uma leitura dinâmica e sucinta que atendia às novas condições da vida urbana e ao mercado - fator que impulsionou a publicidade e propaganda, com uso da ilustração, o que possibilitava um maior alcance de público, considerando o processo de transmissão de mensagens.

As revistas ilustradas igualmente possibilitaram a transmissão da imagem de um novo Brasil, relacionada às novas técnicas de produção e reprodução gráfica, comportavam o caráter inovador e, simultaneamente em alguns casos, também em defesa de tradições. As publicações de modo geral indicam conflitos do período em que se situam, assim como são portadoras de significados construídos por múltiplas gerações.

2. Desenvolvimento

Meu envolvimento com tal temática se deu a partir de um convite da professora Luciene Lehmkuhl para participar de um grupo de estudo sobre a revista *Ilustração Brasileira*², que reúne diferentes pesquisadores com interesses diversos sobre a revista. Como importante referência nesse sentido, há o trabalho de Geanne Paula de Oliveira Silva, graduada em História pela Universidade Federal de Uberlândia, cuja pesquisa de monografia se debruçou sobre a propaganda política varguista veiculada na revista *Ilustração Brasileira* (SILVA, 2008). Sua pesquisa é uma das pioneiras sobre o periódico, ainda pouco usado pela bibliografia específica sobre o tema. Com o desenrolar das

² A grafia do nome da revista possui dois eles (LL) até 1941. Com uma reforma ortográfica na língua portuguesa, buscando a simplificação, passa a se escrever “Ilustração” com apenas um éle (L). Neste trabalho, para evitar confusão ao leitor, evitei o uso das duas grafias.

discussões no grupo, outros projetos foram sendo construídos voltados a temas como as obras de artes veiculadas na revista, ou às relações da revista com o movimento modernista, ou ainda, os usos das cores em suas páginas e possíveis sentidos evocados. As diversas abordagens expressam a amplitude com a qual a historiografia tem se deparado recentemente, porém têm sido profícuos os diálogos com diferentes áreas, uma vez que o documento analisado também é múltiplo.

A coleção da revista *Ilustração Brasileira* que se encontra no CDHIS compreende o período de maio de 1935 a janeiro de 1944, sendo parte da terceira fase de publicação do periódico (as três fases abarcam os seguintes períodos: 1909-1915; 1920-1930; 1935-1958). O estudo aqui apresentado resulta de pesquisas integradas ao projeto “Documentos para ler e ver: a coleção da revista *Ilustração Brasileira* no acervo do CDHIS” aprovado em Edital Universal, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais - Fapemig/2009. No âmbito deste projeto foram contemplados o estudo do projeto gráfico da revista, bem como a conservação preventiva e restauro da coleção no acervo do Centro de Documentação.

Editada pela Sociedade Anônima “O Malho”, *Ilustração Brasileira* é composta de crônicas, poesias, contos, abundantes fotografias e ilustrações, com uma tendência mais refinada e artística (a ver, por exemplo, na publicação de reproduções de obras de artes). A revista insere-se na nova dinâmica proposta pelas publicações ilustradas, combinando técnicas de excelente qualidade para o período e conteúdo variado. Foi fundada por Luiz Bartolomeu de Souza e Silva e Antonio Azeredo, editores da Sociedade Anônima “O Malho”, responsável por outras publicações e, ao longo de suas edições, a família Souza e Silva parece se revezar no comando da editora, como é indicado na própria revista.



Figura 4 - Capas. *Ilustração Brasileira*, 1937.

Seu “(...) conteúdo versava sobre artes, letras, doutrinação política e religiosa, exaltação a personalidades da história brasileira, questões econômicas, críticas literárias e de arte, comportamento, moda, festas e recepções da alta sociedade, e outros.” (SILVA, 2008, p.12). Essa multiplicidade de temas associa-se ao posicionamento que a revista se propõe, característico a outras publicações do tipo: “Sendo um órgão de difusão cultural e o espelho de nosso momento literário, a ‘Ilustração Brasileira’ não tem partidarismos de escolas nem impõe restrições aos seus colaboradores, dando lhes ampla liberdade, que se estende ainda ao uso da forma de graphar que mais lhes agrade.”³

A liberdade apregoada pela *Ilustração Brasileira* indica um atributo dos seus colaboradores, escritores ligados à Academia Brasileira de Letras e ao IHGB, que dentro da lógica de mercado, escreviam sobre diversos assuntos e em diversas maneiras como o inquérito literário, a reportagem, a crônica, etc. Tal amplitude de conteúdo possibilita diversas pesquisas em igualmente múltiplas abordagens. Proponho estudar a revista, porém, a partir de seu projeto gráfico, isto é, sua materialidade, buscando na forma como as imagens são organizadas, nas técnicas utilizadas na produção, nos símbolos gráficos, na ilustração, no uso da fotografia e do papel, entre outros aspectos, os diálogos possíveis com as preocupações e desejos inscritos. Não se trata de mera descrição da composição gráfica, mas de entendê-la como uma representação complexa de diversos elementos que pontuam a dupla via da técnica e das subjetividades envolvidas na produção e recepção das mensagens.

Para realizar meu estudo busco auxílio de um campo do conhecimento que faz parte também de minha formação profissional e acadêmica, por isso em grande parte meu interesse nessa abordagem: o Design Gráfico. Tal área, em linhas gerais, constitui-se como o esforço criativo relacionado à elaboração, configuração e especificação de um projeto visual e, segundo o autor Richard Hollis, três funções sobressaem-se ao Design: identificar, isto é, dizer o que é determinada coisa; informar e instruir, no sentido de explicar e transmitir uma mensagem; e finalmente, apresentar e promover que se refere à maneira de tornar a mensagem particular de modo a chamar atenção de quem entra em contato com o objeto (HOLLIS, 2000, p. 4).

Pretendo, ao estabelecer, a partir da História, diálogo com os campos do Design Gráfico e das artes gráficas, abordar a revista *Ilustração Brasileira* como objeto composto

³ *Ilustração Brasileira*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 1, maio 1935. Observo que, ao longo deste texto, mantenho a grafia original do periódico em todas as citações diretas.

por determinada historicidade, tanto material quanto simbolicamente. Na tentativa de desvelar tal historicidade por meio do Design é possível, a meu ver, compreender quais significações estão imbricadas na produção da revista e, principalmente, quais mensagens desejavam-se transmitir e como isso era materializado. Como nos diz Rafael Cardoso “(...) o enfoque mais preciso da história do Design sempre acaba recaindo sobre os objetos em si - aquilo que podemos chamar de “cultura material” -, os quais codificam em sua estrutura e aparência uma série de informações complexas sobre sociedade, tecnologia e criação individual que precisam ser decodificadas pelo trabalho de investigação histórica.” (DENIS, 2005, p.15).

O interesse pelo diálogo com uma área ainda pouco explorada, particularmente no Brasil como é o Design Gráfico, é também desdobramento da abertura sofrida pelo campo historiográfico, principalmente a partir dos anos 1980 como nos diz Carl Schorske. Tal autor comenta como a historiografia passa por um processo de *glasnost*, em referência à abertura política russa, no qual ela constrói novas fronteiras com outras disciplinas, ampliando sua atuação a qualquer fenômeno da experiência humana e, por isso mesmo, por tal expansão, a necessidade dos encontros com outras áreas. A particularidade desse recente posicionamento, segundo Schorske, é a liberdade de tais escolhas que, ao contrário de momentos anteriores, estavam submetidas a outras instâncias, fosse o Estado, a religião, a política, etc. É um ato de “tecer”, no qual o historiador busca relações sincrônicas e diacrônicas, com o cuidado para que a euforia causada pela multiplicidade de perspectivas não prejudique o importante compromisso do historiador em registrar a mudança, além das continuidades (SCHORSKE, 2000, p. 241-255).

Caracteriza-se, portanto, uma relação com o documento que o entende em si. Partilho das colocações de Le Goff, quando comenta:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite a memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 1985, p. 102).

Essa colocação está inserida na discussão acerca do conceito de documento/monumento, importante para o estudo da revista, assim como qualquer outro documento, tendo em vista a necessidade de entendê-la não como um reflexo da sociedade, mas como uma materialidade que evoca e é resultado, como pontua o autor, de um esforço dessa mesma sociedade de impor ao futuro uma imagem de si própria. Como monumento o documento está relacionado à memória coletiva e, por ser uma construção, é uma “roupagem” que precisa ser desmontada e submetida à análise das suas condições de produção (LE GOFF, 1985, p. 95-106). Foucault já havia comentado, e é citado por Le Goff, como essa atual transformação da ideia de documento para a historiografia exige “uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjunto” (FOUCAULT, 2004, p.8), em processo semelhante à análise descritiva do monumento realizada pela arqueologia.

Para a análise dos elementos gráficos busco compreender a revista como um todo, entrelaçando aspectos técnicos com seu conteúdo, e mais especificamente, a forma com a qual o conteúdo é apresentado, sinalizando alguns recursos gráficos que a particularizam, assim como identificando certas regularidades e ressaltando a historicidade de tais elementos. Evidencia-se, a meu ver, a importância da parceria entre os campos da História e do Design. No Design, assim como em outros campos do conhecimento, são diversificadas as possibilidades de pesquisa, porém, como se trata da análise do projeto gráfico, minhas preocupações se debruçam, por um lado, sobre a linguagem visual e técnicas de produção do objeto, centradas na materialidade física da revista e, por outro, na busca por informações que ultrapassem sua materialidade, ou seja, investigar sentidos veiculados, conhecer sua circulação e sujeitos envolvidos.

Pensar o projeto gráfico como possível abordagem para análise de uma fonte historiográfica remete, invariavelmente, à reflexão sobre história e imagem, relação nem sempre valorizada pela historiografia. Nessa direção, Paulo Knauss identifica diferentes pontos de vista sobre essa questão que suscitam de modo geral a complexidade e a relevância do tema na atualidade.

A relação entre escrita e imagem quando pensadas no âmbito da historiografia não é dicotômica, ou seja, a escrita, quando fixada como meio de expressão pelas

sociedades, não substituiu a imagem. Ambas convivem juntas e admitir essa integração é vantajoso na busca por sua compreensão:

(...) desprezar as imagens como fontes da História pode conduzir a deixar de lado não apenas um registro abundante, e mais antigo do que a escrita, como pode significar também não reconhecer as várias dimensões da experiência social (...). O estudo das imagens serve, assim, para estabelecer um contraponto a uma teoria social que reduz o processo histórico à ação de um sujeito social exclusivo e define a dinâmica social por uma direção única. (KNAUSS, 2006, p.99).

Diferentes enfoques, exemplifica o autor, podem ser dados ao estudo das elites do país, por exemplo, a partir de fotografias contrastadas com diários pessoais. Nesses casos é possível perceber em um objeto formas de produção de sentidos que são também processos sociais, organizadas pela sociedade no debate e confronto de diferentes leituras de mundo que se expressam em “textos de qualquer natureza - verbal escrito, oral ou visual.” (KNAUSS, 2006, p. 100) (grifo meu).

A recepção, ou no caso, a visualidade da imagem, também é um aspecto que complementa sua compreensão. Nesse sentido, outra referência importante à temática, citada por Knauss, é a reflexão sobre os modos de ver concebida por John Berger, que entende o ato de olhar como múltiplo, numa relação que se estabelece entre visão e o contexto, ou seja, as imagens e suas interpretações resultam de construções de sentido circunscritos a situações e relações sociais definidas, “(...) considerando que as associações entre símbolos e códigos não são fixas, o que significa dizer que os sentidos são negociados. Assim, as práticas de olhar não devem ser consumidas como atos passivos.” (KNAUSS, 2006, p. 115). Desdobra-se, pois, que o estudo sobre o visual deve buscar compreender as relações intercambiáveis entre cultura e sociedade, tomando o conceito de cultura como os elementos mediadores que viabilizam as relações sociais (KNAUSS, 2006, p. 108-109).

Portanto, com a peça gráfica como ponto de partida, estabeleço como recorte temporal os exemplares da revista *Ilustração Brasileira* produzidas durante o Estado Novo,

isto é, entre os anos de 1937 e 1944⁴, uma vez que nesse período, relações diferenciadas são tecidas no âmbito da imprensa e governo. Além disso, a imagem de um Brasil estabelecido na modernidade veloz do século XX está mais amadurecida, ao se observar, por exemplo, as ações políticas desenvolvidas a tal fim. As revistas do período indicado evocam interessantes possibilidades de estudo trazendo, por exemplo, certo desejo por ruptura do momento, como na seção “O Rio de hoje e de 30 anos” com fotografias de determinado local da capital carioca contemporânea à revista e outra de 30 ou 50 anos atrás, indicando por meio da imagem a clara noção do progresso.

Outras seções também ricas em fotografias, que por sinal eram elementos abundantes na revista *Ilustração Brasileira*, também apontavam para o caráter modernizante e de novidade ao país, ou pelo menos, aquilo que se desejava para o país. A seção “Instantâneos de todo o mundo”, que mostra fotografias de personagens e fatos internacionais considerados importantes, indica novas relações entre texto visual farto e texto escrito reduzido. Durante o Estado Novo a revista foi veículo de difusão do regime, com propagandas do presidente, reprodução de discursos, reportagens como “O que Vargas anda fazendo pelo Brasil a fora”, entre outros.

São momentos de efervescência atravessados pela ideia de Modernidade que permeia o cenário da grande cidade. Uma das consequências foi o estabelecimento mais preciso de relações entre o espaço urbano e a noção de Design (FERREIRA JUNIOR, 2003, p. 53). Entendendo o urbano como local de importante produção e circulação de bens culturais, que comporta por sua vez códigos diversos, o autor Ferreira Junior se apropria do conceito de “escritura urbana”, ou seja, evoca a existência de um conjunto de textos a serem decifrados na malha espacial das cidades que se configura como matriz de fluxos de linguagens. Assinala o autor citando Eduardo Elias: “O presente urbano, quer dizer, a atualização cotidiana do código urbano, abarca pois uma contínua revisão das faixas signicas que constituíram os códigos passados bem como uma prospecção das novas faixas emergentes que apontam para os códigos futuros”(ELIAS apud FERREIRA JUNIOR, 2003, p. 53). A prática da observação se torna importante, uma vez que a cultura urbana está marcada

⁴ Justifico o caráter incompleto do recorte, que não abarca todo o período estadonovista (1937-1945) pelo fato do CDHIS possuir apenas as revistas do período compreendido entre 1935 e 1944. Apesar de recentemente se adquirirem os microfilmes da coleção completa, a materialidade da revista, isto é, manuseá-la em papel, foi fundamental para este trabalho, como será visto posteriormente.

por recorrentes processos de assimilação e renovação. E isso se materializa em diferentes locais e suportes como ruas, praças, *outdoors*, *posters* etc, até mesmo a ocupação física indica a mescla entre elementos modernos com construções antigas, mas aceitas pela sociedade (FERREIRA JUNIOR, 2003, p. 53-55).

À comunhão entre a urbanização acelerada, ao desenvolvimento de processos tecnológicos pós Revolução Industrial e ao aprofundamento das relações capitalistas vincula-se o Design Gráfico. De natureza interdisciplinar, ligando-se às artes, à arquitetura, à comunicação social, o Design Gráfico volta à apresentação visual de algum objeto, em particular os impressos. Ressalto, baseando-me nos argumentos de Ferreira Junior, que se estabelece uma relação orgânica entre peças visuais e o fluxo das cidades, que se desdobra, por sua vez, em seleções de manifestações que são ressignificadas ao longo do tempo. Continua o autor, sustentando-se em estudos de Marshall MacLuhan e Décio Pignatari, como a litografia, a fotografia, o cinema, a televisão foram reinterpretados e aceitos pelos círculos culturais e intelectuais como formas de expressão criativas e não apenas meros meios de reprodução em massa (FERREIRA JUNIOR, 2003, p. 60-61).

Ressalto que minha posição enquanto pesquisador não é afirmar que a *Ilustração Brasileira* foi um veículo da modernidade concebida como um lugar-comum. A complexidade da modernidade é objeto de reflexão de Krishan Kumar, que traça um panorama acerca das diferentes apropriações do termo ao longo do tempo. O autor identifica o uso do termo moderno já na Idade Média e no Renascimento, porém em diferentes sentidos. No século XVIII, em particular, com a onda revolucionária, a modernidade passa a ser entendida como um período de renovação contínua. A Revolução Francesa, por excelência, é considerada a primeira revolução moderna, em que o conceito de liberdade é associado ao da racionalidade, não só a nível teórico, mas como ação transformadora. Além disso, esse processo histórico marcou a própria renovação do termo “revolução”, que se atrela à instauração do novo e à negação ao passado. É também ao final do século XVIII que Kumar identifica outro movimento característico da modernidade: a industrialização capitalista. Para o autor, a Revolução Francesa pode ser considerada a consciência moderna, enquanto a industrialização como substância material, processos que desencadearam uma série de transformações que reorientaram modos de viver e de organizar a sociedade, simultaneamente, convivendo com crises constantes e o sentimento de renovação contínua (KUMAR, 1997, p. 78-111).

Kumar distingue o processo de modernização, essencialmente de cunho econômico e social, das reações no âmbito das sensibilidades e da cultura, que classifica como modernismos. Estes foram movimentos contraditórios que oscilaram entre a exaltação à modernidade, como à própria rejeição. Como exemplos da primeira corrente, têm-se os Futuristas, o movimento artístico *De Stijl*, o construtivismo, a escola de arquitetura e Design Bauhaus, dentre outros que, em suma, buscaram associar a funcionalidade e a racionalidade moderna à estética. Do outro extremo, não condescendente aos ideais modernistas, diversas foram as críticas, como a oriunda dos românticos, por exemplo, que buscaram no passado formas de aquecer uma frieza instaurada pela modernidade (KUMAR, 1997, p. 78-111).

Nota-se, portanto, modernidade como uma grande noção ambivalente, que congrega em si distintas características. Já afirmou Marshal Berman que ser moderno é viver em paradoxos e contradições, é ser revolucionário e conservador, um conjunto amplo de experiências em que as pessoas encontram-se “(...) em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor - mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos” (BERMAN, 1986, p. 15). Experiências que tiveram como fonte a construção de uma nova imagem do universo, a industrialização, a explosão demográfica, o crescimento urbano, os sistemas de comunicação em massa, o mercado capitalista mundial (BERMAN, 1986, p. 15-26).

Não cabe neste artigo encerrar o conceito de modernidade em determinada categorização, mas pensá-la dialeticamente em relação ao objeto estudado: a revista *Ilustração Brasileira*. Meus objetivos de pesquisa pautam-se no questionamento sobre as relações e significações entre o conteúdo e a forma com a qual ele é apresentado nos números publicados, expresso também por símbolos e imagens, para além das palavras e textos. Pretendo confrontar a multiplicidade de temas suscitados dentro do recorte escolhido, que, como já demonstrado, indica a questão da modernidade como uma das preocupações centrais. Nesse sentido, qual modernidade se queria comunicar? E como isso se expressava materialmente? De modo geral, viso compreender os diversos caminhos trilhados pela revista, buscando na estética e organização visual, a pluralidade de projetos e relações estabelecidas entre imprensa, poder político, valores e hábitos cotidianos.

Uma ressalva que considero importante para este estudo é que o exame da “fonte-em-si”, por assim dizer, ou seja, a ênfase na materialidade e nas formas de

construção dos discursos que a revista evoca, pode incorrer na unilateralidade da análise. É evidente que a recepção dessas imagens e textos da revista *Ilustração Brasileira* não era realizada apenas pelos públicos-alvo, contudo é difícil medir quão amplos foram a circulação da revista e os sentidos elaborados por diferentes segmentos sociais. Em outras palavras, o que discuto neste trabalho é a construção de discursos que provêm de segmentos específicos da sociedade, que materializam ideias e se destinam a grupos particulares, o que não significa que tais sentidos sejam homogêneos para o restante da sociedade.

O que friso, como faz Burke, em relação ao uso de imagens para a análise histórica, é que elas

(...) não são um reflexo da realidade social nem um sistema de signos sem relação com a realidade social, mas ocupam uma variedade de posições entre esses extremos. Elas são testemunhas dos estereótipos, mas também mudanças graduais, pelas quais indivíduos ou grupos vêem o mundo social, incluindo o mundo de sua imaginação. (BURKE, 2004, p. 232).

Desses princípios se desdobram cuidados necessários, continua Burke, no sentido de que as imagens não dão acesso à realidade diretamente, mas a visões contemporâneas daquele mundo analisado. O caráter múltiplo da imagem exige ao analista que a posicione em contextos, no plural, isto é, econômico, cultural, político, material, dentre outros. Além disso, é importante a reflexão sobre séries de imagens, buscando entender continuidades e mudanças, e, finalmente, também perceber detalhes e ausências na imagem, que informam, por sua vez, intenções e particularidades (BURKE, 2004, p. 236-238).

A ênfase na imagem para este trabalho é de especial estima, pois compartilho o argumento de Charles Monteiro ao afirmar que as revistas ilustradas funcionaram como “(...) vehículos de mediación de significados y sentidos sociales entre grupos sociales. Sobre todo, em la negocioación y diseminación de sentidos sociales entre elites políticas y sociales y las camadas medianas urbanas”(MONTEIRO, 2010, p. 247) e por isso, responsáveis por contribuírem na construção de uma nova visualidade urbana, difundindo novos códigos culturais como a modernização do espaço e do comportamento público. Atuaram como meio de expressão de uma espécie de

voyerismo social, com o consumo de imagens de corpos, gestos, objetos que se queriam modernos, mas nem por isso, destaca Monteiro, abandonando totalmente o passado, “más bien proponía su actualización através de una negociación com la tradición.” (MONTEIRO, 2010, p. 546). A ambiguidade tradição/moderno é uma das questões que permeia esse trabalho.

3. Conclusão

Compreendo o Design Gráfico, nesse sentido, como um campo do conhecimento privilegiado, pois ao se preocupar com a projeção, ou seja, com o processo de criação e produção de uma peça visual, o Design colabora na compreensão acerca dos mecanismos retóricos, persuasivos, estéticos, materiais etc, com os quais uma publicação como a revista *Ilustração Brasileira* se estruturou. Mecanismos que, por sua vez, comunicam uma rede de sentidos mais ampla e múltipla em que, apesar do discurso moderno prevalecer, não está livre de gradações, de disputas com o passado que idealmente se quer superar.

Nesse segundo estudo a tentativa é aprofundar o olhar nos componentes do projeto gráfico, tendo como eixo a relação entre texto e imagem, tão significativa às revistas ilustradas. Por sua vez, exige uma análise mais elaborada acerca conceito de diagramação, da interação entre fotografias, ilustrações e textos com a página e os meios técnicos que viabilizaram tal projeto.

A reflexão visa entender a importância das revistas ilustradas em um momento de transformações aceleradas no Brasil na primeira metade do século XX, e em particular nos grandes centros urbanos impulsionados pelo desejo de modernização. As revistas tornam-se meios de expressão de sujeitos envolvidos nesse processo, sejam eles intelectuais, editores, artistas gráficos, bem como, os anunciantes e o próprio público leitor. Moldaram a percepção do cotidiano e da cultura política, mediarão práticas sociais, saberes e linguagens e se destacaram por um tipo particular de meio de comunicação unindo notícias, entretenimento e reflexão, situando-se, por isso, entre o jornal e o livro (OLIVEIRA; VELOSO; LINS, 2010, p.11-14). Cria-se, portanto, algo distinto:

Inaugurando uma nova linguagem jornalística as revistas apresentam uma estética moderna, apoiada no recorte, na colagem e no

fragmento, justapondo fotografias, a poemas, crônicas e comentários na apresentação da modernidade carioca. Numa conjuntura em que se impunha, inicialmente, a valoração do “ser moderno”, seguida do “ser brasileiro”, as revistas souberam cativar, conquistar e familiarizar o público leitor, fazendo-o sentir-se identificado com esse universo de valores simbólicos. (OLIVEIRA; VELOSO; LINS, 2010, p. 12)

São novos valores evocados que, articulados ao cosmopolitismo e à visão da cidade como espetáculo, informam e modelam, ao mesmo tempo, experiências sociais. Ressalto que uma das propostas deste estudo não é procurar tais conceitos definidos nas páginas da *Ilustração Brasileira*, mas entender a revista a partir dela mesma, enfatizando igualmente seu caráter histórico, por isso a preocupação em situá-la em um espaço e em uma temporalidade específicos.

Evidencia-se então a relevância entre os campos de Design e História, pelos quais inúmeras possibilidades de inter-relação são tecidas. É pouco o espaço destinado a esse artigo para uma exposição mais completa, porém, o que enfatizo é justamente a riqueza de um trabalho como esse. Por meio do objeto escolhido - a coleção da revista *Ilustração Brasileira* - percebe-se como são complexas o intermédio entre os saberes, técnicas e as relações sociais e, principalmente, como essas esferas não estão estanques entre si, ou seja, para compreendê-las se faz necessário pensá-las em comunicação.

Referências

BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru, São Paulo: Edusc, 2004.

DENIS, Rafael Cardoso. Introdução. In: DENIS, Rafael Cardoso (org.). *O Design brasileiro antes do Design: aspectos da história gráfica, 1870-1960*. São Paulo: Cosac & Naify, 2005.

FERREIRA JUNIOR, José. *Capas de jornal: a primeira imagem e o espaço gráfico visual*. São Paulo: Senac, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.



V.2, n.2 . Jan - Jul. 2011

GOMES, Angela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: NOVAIS, Fernando (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLLIS, Richard. *Design gráfico: uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. *ArtCultura*, v. 8, n. 12. Uberlândia, jan./jun. 2006.

KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós industrial à sociedade pós moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. Tradução de Suzana Ferreira Borges. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, v.5.

MONTEIRO, Charles. La construcción de uma visualidad urbana moderna em las revistas ilustradas brasileñas de los años 1920. In: BORGES, Maria Eliza Linhares; MÍNGUEZ, Victor (eds.). *La fabricación visual del mundo atlántico, 1808-1940*. Castelló de La Plana: Publicacions de La Universidad Jaume I, 2010.

OLIVEIRA, Cláudia de; VELLOSO, Monica P.; LINS, Vera. *O Moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

SCHORSKE, Carl E. *Pensando com a História: indagações na passagem para o Modernismo*. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Geanne Paula de Oliveira. *Estado Novo e imprensa ilustrada: propaganda política na revista Ilustração Brasileira (1935-1944)*. 2008. 76 f. Monografia (Bacharelado em História). Universidade Federal de Uberlândia, 2008.

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS FRENTE A GLOBALIZAÇÃO THE INTERNATIONAL RELATIONS IN THE FACE OF GLOBALIZATION

William Costa¹

Resumo: Este artigo tem o intuito de analisar as relações internacionais presente na sociedade contemporânea bem como suas modificações frente à nova ordem mundial do pós-guerra fria. Desta maneira a intrínseca mudança no cenário externo abarca-se a um lato processo de planetarização, mundialização ou apenas globalização como é mais conhecido. Assim a análise das relações internacionais sob um ponto de vista empresarial supre aqui um demorado período expresso apenas pela diplomacia. De fato, não se espera confrontar a participação da diplomacia mundial, mas sim elucidar a participação principiante dos negócios no âmbito global. A globalização utiliza-se das relações internacionais para disseminar a ideologia do capitalismo, e a partir desta premissa, empregam-se ao comércio mundial as intensas movimentações econômicas caracterizadas pelo neoliberalismo. Conquanto, atribui-se aqui de colocações jurídicas internacionalistas para transmitir o amplo papel do Estado no ambiente internacional, ressaltando seu processo transitório.

Palavras-chave: relações internacionais; globalização; estado.

Abstract: This article has the aim of analyzing the international relations in the contemporary society as well as their modifications in the face of the new world order after the Cold War. This way the intrinsic change in the external scenario covers itself to a wide process of planetary world, global world or just globalization as it is more known. So the analysis of the international relations in a business management point of view supplies a prolonged period expressed just by the diplomacy. In fact, we do not expect to confront the participation of the world diplomacy, instead of this we want to elucidate the beginner participation of the businesses in a global scope. The globalization makes use of the international relations to disseminate the capitalism ideology, and beginning from this premise, in the world commerce it is used intense economic transactions characterized by the neoliberalism. Although, it is attributed here by internationalist juridical collocations to transmit the wide role of the state in the international environment, highlighting its transitory process.

Key words: international relations; globalization; state.

1. Introdução

À medida em que o homem aprende a lidar com os inúmeros processos que o circunda, desenvolve maneiras para entropor-se à sociedade e figurá-la à sua forma. Assim fazem-se também as relações internacionais, que ao decorrer do tempo é modificada e adequada. Aos poucos a dinâmica internacional impele-se a um contexto de natureza humana tornando-se própria da humanidade. Ribeiro (2005) consolida as mudanças do cenário global

¹ Aluno do curso de Relações Internacionais da ESAMC-Uberlândia/MG. E-mail: willianfilho@yahoo.com.br / willian_12costa@hotmail.com

fazendo analogias e questionando que a ordem internacional é tão complexa que se admitem interpretações divergentes.

Processos dinâmicos de integração articulam as relações internacionais e nessa perspectiva, é possível compreender como figura Girault (2009) que os conflitos entre Estados muitas vezes subsidiam o surgimento da cooperação internacional e, conseqüentemente, trazem ao cenário mundial segurança e prosperidade. Outrora, os mesmos conflitos observados por um lado positivo desencadeiam uma série de trapaças no cenário externo causando guerras, segregações populacionais, xenofobia e muitos outros problemas.

A imponência do sistema global frente ao direito, a economia e a sociedade mostra-se desde o Tratado de Westfália que a nova movimentação internacional é compreendida pela ruptura com o antigo continente, ou melhor, com a descentralização do poder e a queda da hierarquização com a igreja católica. Para Seitenfus (2004), a bicontinentalidade das relações internacionais só foi efetivada com a ruptura dos laços da metrópole inglesa com a emancipação das treze colônias norte-americanas, erguendo um sistema federal, republicano e anticolonialista que redefinisse o paradeiro e evolução das relações internacionais a partir do papel ocupado pelo Estado como de fato conhecemos hoje.

Nesse contexto de transitoriedade constante é possível analisar que o ambiente internacional é exposto a mudanças abruptas que vão além das fronteiras nacionais e que resultam dos interesses das diversas potências, sejam elas desenvolvidas ou emergentes.

Este artigo objetiva-se em observar as rupturas ocorridas no cenário internacional e suas influências nas relações internacionais, percorrendo através da economia, da política, do comércio e das inúmeras áreas afins que possam subsidiar a trajetória do sistema global.

2. Relações internacionais

As relações internacionais definem a interdependência entre as diversas nações do mundo. Não obstante, a dificuldade de análise destas relações abriga-se em definir suas origens de forma concreta, ou seja, encontrar a data inicial e as etapas que a sucederam pelas inúmeras contingências do mundo. Para compreender o processo contínuo da mobilidade internacional atribui à história a forma a ser expressa a cronologia das movimentações externas como cita Saraiva (2007). O discurso de análise das relações internacionais impele-se pelos atributos de Oliveira (2006), na qual, “As relações internacionais não se desenvolveu de modo idêntico em todos os países e nem na mesma igualdade temporal, atingindo melhores

resultados através dos Estados portadores de tradição intelectual”. Essa intelectualidade, por vezes, era devida aos estudos aprofundados nas áreas do direito, da história e, principalmente, da filosofia.

Assim, é possível identificar que as relações internacionais que aconteceram e acontecem no Brasil, por exemplo, apresenta-se de uma forma díspar de seu colonizador, Portugal, mas com influências tradicionais de um dos precursores das relações intra-europeias.

Segundo Lessa (2005), por muito tempo as relações internacionais foi compreendida a partir do domínio dos *habsburgos* espanhóis e austríacos, provindos da união dos tronos de Castela e Aragão em 1469. A união dos tronos europeus definiu a expansão do sistema de estados transoceânico e global e a busca da hegemonia mundial incessante que perduraria até uma transição das relações intra-europeias para internacionais.

Entretanto, foi possível compreender que, com o advento da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a formação de alianças definiu que no espaço terrestre havia influências políticas, econômicas e, principalmente, militares. Não envolver-se na guerra poderia levar, por exemplo, a um Golpe de Estado devido à falta de proteção por outros atores mais fortes. O confronto entre os países deixou uma enorme perda à Europa, em especial, à Alemanha que além da destruição urbana e humana foi punida a pagar quantias exorbitantes aos países vencedores. Neste mesmo contexto, a participação ativa dos Estados Unidos no mundo ganhou vestígios de interdependência e, conseqüentemente, passavam a financiar economias defasadas em troca de apoio político.

A passagem dos acontecimentos internacionais enfocou-se em debates teóricos que fundamentassem a importância de se gerar uma relação positiva entre os Estados nacionais, de modo que as correntes de pensamentos influenciassem em uma visão mais detalhista e sóbria das relações internacionais.

No decorrer da década de 1920, a corrente de pensamento realista surge com propósito de gerir um mundo otimista que acreditasse no ordenamento internacional através da criação e coordenação de uma organização internacional - Liga das Nações - maior que punisse a discórdia e fortalecesse as relações estatais. A Liga por sua vez não perdurou, uma vez que, em primeira instância havia imparcialidades entre a Alemanha e a Rússia quanto à assinatura do Tratado de Paz de Versalles, o dispêndio japonês ao contrapor-se a Manchúria, a discrepância da Grã-Bretanha e da França por nunca terem considerado a Liga uma instituição importante. Porém, a maior dissolubilidade desse pensamento surgido pelo presidente norte-

americano Woodrow Wilson acontece quando o próprio Senado dos Estados Unidos recusa-se a ratificar o acordo da Liga.

Posteriormente a estes ideários liberais tomou-se como base as correntes realistas iniciadas na década de 1930. Opondo-se bruscamente ao liberalismo este pensamento acreditava que as relações internacionais eram frutos dos interesses humanos, na qual, os homens na maioria das vezes, eram maus e gerariam uma política internacional descentralizada, anárquica. O mesmo anarquismo que gerava mais disputas foi definido, como Keohane (1993) afirma, de busca pela hegemonia em um regime internacional, pois: “A potência hegemônica ganha capacidade de configurar e dominar seu entorno internacional, enquanto administra um fluxo suficiente de benefícios a pequenas e médias potências para convencê-las de que coincidem em interesses.”.

Entretanto, a marcante atuação das relações internacionais emergiu na Idade Contemporânea. Se por vasto tempo, as relações externas restringiram-se na diplomacia, hoje não mais. Aos poucos a atuação de áreas empresariais ocupa o papel da diplomacia e desenvolve funções de igual, ou melhor, atuação no âmbito mundial. Progressivamente, portanto, uma forma de desburocratização do setor diplomático e a inserção de um contexto de negócios.

Para Biancheri (2005), as relações internacionais contemporâneas tornam-se mais complexas à medida que há liberdade de expressão concedida pelas autoridades em tempos de globalização. Cabe interpretar as críticas de Biancheri em relação à diplomacia atuante e os novos eixos dos negócios. Para o autor, a globalização deveria ser particularizada aos profissionais consulares e diplomáticos, uma vez que, ela enfatiza-se através da política externa para concretizar os emblemas econômicos mundiais, além de eleger novas áreas de atuação das relações internacionais.

Oliveira (2001) observa as considerações trazidas aos negócios internacionais como uma evolução do Homo Sapiens para o Homo digitalis, ou seja, as diversas nuances da globalização articulam-se pelo mundo mediante as tendências do processo tecnológico que viabiliza as informações e tornam-nas acessíveis no âmbito mundial.

A construção de cenários cada vez mais heterogêneos constitui no tabuleiro internacional alianças que cunham, na verdade, o interesse no poder através de tendências descentralizadoras do mercado financeiro. Países adotam medidas de barganha uns contra os outros, fomentam as exportações ou as importações, inibem as taxas de comércio e modelam a forma de atuar no ambiente internacional.

O papel das relações internacionais perante a internacionalização da economia baseada na tecnologia industrial acelerou o processo capitalista da busca pelo lucro e, concomitantemente, fez emergir empresas transnacionais objetivando a disseminação e ampliação da circulação financeira, moldando as relações entre os Estados para serem coadjuvantes de uma nova realidade.

3. Negócios

Na trajetória das relações entre os Estados, Sarfati (2007) observa que com os diversos processos de internacionalização impulsionados pela globalização houve maior necessidade de empreender o novo contexto das relações internacionais - Diplomacia Corporativa - e por mais que muitos compreendam este processo como apenas a função de importação e exportação é sabido que ele engloba séries bem mais complexas.

Oliveira (2001) define que o processo de negociação é um instrumento antigo de troca, de comprometimento, de vantagens mútuas e plausíveis de discussões. Desde o século XVI, com a adoção do mercantilismo pelas monarquias absolutistas, foi possível notar a ampliação do comércio como tentativa de conquista de novos mercados e expansão política. Tampouco, é possível embasar que o negócio realizado entre países do modo que é visível hoje, ascendeu-se de iniciativas rudes e sedimentadas do capitalismo industrial.

É possível observar ainda que os primeiros empreendimentos internacionais iniciam-se com a Companhia das Índias, na rota de expansão marítima que circundava desde o Japão até as Américas. Esta audácia europeia, principalmente dos portugueses e espanhóis, por novas descobertas no campo científico, aumentou as descobertas de rotas marítimas e aberturas do comércio internacional assim como a conquista e exploração da América.

A progressiva transformação que se sucedeu nos negócios desde as relações internas da Europa fez com que chegássemos a um século de diferentes visões e versões de mundo.

É através deste progresso que as inúmeras empresas decorrentes do século XX começam a analisar o corporativismo como uma saída estratégica de expansão lucrativa de negócios e projetam-se como um agente das relações internacionais. Através desta abertura, inúmeras possibilidades de negócios surgem, acarretando maior produtividade, o que, consequentemente, geram novos empregos, mais consumidores, aumento do poder aquisitivo populacional, o equilíbrio do mercado financeiro, além de fomentar o crescimento econômico do país seja importador ou exportador. A emergência de países como Brasil, China, Índia,

África do Sul e muitos outros, está acelerando as participações empresariais no mundo e definindo um equilíbrio entre os países subdesenvolvidos.

Com o auxílio e criação dos blocos econômicos e dos organismos internacionais a concorrência entre os países do mundo tornou-se mais atuante, porém, observa-se que ainda prevalece uma incoerência quanto ao poder de barganha dos países desenvolvidos frente àqueles que estão conquistando sua emergência.

Gilpin (2002) consolida em seu estudo as parições das empresas multinacionais na participação dos negócios internacionais. Para Gilpin, as diversas transações que se iniciaram em 1971 ocorrem no intermédio do século e são fundamentadas no fluxo de comércio e na localização da indústria, na qual, há grande deliberação de capitais e um protecionismo reformado.

As empresas multinacionais e as transnacionais atualmente desenvolvem técnicas de expansão muito mais simples e sofisticadas e, conseqüentemente, afastam-se dos modelos arcaicos de desenvolvimento. Aqui, cabe diferenciar as empresas multinacionais das transnacionais. Enquanto a empresa multinacional designa-se por possuir uma identidade nacional com possibilidade de se encontrar em outro território, porém, com centro de decisão firmado àquele país gerador da nacionalidade, a empresa transnacional não possui uma identidade nacional específica, o que acarreta em centros independentes de tomadas de decisões, ou seja, não há nesta forma de empresa um caráter de decisão centralizado.

Anteriormente aos anos 1980 foi possível constatar que as empresas cresciam para posteriormente internacionalizarem-se e tomar rumos de multinacionais ou transnacionais, hoje nota-se o oposto, à medida que as empresas crescem, internacionalizam-se conjuntamente.

A partir dos anos 1980, o Japão assume sua primazia no leste asiático e passa a ameaçar as economias norte-americanas e inglesas até então detentoras da hegemonia global. O domínio japonês na Ásia convencionou-se pelo “modelo dos gansos voadores”, ou seja, pelo aproveitamento das sinergias regionais por meio de maciços investimentos cruzados, com participação minoritárias japonesas em empresas de países menos desenvolvidos como as chamadas “novas economias industrializadas” presentes a Coréia do Sul, Taiwan, Hong kong e Cingapura.

Com o surgimento de Empresas Multinacionais Emergentes (EMES) o domínio de mercados passa a acirrar-se cada vez mais. Porém, o que define a expansão empresarial é o modo que as empresas articulam-se no cenário internacional e os estudos de mercados.

Com a globalização e a abertura dos mercados o ambiente competitivo das empresas foi fortemente questionado. A estabilidade econômica atraiu inúmeros concorrentes mais preparados e uma disputa empresarial passara, então, desde as décadas de 1990, a compor a estrutura internacional.

A gestão internacional salientada pelos mecanismos das relações exteriores ganha impactos importantes nos ramos operacionais e administrativos. Percebe-se, porém, que as empresas que optam por sua internacionalização tomam como bases países com barreiras comerciais fracas, os mercados internacionais, a mão-de-obra barata e abundante, os materiais em grande escala, os incentivos financeiros e a mobilidade de circulação financeira.

Tratar de negócios em tempos de globalização é quase inevitável, nota-se desde já que esta “nova” face das relações internacionais vem conceituando um novo pólo dinâmico à medida em que há aprofundamento da interdependência entre os continentes.

4. Globalização

As diferentes rupturas no cenário internacional evidenciaram a formação diferenciada da Nova Ordem Mundial. Se a antagônica disputa entre as duas grandes potências - Estados Unidos e União Soviética - conseguiu modificar a conjuntura global, esta sem dúvida recebeu inúmeras pragmatizações ao longo da história.

A analogia de Ianni (2008) define a sociedade regida atualmente como Sociedade Global, enquanto Cervo (2007) nomeia-a de Sistema Internacional Global. Ambas as nomeações com intuito de expressar a Nova Ordem Mundial caracterizada pela globalização. Adota-se aqui a de Cervo, mas não se indaga contra a de Ianni.

A definição do processo de globalização particulariza-se como a mais nova etapa do processo capitalista advinda do neoliberalismo econômico como confirma Krempel (2009). A interpretação mais cabível a este processo é compreendida pelos fundamentos de Santos (2008) na qual, a globalização como mais uma etapa capitalista gera impactos na economia, na política, na cultura e no espaço.

A Nova Ordem Mundial em sua exacerbada transformação recebeu maiores influências com o término da Guerra Fria. Se, por um lado, a intensa disputa ideológica entre o capitalismo e o socialismo criou vestígios de uma “paz armada”, sem dúvida alguma elucidou a perseverança e busca da hegemonia pelos norte-americanos.

A duradoura guerra fria teve seu fim a partir do colapso do regime soviético. No entanto, pode-se atribuir a esta queda um largo processo iniciado em 1917 na Revolução Russa, mas que por ventura desarticulou-se totalmente com a ascensão de Mikhail Gorbachev através da instauração da Glasnost e, principalmente, da Perestroika.

Com a abertura do regime socialista feito em Moscou, a derrubada do muro de Berlim foi um evento marcado por intensa força simbólica. A decadência do sistema produtivo socialista real, definido por privilégio de alguns e uma corrupção generalizada, era mostrada como prova de que o socialismo não passava, e não poderia passar, de uma utopia.

A vitória dos americanos na Guerra Fria afirmou sua liderança no plano internacional como uma potência hegemônica constituída de força militar insuperável, bem como pela força de sua economia.

Segundo Michelen (1997), a hegemonia do poder mundial e, principalmente, dos Estados Unidos é caracterizada por elementos essenciais, sendo: população e extensão territorial suficientes, considerada concretamente sua posição geopolítica; força econômica, destacando-se especialmente o nível de desenvolvimento das forças produtivas e, em particular, sua capacidade industrial, agrícola e financeira. Poder-se-ia acrescentar que, hoje em dia, é necessário dar especial relevo à capacidade científica e tecnológica, que se manifesta tanto no avanço industrial, como no desenvolvimento nuclear, balístico e da pesquisa e exploração espaciais; poderio militar, que, em certo sentido, abrange população, extensão territorial, força econômica e posição geopolítica; consenso interno ou paz interna, isto é, um equilíbrio positivo em favor das classes e grupos sociais hegemônicos; uma posição ideológica historicamente determinada que permita ao governo do país em causa exercer a influência necessária para manter interna e externamente (com seus aliados) um certo nível de coesão.

A política internacional definida com a queda da União Soviética, porém, foi salvaguardada até as décadas de 1970 e início de 1980. Com o colapso do Sistema de Bretton Woods e a crise da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) presenciou-se o fim prolongado do crescimento econômico advindo da interferência estatal nacional e o início de grandes transformações modernas. Como efeito, principalmente, da alta do preço do petróleo decorrente entre 1973 e 1979, além do impacto internacional do envolvimento dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã, o surgimento de uma crise financeira gerou turbulências e enfraqueceu os regimes políticos anteriores. Entretanto, a emergência da competição

estrangeira, especialmente do Japão, abalou os Estados Unidos, a Inglaterra e outros países europeus sucumbidos pelo desemprego e pela crise inflacionária.

No mesmo contexto das décadas de 1970 e 1980 presenciou-se o grande desenvolvimento industrial, denominado de a revolução tecnológica, genericamente conhecida como a 3ª Revolução Industrial, que por consequência foi responsável pelo barateamento das telecomunicações e seu desenvolvimento em escala transnacional.

Todas as transformações sofridas no mundo serviram para demonstrar o quanto as relações internacionais influem o cotidiano e a trajetória da humanidade. É possível interpretar, como os países agem através de seus interesses e necessidades e, principalmente, como formam alianças para disputar o poder mundial. Através desta perspectiva, Albuquerque (2005) conceitua que existem três concepções da globalização que devem ser analisadas e discutidas para definir o histórico do sistema internacional. São elas: uma tradição neoliberal, fortemente otimista, em que, prega uma competição mais aberta, os consumidores são mais felizes, há maior deliberação e circulação do lucro; uma concepção crítica, na qual, considera-se a globalização como resultado de processos negativos desalinhado com a competição internacional; e, em geral, uma visão realista, em que trata a globalização como um processo mutável e que deve ser observado tanto nos pontos positivos quanto nos negativos.

Hobsbawm (1995) analisa o século XX como um período de guerras “quentes ou frias” que marcaram o cenário mundial com o desenvolvimento nuclear e, conseqüentemente, marcou o aparecimento de novas potências mundiais. A globalização, a partir de então, veio para salientar as políticas capitalistas e exibir um cenário cuja Cooperação Internacional faz parte, supostamente, do regimento de cada Estado.

É possível identificar, então, que o processo de globalização junto com as sucessivas mudanças tecnológicas iniciadas com o término das grandes guerras mundiais ensejaram o início de um “sistema-mundo”, aonde seu significado seria o fortalecimento da sociedade civil mundial como ator político e como sujeito desse novo sistema.

Martins (1997) questiona que a globalização é um processo irreversível, pois não há nada que a detenha, e particularmente, esta irreversibilidade pode tornar os países subdesenvolvidos mais dominados pelos desenvolvidos. Porém, é preciso adotar sentenças de maiores participações dos pequenos Estados e fazê-los maiores articuladores de suas próprias relações. A globalização afirma que os países ricos ainda deterão as maiores riquezas do mundo e os principais cargos nos Conselhos de Segurança, Comércio ou nos Fóruns

internacionais, cabe-nos, todavia, aceitar isto e tapar os olhos ou manifestar-nos à maior inserção dos demais países.

O intuito da globalização em desenvolver uma nova estrutura econômica, acaba por se tornar complexa ao voltar-se, quase exclusivamente, para o comércio e para os investimentos internacionais e esquecer-se de aspectos que devem ser analisados anteriormente a estes como a política e a sociedade. Uma vez sabendo que, tanto o comércio, quanto os investimentos internacionais ocupam um conjunto existente de relações econômicas internacionais, que se regulam a partir de uma sociedade organizada e regida por uma política estruturada, a globalização deveria articulá-los no controle e constituição de uma sociedade mais progressista e igualitária.

É indiscutível afirmar que estamos vivendo em um mundo com sua própria singularidade e que por consequência o distancia de todas as organizações apresentadas no passado. Marcado pela diminuição da restrição de espaço e de tempo, efeitos da modernidade nas comunicações, e definidas com princípios de uma nova política internacional.

Então, compreender que a globalização é um processo constituído ao longo do tempo e das ações humanas é de suma importância para identificar que a democracia, na verdade, veste farda de imperialismo reformada em diversas potências mundiais.

Seremos, portanto, cosmopolitas? Com direitos iguais, com livre acessibilidade, detentores dos princípios de cooperação e paz entre os povos e interdependência? Ou não seríamos, na verdade, os globalizados cansados de serem massacrados que concordam de olhos fechados?

Não é possível, atualmente, por exemplo, acabar com o desemprego, sanar a fome, reduzir a grande totalidade de impostos, ou mesmo, gerir uma sociedade mais justa. Daí a necessidade de entender qual a verdadeira essência da globalização. Será mesmo a integração? O livre comércio? O desenvolvimento dos direitos humanos? Ou apenas uma pré-disposição para manter os países desenvolvidos no poder?

5. Estado

Com a progressão da globalização sobre os enclaves do mundo, a participação do Estado no cenário internacional torna-se imprescindível como atuante e regulador das normas jurídicas (*Jus Cogens*).

Accioly (1998) define o Estado como “Um agrupamento humano estabelecido permanentemente num território determinado sob um governo independente”. A partir desta definição Amaral (2006) completa-o ao fazer considerações que cada Estado deve possuir alguns elementos constitutivos para sua sobrevivência no cenário internacional, sendo: população, na qual, trata-se do conjunto de indivíduos nacionais ou estrangeiros que habitam o território em determinado momento; território, em que, sua noção conceitual relaciona-se a uma área terrestre, somada àqueles espaços hídricos de interesse puramente interno, como rios e lagos que circunscrevem no interior dessa área sólida e governo e a capacidade de manter relações como elementos constitutivos que se completam.

Assim como a história da humanidade modifica-se, o Estado não se fixou em um só constituinte, e como afirma Bonavides (2004) houve inúmeras revoluções até que culminasse a garantia dos direitos ao homem, advindos da Revolução Francesa de 1791, e, posteriormente, os direitos humanos contemporâneos.

Segundo Lecourt (1999) a forma atuante do Estado, como doutrinador e regulador de normas, supremo quanto à atuação internacional, nem sempre existiu do modo que conhecemos, assim, podemos ressaltar os atributos de Bonavides.

Jackson (2007) conceitua que os Estados devem defender cinco valores sociais básicos: segurança, liberdade, ordem, justiça e bem-estar. Acaso tais elementos não sejam estabelecidos surge em confronto à ordem interna, que define o paradeiro e a formação das relações entre os Estados, a presença da anarquia internacional contrapondo-se, de fato, a existência de um sistema global soberano e, posteriormente, como atribui Amaral Júnior (2008), leva-nos a um retrocesso sob perfil hobbesiano do estado de natureza.

O processo de integração global aloca-se no Estado para disseminar sua ideologia. Em questão, cabe citar mais uma vez o estudo de Amaral Júnior (2008), em que, “A globalização, estimulada pela revolução nas comunicações, impediu que as restrições de espaço e de tempo sirvam de barreiras naturais ao entrelaçarem nos mercados. Os Estados perdem autonomia na elaboração da política econômica doméstica”.

É importante que tomemos como base que a atuação do Estado no cenário internacional independe dos outros agentes internacionais - organizações internacionais, pessoas jurídicas e pessoas físicas. A atuação do Estado diferencia-se, em relevância, por ser dotado de soberania e independência, contrapondo-se aos demais atuantes por possuírem apenas autonomia.

Como Estado soberano cada entidade política é regida por normas próprias. Assim, o Estado é vinculado a obrigações externas junto aos demais. O descumprimento de obrigações internacionais pode acarretar sanções. Logo, cada Estado assume compromissos internacionais definidos a partir de sua constituição. Um exemplo do papel assumido pelo Estado brasileiro fundamenta-se em sua Constituição Federativa, de 1988, em seu artigo 49, inciso I, em que é previsto: “Art.49. É de competência exclusiva do Congresso Nacional: I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional”.

Entretanto, no artigo 84, inciso VII, da mesma Constituição, nota-se a atuação do Poder Executivo nas relações entre Estados internacionais, na qual: “Art.84. Celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.”

No contexto internacional, pode-se constatar que a prevalência de poder é relativa à anarquia internacional. Entretanto, cada Estado independente busca priorizar a ordem com reformas supranacionais, sejam econômicas ou sanitárias, passando por um processo jurídico-legislativo para que efetivem a sua soberania no cenário externo e representem a nova dinâmica mundial, como observa Trindade (2003).

Os Estados protagonistas dos atos internacionais compreendem que a ordem internacional exige novas perspectivas e agendas que possam relatar suas particularizações. Não só economia ou política constituem as características dos Estados, este se dota de um caráter interdisciplinar e passa a envolver-se de outros assuntos relevantes, tornando-se como Bester (2005) o chama, de “Estado Gestor”.

A concepção de Estados presentes e soberanos com a Nova Ordem Mundial passa a depender muito mais das influências e dos propósitos internacionais do que próprios. Além da influência dos blocos econômicos, das organizações internacionais e de outros Estados, o surgimento de empresas que se internacionalizam e, conseqüentemente, organizam seu papel frente ao mundo globalizado passam a modelar também as iniciativas públicas.

6. Conclusão

Os reflexos do Sistema Internacional interpõem-se à dinâmica contemporânea das relações internacionais. Como citado, a globalização exhibe sua nova face nos intermédios econômicos. Compreende-se que, se a verdadeira integração humana idealizada pela globalização extingue os muros, os bloqueios econômicos, é necessário interpretar o porquê

dos Estados Unidos manter o muro-divisa com o México, ou os altos enclaves na Espanha contra os marroquinos. O neoliberalismo apoiado na Nova Ordem Mundial acarreta-se de moldar os costumes das diversas culturas do planeta, reunindo-as em um espaço sem fronteiras, no qual inibe a necessidade de promover o bem-estar à população.

Aos poucos o Estado perde seu espaço como doutrinador e acua-se para não interferir no cenário internacional. O comércio mundial passa a influir diretamente as relações supraestatais, incentivando os Estados a serem coadjuvantes do capitalismo e movimentarem o maior fluxo possível de valores financeiros.

O lucro disseminado pelo contexto internacional está diretamente ligado à diplomacia corporativa que atua sobre as bases das transnacionais e articulam as paridades dos agentes externos.

As relações internacionais, todavia, ganham impulsos com as diferentes ações dos sujeitos internacionais e seus processos que enfatizam o sistema capitalista. Desde o surgimento do novo regionalismo, iniciado na década de 1990, que compreende a baixa relevância de barreiras comerciais e o aumento de importações e exportações, percebeu-se, como sucinta Menezes (2006), que é possível incentivar o crescimento dos países emergentes através da integração.

A conjuntura mundial baseia-se muito mais nos aspectos econômicos que sociais ou políticos para dinamizar a Ordem Mundial e, nesta perspectiva um tanto conflituosa, acaba por criar a concorrência desleal entre os países, gerando mais corrupção, mais miséria aos países pobres e ostentação e riqueza aos ricos.

Referências

ACCIOLY, Hildebrando. *Manual de direito internacional público*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. *Relações internacionais contemporâneas: a ordem mundial depois da guerra fria*. Petrópolis: Vozes, 2005.

AMARAL JÚNIOR, Alberto do. *Introdução ao direito internacional público*. São Paulo: Atlas, 2008.

AMARAL, Renata Campetti. *O direito internacional: público e privado*. 2. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2006.

BESTER, Gisela Maria. *Direito constitucional: fundamentos teóricos*. São Paulo: Manole, 2005.v.1.

BIANCHERI, Boris. *Conciliar o mundo: a diplomacia na era global*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BONAVIDES, Paulo. *Do Estado liberal ao Estado social*. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1998.

CERVO, Amado Luiz. *História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX a era da globalização*. 2. ed. São Paulo: Saraiva 2007. v. 1.

GILPIN, Robert. *A economia política das relações internacionais*. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

GIRAULT, Christian. El aspecto geopolítico de lá integración regional. *Revista del Instituto de Estudios Internacionales de la Universidad de Chile*. Chile, n. 163, mayo/agosto, 2009. p. 83-100.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JACKSON, Robert. *Introdução às relações internacionais: teorias e abordagens*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

KEOHANE, Robert. *Instituciones internacionales y poder estatal*. Ensayos sobre teoria de las relaciones internacionales. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1993. [Colección Estudios Internacionales].

KREMPEL, Angélica Aparecida Ferraz. Soberania Tributária em tempos de globalização econômica. *IDEA*, Uberlândia, v.1, n.1, jul./dez. 2009, p. 75-93.

IANNI, Octavio. *A sociedade global*. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

LECOURT, Dominique. *Café Philo: as grandes indagações da filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

LESSA, Antônio Carlos. *História das relações internacionais: a pax britannica e o mundo do século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2005.

MARTINS, Ives Granda da Silva. *Desafios do século XXI*. São Paulo: Pioneira, 1997.

MENEZES, Alfredo da Mota. *Integração regional: blocos econômicos nas relações internacionais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

MICHELENA, José Augustín Silva. *Crise no sistema mundial: política e blocos de poder*. Tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

OLIVEIRA, Hilário de. *Direito e negócios internacionais*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001

OLIVEIRA, Odete Maria de. *Relações internacionais: estudos de introdução*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2006.

RIBEIRO, Wagner Costa. *A ordem ambiental*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2005.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX a era da globalização*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. v. 1.

SARFATI, Gilberto. *Manual de diplomacia corporativa: a construção das relações internacionais da empresa*. São Paulo: Atlas, 2007.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *Relações internacionais*. Barueri: Manole, 2004.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *A nova dimensão do direito internacional público*. Brasília: Instituto Rio Branco, 2003.

Diversidade e aprendizado

Tatiana Barbosa Parreiraⁱ

Da análise de anúncios publicitários ao Plano Nacional de Desestatização, a revista IDEA traz um conteúdo repleto de conhecimentos nas áreas de relações internacionais, comunicação, administração, pedagogia e direito.

A diversidade tão presente nessa publicação científica reforça a integração dos conhecimentos das várias áreas do saber como meio para ofertar conhecimento e estimular o aprendizado. Unir o diverso é um desafio estimulante e necessário diante da realidade vivida nos dias atuais em que a integração dos saberes é um caminho já iniciado para as instituições de ensino superior.

O primeiro artigo desta edição, O ANÚNCIO PUBLICITÁRIO EM DUAS PERSPECTIVAS ANTROPOLÓGICAS, cria um diálogo entre a publicidade e a antropologia. Utiliza de anúncios publicitários para apresentar duas abordagens antropológicas comparadas: a abordagem vincucionista da dádiva e a abordagem estrutural da aliança.

Pela abordagem estruturalista do anúncio, analisa-se a diferença e complementaridade simultânea entre produtos e pessoas, pela qual o produto sai de um contexto indiferenciado como produto e entra numa esfera de cultura humanizada que o carrega de atributos como nome, identidade, estilo de vida e posição social. Pela abordagem vincucionista, o autor analisa a ruptura entre o valor de troca e o valor de uso dos bens, visto que as sociedades baseadas na lógica do mercado não buscam a utilidade e sim a produção do que for.

Em AS INTERELAÇÕES ENTRE DESIGN GRÁFICO E HISTÓRIA NA REVISTA ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA: POSSIBILIDADES DE PESQUISA, Márlon de Oliveira Borges Carneiro, faz um estudo do projeto gráfico da revista Ilustração Brasileira, publicação editada pela Sociedade Anônima "O Malho" na primeira metade do século XX abordando o diálogo entre o design gráfico brasileiro e o campo histórico. Sua

pesquisa está focada nos elementos visuais da revista apresentados como um conjunto gráfico que expressa intenções e preocupações dos sujeitos no momento em que foi produzido, de modo que, para além de comunicarem, indicam um conjunto maior de relações sociais.

No terceiro artigo, Eduardo Augusto da Silva aborda a responsabilidade histórica e sua importância na construção das memórias corporativas. Intitulado IRRESPONSABILIDADE HISTÓRICA: MEMÓRIA E REPUTAÇÃO CORPORATIVA COMO UM DOS DESAFIOS PARA A SUSTENTABILIDADE, o artigo apresenta as dificuldades para o desenvolvimento de tal responsabilidade e propõe a construção de um novo indicador de sustentabilidade, como instrumento de prestação de contas das organizações na avaliação de suas posturas corporativas.

O próximo artigo, PRÁTICA PEDAGÓGICA, SABERES DOCENTES E FORMAÇÃO CONTÍNUA EM QUESTÃO, objetiva refletir sobre a prática pedagógica docente no ensino superior. As autoras elaboraram uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa para avaliar os diversos problemas destas práticas, bem como as dificuldades pedagógicas, didáticas, metodológicas, entre outras, concluindo que cabe ao professor a busca constante pela continua formação, com vistas a vender desafios e melhorar a qualidade dos serviços prestados aos seus alunos.

Saindo do campo da educação, William Costa nos leva ao contexto das relações internacionais presente na sociedade contemporânea bem como suas modificações frente à nova ordem mundial do pós-guerra fria. Em seu artigo AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS FRENTE À GLOBALIZAÇÃO, busca elucidar a participação principiante dos negócios no âmbito global. Visto que a globalização se utiliza das relações internacionais para disseminar a ideologia capitalista, o autor aborda a relação entre as movimentações econômicas caracterizadas pelo neoliberalismo e o amplo papel do Estado no ambiente internacional, ressaltando seu processo transitório.

O LABIRINTO DA CRISE FINANCEIRA DE 2008 nos apresenta uma análise da crise financeira norte-americana de 2008 e sua repercussão no restante do mundo. Este

artigo faz uma análise dos diversos personagens desta história respaldados pelas formulações de Paul Krugman (professor de Economia e Relações Internacionais da Universidade Princeton e ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 2008). Seu intuito é oferecer ao leitor análise mais crítica sobre o funcionamento do mercado financeiro e as nuances de seu “efeito dominó” num mundo globalizado que exige constante reanálise, visto que o capital já não tem mais pátria.

No artigo A LOGÍSTICA REVERSA COMO INSTRUMENTO DE AÇÃO NA GARANTIA DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: ANÁLISE DAS INOVAÇÕES TRAZIDAS PELA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, Giovanna Cunha Mello Lazarini Gadia e Mário Ângelo de Oliveira Júnior fazem uma análise do direito fundamental ao meio ambiente sadio e equilibrado e sua concretização na legislação infraconstitucional. Observando a logística reversa apresentada pela Política Nacional de Resíduos Sólidos realizam a análise acordo com os direitos fundamentais previstos na Carta Magna nacional de 1988 e o caráter abstrato e amplo que tais direitos conferem ao legislador ordinário.

Grata pelo convite para escrever este editorial, reflito sobre a beleza de ser apresentada a conceitos novos em meio a tantos já conhecidos em uma única publicação. Aqui puder ler sobre comunicação e gestão, aprimorar o conhecimento dessas áreas e ao mesmo tempo, acessar informações sobre política e ambiente.

Caro leitor, espero que como eu, você possa sentir o encantamento que o encontro de saberes pode ofertar. Finalizo com uma citação de Roberto Crema que diz *“Ninguém cura ninguém, ninguém se cura sozinho, as pessoas se curam no encontro.”* Acredito que como na vida, a integração dos conhecimentos na educação pode ser a “cura” que buscamos para viver em um mundo mais feliz.

ⁱ Comunicóloga graduada pela Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação - ESAMC. Possui MBA em Marketing e é professora nos cursos de Administração, Relações Internacionais, Relações Públicas, Publicidade e Design na ESAMC. Aluna especial do curso de mestrado em educação na Universidade Federal de Uberlândia - UFU.

Analista de mercado, possui experiência com projetos focados no lançamento de novos produtos, gestão mercadológica, comunicação e construção de marca.

IRRESPONSABILIDADE HISTÓRICA: MEMÓRIA E REPUTAÇÃO CORPORATIVA COMO UM DOS DESAFIOS PARA A SUSTENTABILIDADE

HISTORICAL IRRESPONSIBILITY: MEMORY AND CORPORATE REPUTATION AS ONE OF THE CHALLENGES TO SUSTAINABILITY

Eduardo Augusto da Silva¹

Resumo: A memória corporativa impõe um risco muito perigoso para as organizações que não sabem contar a história para seus diversos públicos. O presente artigo apresenta as dificuldades para o desenvolvimento da responsabilidade histórica, confrontando conceitos, muitos deles ainda pouco entendidos pelos diversos profissionais de diferentes áreas de conhecimento. Propõe-se, ainda, a construção de um novo indicador de sustentabilidade, como instrumento de prestação de contas das organizações na avaliação de suas posturas corporativas. Através deste estudo, as organizações podem avaliar o alcance de suas ações como ferramenta de posicionamento estratégico, além de propor conceitos para o desenvolvimento de uma política de responsabilidade social visando a sustentabilidade, dirigida por um planejamento de comunicação montado a várias mãos, com a efetiva participação dos gestores na construção das estratégias de comunicação corporativa.

Palavras-Chave: reputação corporativa; responsabilidade histórica; sustentabilidade.

Abstract: The corporate memory very imposes a dangerous risk for the organizations that they do not know to count history for its diverse public. The present article presents the difficulties for the development of the historical responsibility, collating concepts, many of them still little understood by the diverse professionals of different areas of knowledge. It is considered, still, the construction of a new index of sustainability, as instrument of rendering of accounts of the organizations in the evaluation of its corporative positions. Through this study, the organizations can evaluate the reach of its action as tool of strategical positioning, beyond considering concepts for the development of one politics of social responsibility aiming at the sustainability, directed for a planning of communication mounted to some hands, with the effective participation of the managers in the construction of the strategies of corporative communication.

Key Words: corporate reputation; historic responsibility; sustainability.

1. Introdução

Recordar é viver? Para muitas organizações esta pergunta gera um frio na alma de muitos acionistas, presidentes e CEO's e mesmo de funcionários do baixo escalão. O passado para eles pode não ter uma boa história para contar e seria melhor cair no esquecimento.

¹ Doutor em Comunicação pela USP. Professor conferencista na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) e professor nos cursos de Pós-graduação em Gestão de Comunicação e Marketing e de Graduação em Relações Públicas da ESAMC-Uberlândia/MG. Email: dr.edu.augusto@gmail.com

Índia, 1984, resultado da reação de água com o ácido isocianato de metila, criou uma chuva química sobre centenas de barracões e de choupanas construídas em torno da fábrica de pesticidas. Resultado: mais de 4.000 mortos, 11.000 incapacitados. Responsável: na época, a gigante mundial da química e petroquímica, a Union Carbide.

Consequências para a empresa: nenhuma, pois a multa de US\$ 3 bilhões foi congelada numa conta por processo judicial e nenhuma vítima nunca recebeu dinheiro algum. Hoje: fundida e camuflada, é a segunda maior companhia da indústria química do mundo, a Dow Chemical.

Alasca, 1989, vazamento de 41 milhões de litros de petróleo do navio Exxon Valdez. Resultado: devastação da fauna do litoral do Alasca. Responsável: Exxon. Consequências: multa de US\$ 5 bilhões pelos danos ambientais, porém entrou na justiça com um pedido para recorrer da decisão. Para as vítimas, nada. Um estudo, publicado pela revista científica Science, em 2004, 15 anos depois do acidente, concluiu que a recuperação da área está longe de alcançar um nível ideal. A região continua a apresentar problemas resultantes dos resíduos do petróleo derramado.² Hoje: a Exxon Mobil Corporation é a maior empresa privada de petróleo e petroquímica do mundo, presente em cerca de duzentos países e territórios. No Brasil, é representada pela Esso Exploração Santos Brasileira, ExxonMobil Química e ExxonMobil Business Support Center Brasil.³

Baía da Guanabara, Rio de Janeiro, janeiro de 2000, vazamento de 1,3 milhão de litros de óleo. Resultado: fauna e flora devastadas e comprometimento da pesca por, no mínimo, 25 anos (Repetiu no mesmo ano, num incidente semelhante, no Rio Iguaçu, no Paraná). Segundo Nassar (2004:74) “As falhas humanas internas da Petrobras resultaram em milhares de reportagens em todo o mundo. Nelas ‘o maior ativo de uma empresa, a marca’, foi fortemente responsabilizada pelas lambanças em água salgada, doce e no imaginário dos públicos.” Para as vítimas: depois de nove anos, quase nenhum ressarcimento para os pescadores da área. Gastos, só com comunicação e marketing. Hoje: a Petrobras é vista como orgulho nacional, além de ser considerada a quarta empresa mais respeitada do mundo, de acordo com a *Reputation Institute*, empresa privada de assessoria e pesquisa, com sede em Nova York.⁴

² <<http://www.greenpeace.org/brasil/oceanos/noticias/desastre-do-exxon-valdez-uma>>. Acessado em 29 de julho de 2009.

³ <http://www.esso.com.br/Brazil-Portuguese/PA/BR_HomePage.asp>. Acessado em 29 de julho de 2009.

⁴ <<http://www2.petrobras.com.br/portal/frame.asp?area=apetrobras&lang=pt&pagina=/Petrobras/portugues/reputacao.asp>>. Acessado em 29 de julho de 2009.

Maricato (2006, p. 127) defende ser “necessário um verdadeiro mergulho no âmago de todas as questões ‘existenciais’ da organização”. Se seguissemos cegamente seu conselho teríamos um diagnóstico empresarial indigesto para uma boa estratégia de comunicação organizacional, em muitas empresas espalhadas pelo mundo.

Aliás, lança-se uma relevante questão: memória é reputação ou é, na realidade, a atividade de bons profissionais de comunicação que, como verdadeiros “censores”, filtram os fatos que devam ser efetivamente relatados para construir a reputação?

2. Memória não é reputação

Parece-nos ser mais coerente responder que é trabalho dos profissionais de comunicação e que somos corroborados com o que Zanetti (2004) diz: “a magia do ato de contar uma história não se resume na história contada, mas no próprio ato”. O ato dos gestores de comunicação corporativa, dos relações públicas, dos publicitários ou dos assessores de comunicação de contar a história que pode ser ouvida, vista e lida pelos interessados.

Ao ler estas linhas, o leitor já deve estar armado de argumentos em defesa das corporações que buscam, literalmente através de ações, merecerem hastear no ponto mais alto de seus prédios a bandeira de empresa socialmente responsável ou cidadã.

Ainda assim, o desafio continua patente quanto ao que devemos entender sobre responsabilidade histórica ao depararmos, por exemplo, de um lado, com situações degradantes de milhões de pessoas nos países mais pobres, passando fome e sofrendo com doenças diversas, necessitadas de grandes investimentos em políticas públicas razoáveis e, noutro lado, diante da crise de 2008, os governos no mundo todo despendendo trilhões de dólares para salvar bancos e empresas que nadaram por anos a fio nos lucros especulativos de um sistema financeiro virtual e gananciosamente equivocado no ponto de vista do pensamento capitalista ideologicamente insustentável.

Que responsabilidade histórica devemos atrelar à Pfizer que, segundo sua “Filantropia com a Aids”, somente depois que milhares de africanos morreram e sofreram sob os efeitos das doenças decorrentes da Aids, somada à pressão de ativistas e da possibilidade da licença compulsória que permitiria a introdução de genéricos da sua patente *Floconazol*, resolveu disponibilizar um número limitado de seu produto, gratuitamente ao setor público da África do Sul e agora “reivindica os créditos de seu esforço caridoso”? (WEISSMANN, p. 2003).

A resposta não está nos números: a Pfizer se consolida como líder em importantes segmentos do setor farmacêutico, com presença em mais de 140 países e aproximadamente 90 mil funcionários.⁵

Ao discutir sobre a postura da VW no Brasil, quando tomou a decisão de demissão em massa, em 2006, Nassar (2006a) retoma o passado historicamente orgulhoso da empresa no seu papel primordial para o desenvolvimento do país e sua efetiva conversação com os seus *stakeholders* nos momentos de crise, e pergunta: “qual o passivo que as demissões anunciadas pela VW deixarão junto aos seus diversos públicos, entre eles o consumidor brasileiro?”

Hoje, segundo a revista Exame ("Maiores e Melhores"), a Volkswagen é a [segunda*] maior empresa privada do Brasil, com 22 mil colaboradores e 17 milhões de veículos produzidos ao longo da história. Somente em 2008, fabricou no país 846 mil veículos.⁶

3. Irresponsabilidade histórica

As multinacionais têm uma longa e sombria história com catástrofes e até mesmo com o holocausto: Mussolini e Hitler eram adorados pelas corporações que, se não os financiaram com pesados investimentos na época da 2ª Grande Guerra, no mínimo continuaram suas operações naqueles países como se nada tivessem a ver com o que ocorria no resto do mundo - milhões de mortos, perseguições étnicas, saques de bens públicos e privados, além de todo tipo de atrocidade inimaginável. Dentre estas empresas que agiam negligentemente, têm-se: Esso, GM, Ford, Coca-Cola (que como símbolo americano não podia vender seu produto principal diretamente, inventou a Fanta Laranja para os alemães) e IBM (com sua máquina de cartões perfurados para cadastro e controle de presos em campos de concentração). Todas elas faturando enquanto milhões morriam.⁷

Isto é memória, que não pode ser entendida como reputação corporativa do ponto de vista estratégico, mas deveria ser contemplada pela perspectiva ética. No entanto, não é nenhuma surpresa, dado que diversas corporações são multadas por cooperarem com regimes terroristas e tiranos. O problema está no valor das multas que, aos olhos do cidadão comum

⁵ <<http://www.pfizer.com.br/interna.aspx?idConteudo=280&idConteudo2=281>>. Acessado em 29 de julho de 2009.

*Correção do autor, pois no site oficial Melhores & Maiores da Exame ela é a segunda e não a primeira maior empresa privada. E ainda, é a quarta maior dentre todas, públicas e privadas. Veja: <<http://mm.portalexame.abril.com.br/empresas/maiores>>. Acessado em 29 de julho de 2009.

⁶ <http://www.volkswagen.com/br/pt/Volkswagen_do_Brasil/historia_da_volkswagen/Volkswagen_do_brasil.html>. Acessado em 29 de julho de 2009.

⁷ Todos estes dados são encontrados no documentário: *The Corporation*, de Mark Achbar, Jennifer Abbott & Joel Bakan, 2003.

podem parecer cifras grandes, mas, para as criminosas multinacionais, são ridículas e não intimidam. Tidas como sanções ou castigos aplicados pelo poder jurídico, moralmente é insuficiente para gerar mudança efetiva nos comportamentos corporativos.⁸

Segundo a lista das *100 Empresas mais Criminosas dos anos 90*, que recentemente foi divulgada na internet por Russell Mokhiber, muitas são reincidentes:

As empresas definem as leis sob as quais vivem. Por exemplo, a indústria automobilística nos últimos 30 anos trabalhou sua vontade no Congresso para bloquear legislação que teria imposto sanções criminais sobre violações conscientes das leis federais de segurança nos veículos. Hoje, se uma indústria automobilística é apanhada violando a lei e se a polícia não estiver dormindo no ponto, só paga uma multa civil.⁹

O autor da lista atenta para o fato de que enquanto os crimes de rua custam à nação [norte americana] US\$ 3,8 bilhões por ano, as fraudes de colarinho branco vão de US\$ 100 bilhões a US\$ 500 bilhões por ano e, chama a atenção ainda para aqueles que tentariam articular que os crimes de rua não podem ser comparados ao crime empresarial, pois este não é violento:

O FBI estima que 19.000 norte-americanos são assassinados a cada ano. Compare isso com 56.000 norte-americanos que morrem a cada ano no trabalho ou de doenças ocupacionais como silicose e asbestose e as dezenas de milhares de outros norte-americanos que caem vítimas da violência silenciosa da poluição, alimentos contaminados, produtos de consumo perigosos e erros médicos. Essas mortes frequentemente são resultado de imprudência homicida. Elas são às vezes processadas como homicidas ou por violação criminosa de leis federais. E crimes ambientais frequentemente resultam em morte, doenças e ferimentos.¹⁰

O que Maricato (2006) chama de memória o “resgate e a manutenção da história vivida [para] liderar o pensamento do presente, como construção do futuro”, não tem nada de novidade, pois é função dos gestores da comunicação no seu dia-a-dia nas organizações e que respondem ao que ele questiona se “é a história que incide no perfil da empresa ou se é a empresa que age e registra sua evolução histórica, sendo única agente do próprio destino”.

⁸ *Idem.*

⁹ <<http://antonioluizcosta.sites.uol.com.br/100maiores.htm> ou <http://www.corporatepredators.org/top100.html>>. Acessado em 29 de julho de 2009.

¹⁰ *Idem.*

4. Os “censores” da história

Sempre foi papel dos profissionais de comunicação verificar o perfil dos fundadores, identificando valores corporativos. São eles que analisam fatores motivacionais dos colaboradores como os mitos e os heróis, como também estudam a história mercadológica dos produtos e seus efeitos no cotidiano dos consumidores influenciando, ou não, nos estilos de vida e nos comportamentos adquiridos ao longo do tempo em suas experiências de consumo e uso das marcas de suas empresas.

Numa economia mundial, onde as informações são filtradas por uma mídia associada aos seus patrocinadores e mega conglomerados, quem defenderá o direito à informação do público? Veja o caso da Monsanto, com seu hormônio para crescimento bovino (o rBGH), que com uma ação extremamente coordenada, apoiada por especialistas, professores universitários, repórteres, formadores de opinião pública e o próprio FDA - *Food and Drug Administration* (órgão regulador de alimentos e produtos farmacêuticos comercializados nos EUA), conseguiu propagar e comercializar seu produto de marca *Posilac*. Mas foi comprovado que gerava câncer, criava problemas nos rins, baços, inflamação no coração e outros males, além de provocar dores, desconfortos e doenças irreversíveis nas vacas leiteiras. Repórteres da Fox TV tentaram delatar o fato, mas foram ameaçados pela Monsanto. Rupert Murdoch, o maior dono de estações de TV, incluindo a Fox TV, pensou não ser bom para seus negócios, demitiu os repórteres e o programa não foi ao ar. O caso foi aos tribunais norte-americanos, mas, depois de três anos de processo, foi congelado e esquecido. O hormônio *rBGH* é proibido na Europa e Canadá, mas continua escondido na maior parte do leite comercializado nos EUA.¹¹ O resto, é história.

Assim, ao que Maricato (2006) entende como novo critério o conhecimento da história da empresa para agregar valor aos produtos e serviços das organizações, juntamente como a “construção de uma identidade coletiva, contada, criada, confrontada e partilhada entre os sujeitos de ação: a sociedade”, fazemos outro questionamento: estaria a sociedade efetivamente preparada em transformar sua desconfiança, diante dos fatos encontrados, em práticas ativas de “quebra de relacionamento” com os produtos e marcas de que tanto ama?

¹¹ Documentário: *The Corporation*, de Mark Achbar, Jennifer Abbott & Joel Bakan. Big Picture Media Corporation. 2003.

A princípio, poderia esperar, depois de nossa exposição até aqui que, defenderíamos claramente que a sociedade está apática, ou as empresas são arrogantes em ter este discurso negligente ou os pesquisadores e autores não entenderam direito as consequências devastadoras da “história pura” a ser compartilhada entre empresa e quem quer que seja. Mas pensamos que a história é outra.

As corporações existem há, pelo menos, 150 anos. Começaram discretas, quase imperceptíveis e agora dominam tudo e qualquer coisa, a ponto de dependermos delas para nossas vidas, alegrias e tristezas, realizações e decepções, ilusões e experiências.

Para se chegar neste nível de dependência vital do ser humano, as organizações, alerta Grossman (2003a), “não fazem propaganda de seus produtos, mas de estilos de vida. Foram anos de educação deste modo de ver as coisas. Um modo de pensar. Uma história de quem somos como pessoas e como chegamos aqui e qual é a fonte de nossa ‘liberdade’”. É a gestão da percepção no sentido de fazer-nos pensar que a organização é “inevitável, indispensável, muito eficiente e responsável pelo progresso e qualidade de vida. Elas se vendem, vendem sua dominação, seu regulamento. Criam para si uma imagem de sujeito comum da rua”.

Este século e meio de educação corporativa serviu para construir e acumular uma espécie de capital de reputação, para ser usado em momentos como o que estamos passando, em relação a uma relativa desconfiança por parte de uma parcela consciente e menos propensa aos argumentos galanteadores daquelas organizações negligentes ou espertas. Para Nassar (2006b),

significa ter capital a ser sacado numa caderneta de poupança de imagem. (...) Esse ambiente sisudo faz com que as corporações tenham que explicar, por meio de sua comunicação, o significado de suas ações e comportamentos, e legitimá-lo frente a quem está convivendo com a poluição em toda parte, perdendo direito e emprego, entre outras desgraças.

5. A “epidemia” da responsabilidade social corporativa

Para aquelas organizações que não têm suficiente “capital de imagem” acumulado, ou já o tenham esgotado em situações de crise de imagem e escândalos, se vêem numa situação em desvantagem aos demais concorrentes - como se fosse uma corrida para ver quem fica

mais bonito na foto -, e apelam para a divulgação de modos de conduta, carta de valores éticos ou assumem o mote do “socialmente responsável”, a coqueluche corporativa do século XXI.

Resultado: um verdadeiro bombardeio vindo de CEO's (*Chef Executive Office* - Presidente Corporativo), diretores e gerentes de marketing e comunicação exacerbando o uso da comunicação corporativa integrada ao nível máximo: a retórica levada a cabo.

Esta proliferação de códigos de conduta e de iniciativas de negócios éticos está desafinada com a prática real. Klein (2002, p. 462-463) relata:

Em meados de 1999, por exemplo, quando a Nike surgiu como salvadora da Indonésia por ter aumentado os salários, ela também estava cortando seus laços com os trabalhadores de salários mais altos nas Filipinas e correndo para a China, onde os direitos dos trabalhadores são menos protegidos, o monitoramento é quase impossível e os salários mais baixos. A Levi's deixou a Birmânia (...) [ao] voltar para China criou um inovador código de conduta para a China, mas ao mesmo tempo estava demitindo milhares de trabalhadores na Europa e na América do Norte. A Gap, enquanto isso, era considerada modelo de abertura e reforma em El Salvador, enquanto manifestantes do lado de fora de suas lojas em Nova York e San Francisco protestavam contra as horrendas condições em suas fábricas em Saipan e na Rússia.

Com este cenário confuso, similar à sensação de andar pela *Time Square*, onde os prédios parecem ter vida própria, nos chamando para comprar suas marcas em imagens 3D, os cidadãos do mundo ficam a mercê e vêm se transformando em céticos ativos. Nassar (2004, p. 62), alerta que amigos dos miseráveis e dos carentes

(...) o fato é que esses ícones da comunicação do politicamente correto sinalizam a existência de uma indústria de relatórios, balanços sociais e de todo tipo de ações, que fazem da miséria do mundo, e de nosso país, um grande negócio. (...) O melhor que nós, consumidores, podemos fazer, pelo mundo, pelo próximo e por nós mesmos, é desconfiar e não comprar de empresas que estão persuadindo o consumidor por meio das mensagens administradas da responsabilidade social.

Rego (2000, p. 113) “descobriu”, há quase uma década atrás, que

comportamentos de cidadania organizacional lubrificam os mecanismos sociais da organização; reduzem as fricções e conflitos; favorecem a produtividade dos colegas de trabalho; libertam os gestores de certas atividades de controle e gestão de conflitos, favorecem a coordenação do trabalho entre os membros das equipes e entre os diversos grupos; permitem reter e atrair as pessoas mais competentes; facilitam a adaptação organizacional às mudanças ambientais.

Não corroboramos com os argumentos do autor português, visto que todos os benefícios acima descritos por ele são resultados de ações eficazes dos gestores da comunicação das organizações perante seus diversos *stakeholders* - preceitos básicos de quem atua, profissionalmente, na área da comunicação corporativa.

O conceito de “cidadania corporativa” nos parece uma adoção um tanto quanto forçada da parte das empresas e dos investigadores. Freitas (1999 *apud* KUNSCH, 2003, p. 141) é enfática:

Cidadania é um estatuto entre uma pessoa natural e uma sociedade política, portanto privativo do indivíduo e de seus direitos e deveres civis. Uma empresa, uma associação ou qualquer tipo de pessoa jurídica, pode ter uma nacionalidade, mas jamais uma cidadania. As empresas falam em nome de seus interesses, e o primeiro deles é não perder. Falam em nome de categorias e de setores da economia com interesses específicos e particulares. No entanto, pretendem ser o porta-voz de todos. Querem mostrar-se inatacáveis e falam como se suas ações, enquanto ‘cidadãs’, fossem resultado de uma ‘consciência’ do bem geral e não visassem retornos.

Por um lado, em concordância com a autora podemos, também, considerar o termo “cidadania corporativa” inválido. Ratificamos que a postura empresarial deve ser pautada, antes de tudo, pela sua missão e seus valores enquanto organização com fins lucrativos e, portanto, seus resultados deverão ser avaliados nesta perspectiva e não como um agente social que concorre com as ações do indivíduo enquanto cidadão.

Noutro lado da moeda, concordamos com a indiana Shiva (2003) que, ao confrontar direito com responsabilidade corporativa, sugere que primeiro devemos desfigurar a corporação como uma pessoa, onde há indivíduos que devem se responsabilizar no lugar da organização. Os CEO’s e administradores precisam viver segundo as regras de qualquer comunidade, qualquer país, exatamente como qualquer outro. Não podem estar acima das regras da cidadania. Se as pessoas pagam impostos ao entrarem e ao saírem dos países, as corporações devem também. Não podem partir

sem dar nada em troca a um país ou comunidade. Este é o contexto da responsabilidade. Todo acionista, CEO ou diretor deverá se responsabilizar pela destruição, poluição, desapropriação que fizerem nos lugares onde exploram e ganham dinheiro.

6. A essência das organizações

Está ocorrendo um equívoco de concepção e entendimento do que vem a ser a natureza das corporações. Principalmente quando tentamos dissecá-las sob o ponto de vista ético e das regras de conduta.

A postura ética esperada não pode ser caracterizada como regra porque ainda está na esfera das exceções, pois, segundo Almeida (2007, p. 231),

a ética nos negócios e a responsabilidade social corporativa ainda não adquiriram, de maneira consistente, a centralidade que tais questões exigem. Há muitas barreiras para a adoção de um foco mais ético e responsável nas empresas. À medida que a competição se intensifica, os gestores em todos os níveis sentem-se cada vez mais pressionados pelo tempo.

Ainda são recentes as práticas neste sentido e as investigações são pouco consistentes quanto ao verdadeiro retorno que essas ações podem oferecer. O título de “Empresa Socialmente Responsável”, tão almejado, exige uma revisão criteriosa quanto às posturas éticas de quem tenta adotá-lo e inseri-lo na definição de sua missão corporativa.

As práticas adotadas pelas organizações, neste sentido, permanecem no campo da retórica, falando muito e agindo pouco, visto que as ações realizadas para lidar com as demandas sociais se resumem em políticas de comunicação corporativa. Especificamente com os *stakeholders*, de *lobby* junto aos governos e da corrida por premiações de pompa e troféus de fachada para atender a metas qualitativas inadequadas de comunicação institucional.

Agora que, declaradamente, fazer o bem para ganhar bem já não é mais pecado sob a ótica do capital, colocam-se em discussão os conceitos de responsabilidade social corporativa, pois muitas organizações insistem em se firmar sob esta bandeira quando investem em alguma causa, seja ela social, esportiva, cultural ou ambiental, associada aos preceitos de marketing. O desempenho, como parâmetro de eficácia, assume a personagem de postura ética com preocupação social como fatores-chaves de sucesso.

Ao invés das empresas demonstrarem uma preocupação devidamente ética, isenta de qualquer parcialidade, elas apontam para a direção da responsabilidade social como oportunidade de se diferenciar dos concorrentes e, ainda, absorvem um novo conceito, o da sustentabilidade, sem o devido cuidado, entendendo-os, mais uma vez, como sinônimo.

Seguindo uma linha de pensamento mais ou menos defendida pelo mercado e por muitos pesquisadores, Srour (2008, p. 67) alega que

as empresas não competem apenas pelo mercado, mas para conquistar uma boa reputação: querem dispor de uma reserva de credibilidade que lhes confira a “licença para operar” e, por conseguinte, o benefício da dúvida em situação de crise. Procuram obter, sobretudo, um crédito de confiança que lhes outorgue uma vantagem competitiva para incrementar sua rentabilidade. Não o fazem por um surto de bom-mocismo.

Logo, responsabilidade social corporativa ‘gera vantagem competitiva’ quando vemos alguns profissionais defendendo as perspectivas positivas do investimento nesta área. Como Almeida (2007), por exemplo, eles entendem que o

crescimento mundial das vendas de produtos orgânicos é uma evidência de que, mantidas as condições adequadas de preço, desempenho, respeito às culturas locais e conformidade social e ambiental, a responsabilidade corporativa efetivamente demonstrada é um indutor positivo de *market share*. [Ou] (...) enquanto a maioria das empresas ainda tem dificuldade de lidar com os pobres, recusando-se a enxergá-los como um mercado para seus produtos (...) estão surgindo modelos de negócios lucrativos voltados aos pobres.

No entanto, responsabilidade social corporativa e sustentabilidade não são sinônimos, mas correlativos. O primeiro serve de premissa para o segundo, mas não é, necessariamente, a mesma coisa. O segundo termo é resultado, ainda incompleto, de uma complexa e divergente discussão sobre um conceito muito novo.

Além de exigir uma extensa avaliação das diversas definições que tratam do desenvolvimento sustentável, acreditamos que ainda está muito cedo em tomar partido num campo de extrema controvérsia e de forte apelo ideológico, dependendo de qual perspectiva escolher.

Ainda que tenha sido aceito, é um conceito em que não se chegou ao consenso. Para

Bellen (2007, p. 23), ele

provém de um relativamente longo processo histórico de reavaliação crítica da relação existente entre a sociedade civil e seu meio natural. Por se tratar de um processo contínuo e complexo, observa-se hoje que existe uma variedade de abordagens que procura explicar o conceito de sustentabilidade.

A ideia de sustentabilidade envolve as perspectivas materiais, ambientais, sociais, ecológicas, legais, culturais e políticas. Mas, acima de tudo, é uma perspectiva global, pois o um único “ator, como uma empresa ou comunidade, não pode ser considerado sustentável em si mesmo; uma parte não pode ser sustentável se outras não o são” (BELLEN, 2007, p. 32).

Daí, utilizar o termo “sustentabilidade”, atualmente, configura uma atitude semelhante à do uso do termo “cidadania corporativa”, ou seja, de cunho promocional e, muitas vezes, irresponsável, visto que sem entender ou se inteirar dos seus significados, as organizações ou mesmo pesquisadores reduzem o campo da comunicação corporativa às políticas mercadológicas de *market share*.

7. Mudando as relações

Parece, portanto, necessário enxergar com outros olhos as organizações, mudando nossas relações e nossa linguagem para lidar com elas. Devemos começar por entender que responsabilidades social corporativa é um paradoxo, uma contradição, que segundo Zepernick (2003)

não se trata de comportamento, mas da natureza das corporações. Não porque sejam irrecuperavelmente más, indistintamente. [Mas] porque elas não foram constituídas para serem responsáveis. Os seres humanos [é que] são responsáveis (...) pelas instituições que criaram, hipoteticamente para servi-los. Ainda que queiramos ter controle sobre as corporações, a linguagem não é a linguagem de um povo soberano. (...) Trata-se do relacionamento correto que precisamos criar [com elas].

Dessa forma, os holofotes se voltam para o homem e seus comportamentos. É necessário que ele assuma, também, certo nível de responsabilidade no seu entorno. O conhecido Michael Moore, alerta por esta responsabilidade individual:

Se optarmos por fazer refeições saudáveis, com a família, no lugar de comer no carro indo em direção a uma janela [de uma loja de *fast food*] e pedir alimentos quimicamente produzidos, estaríamos mandando uma mensagem para as corporações. (...) Por outro lado, as corporações sabem como fazer para tornar-nos viciados em certas coisas, seja um modo de vida, ou uma batata frita (MOORE, 2003).

É nosso papel na sociedade, que coletivamente, tem responsabilidade sobre o mundo. Devemos deixar, efetivamente, de consumir produtos de companhias que não nos dão contrapartida do que estão realizando além de auferir lucros: a prestação de contas como a nova linguagem.

Mas chegamos a outro problema: qual a medida de prestação de contas as organizações devem utilizar? Se soubermos que as organizações são exímias articuladoras do seu discurso e de sua postura, não devemos esperar delas que definam o modelo de avaliação de suas ações de responsabilidades e/ou de sustentabilidade.

Cabem aos órgãos públicos, os legítimos representantes da sociedade para definir, por exemplo, qual o nível de emissão de gás carbônico deve sair dos escapamentos dos carros de uma Ford ou GM, e não estas. O governo que deve determinar qual o nível permitido de hormônio do crescimento bovino deve conter numa embalagem de litro de leite, não a Parmalat e seus parceiros corporativos.

Há muitas maneiras de reconstruir a comunidade, segundo Rifkin (2003) - litígio, legislação, ação direta, educação, boicotes, investimento social - e várias maneiras de enfrentar as corporações. Mas o que importa é a visão. Uma maneira melhor de contar a história.

Conseguir a atenção pela sua própria história advém de uma luta de grupos que, por anos, tiveram que aprender sobre vários assuntos, como química, física, biologia, ecologia, mercados, táticas militares etc., para enfrentar o algoz institucional e ganhar algumas batalhas. Isto vem alterando a natureza do trabalho e seu entendimento. Vem educando mais e mais pessoas e aumentando o enfrentamento contra governos e autoridades públicas, questionando a própria lei (GROSSMAN, 2003b).

8. Qual a moral da história?

As perspectivas que as ações de intervenção socialmente responsáveis oferecem atingem um amplo espectro de benefícios que, se analisadas sob o ponto de vista ético, pode ser relevante para o mercado e a sociedade como um todo.

Se quisermos realmente cobrar das organizações, devemos ter instrumentos adequados para avaliá-las. Assim, um novo posicionamento deve ser estudado e proposto quanto às premissas de um modelo de prestação de contas. Este é um momento oportuno onde as ações institucionais de responsabilidade social corporativa e de sustentabilidade adquiriram a patente de comandante principal das estratégias corporativas no apoio aos objetivos de criação, desenvolvimento e manutenção de diferencial competitivo.

Vários modelos de indicadores de sustentabilidade vêm sendo desenvolvidos com intuito de ampliar o foco do pioneiro balanço social, visando extrair uma série de indicadores quantitativos e qualitativos que pode ser dividida em dois campos, a) os indicadores econômicos, dentre eles destacamos alguns: relação entre salários e receitas brutas da empresa; produtividade social da empresa etc. e b) os indicadores sociais, como: evolução do emprego na empresa; participação e evolução do pessoal por sexo e instrução; benefícios sociais concedidos (médico, odontológico, moradia, educação); política de proteção ao meio ambiente etc. (TINOCO, 2008, p. 41).

No entanto, a construção, o preenchimento dos formulários contábeis e, conseqüentemente, a análise desses indicadores, além de focar mais a empresa e seu ambiente interno, não contemplam as ações operacionais que geram resultados de impactos negativos como, por exemplo: catástrofes ambientais; doenças e prejuízos à saúde, ocasionadas por poluição ambiental, desmatamento, emissão de gases tóxicos e os malefícios oriundos do consumo de seus produtos como: obesidade, câncer, dependência química, distorções psicológicas, vícios etc.

E mesmo tentando seguir à risca a dimensão econômica que a contabilidade utiliza,

os meios tradicionais para medir custo e capitais (...) têm falhado por negligenciar, por um lado, a escassez provocada pela utilização de recursos naturais, que prejudica a produção sustentável da economia, e, por outro, a degradação da qualidade ambiental e as conseqüências que ela tem sobre a saúde e o bem-estar humanos (BARTELMUS, 1994 *apud* BELLEN, 2007, p. 35).

Assim, os modelos de indicadores de sustentabilidade, propostos e ainda largamente utilizados no Brasil, dão margens para que a organização camufle possíveis desníveis e,

portanto, sua dívida social em relação às suas ações operacionais. No campo da

contabilidade socioambiental, para o qual procedimentos e indicadores ainda estão em processo de desenvolvimento, o desafio está no fato de que, nessa dimensão, cada caso é um caso: não só porque cada empresa é diferente da outra, mas também porque há diferenças dentro de cada empresa. As informações socioambientais precisam estar coerentes com o entorno da empresa, com quem a influencia e é influenciado por ela (ALMEIDA, 2007, p. 150).

O embate para esta difícil tarefa poderia estar na construção de um novo indicador de sustentabilidade que inclua a “história pura” como componente de passivo ou ativo social.

Através deste novo indicador, as organizações podem avaliar o alcance de suas ações como ferramenta de posicionamento estratégico e desenvolver uma política de responsabilidade social visando a sustentabilidade, dirigida por um planejamento de comunicação montado a várias mãos, com a efetiva participação dos gestores na construção das estratégias de comunicação corporativa.

Referências

ALMEIDA, Fernando. *Os desafios da sustentabilidade*. 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier., 2007.

BARTELMUS P. Towards a framework for indicators of sustainable development. Working Paper series n.7, Department of Economics and Social Information and Policy Analysis, ST/ESA/1994/WP.7, New York: United Nations, 1994 In: BELLEN, Hans M. van. *Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

BELLEN, Hans M. van. *Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

FREITAS, M. E. ‘Cultura organizacional: identidade, sedução e carisma’, Rio de Janeiro: FGV, 1999 In: KUNSCH, Margarida M. K. *Planejamento de relações públicas na comunicação integrada*. São Paulo: Summus, 2003.

GROSSMAN, Richard. “Gestão da Percepção”. In: *The Corporation* (Documentário). Direção de Mark Achbar; Jennifer Abbott. [s.l.]: Big Picture Media Corporation. 2003a.

GROSSMAN, Richard. “A evolução da existência”. In: *The Corporation* (Documentário). Direção de Mark Achbar; Jennifer Abbott. [s.l.]: Big Picture Media Corporation. 2003b.

KLEIN, Naomi. *Sem Logo: a tirania das marcas num planeta vendido*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KUNSCH, Margarida M. K. *Planejamento de relações públicas na comunicação integrada*. São Paulo: Summus, 2003.

MARICATO, Adriano. História e memória. In: MARCHIORI, M. (org.). *Faces da cultura e da comunicação organizacional*. São Caetano do Sul: Difusão, 2006.

MOORE, Michael. Nós somos os culpados. In: *The Corporation* (Documentário). Direção de Mark Achbar; Jennifer Abbott. [s.l.]: Big Picture Media Corporation. 2003.

NASSAR, Paulo. *Tudo é comunicação*. São Paulo: Lazulli, 2004.

NASSAR, Paulo. A história da Volks está sendo esquecida. *Site Terra*. 3 de setembro de 2006a. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/imprime/0,,OI1119479-EI6786,00.html>>. Acessado em 24/04/2008.

NASSAR, Paulo. Reputação é memória. *Site Terra*. 12 de novembro de 2006b. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/imprime/0,,OI1234291-EI6786,00.html>>. Acessado em 24/04/2008.

REGO, Arménio. *Justiça e comportamentos de cidadanias nas organizações*. Lisboa: Edições Silabo, 2000.

RIFKIN, Jeremy. Psicoterapias. In: *The Corporation* (Documentário). Direção de Mark Achbar; Jennifer Abbott. [s.l.]: Big Picture Media Corporation, 2003.

SHIVA, Vandana. “Direitos versus Responsabilidades”. In: *The Corporation* (Documentário). Direção de Mark Achbar; Jennifer Abbott. [s.l.]: Big Picture Media Corporation. 2003.

SROUR, Robert H. Por que empresas eticamente orientadas? In: *Organicom*, Ano 5, número 8, 1º semestre de 2008.

TINOCO, João Eduardo P. *Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade social das organizações*. 4ª reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

ZANETTI, Elói. Pai me conta uma história. *Jornal Gazeta do Povo*. 9 de agosto de 2004.

ZEPERNICK, Mary. Mudando relações. Mudando linguagem. In: *The Corporation* (Documentário). Direção de Mark Achbar; Jennifer Abbott. [s.l.]: Big Picture Media Corporation. 2003.

WEISSMANN, Robert. A filantropia da Pfizer com a Aids. In: *The Corporation* (Documentário).
Direção de Mark Achbar; Jennifer Abbott. [s.l.]: Big Picture Media Corporation. 2003.

O ANÚNCIO PUBLICITÁRIO EM DUAS PERSPECTIVAS ANTROPOLÓGICAS THE ADVERTISEMENT IN TWO ANTHROPOLOGICAL APPROACHES

Paulo Roberto Albieri Nery¹

Resumo: Apresentação de duas abordagens antropológicas comparadas tomando por objeto os anúncios publicitários; a abordagem vincucionista da dádiva e a abordagem estrutural da aliança; comparação entre duas perspectivas da diferença: colonizadora e totalitária.

Palavras-chave: dádiva; vínculo; anúncio.

Abstract: Presentation of two approaches comparing anthropological perspectives and taking by object the commercials; the approach of gift theory and structural approach of the alliance; comparative study of two perspectives of difference: colonial and totalitarian.

Key words: gift; bond; commercial.

Um acordo inusitado: antropologia e publicidade

O tema preferencial da antropologia é a diferença cultural; o tema preferencial da publicidade é a comunicação social. Visto assim à distância, até parece não haver nenhuma forma de interlocução entre ambas. Ledo engano. Deixando de olhar a comunicação como um ato do indivíduo isolado, e passando a prestar atenção na instituição social que ela representa, como propõe Winkin (1998), começamos a perscrutá-la como campo de representação permanente da cultura, no qual o ator social participa não só com palavras, mas também com gestos, olhares e até mesmo com silêncios, de modo que a natureza cultural dessa concepção ampliada da publicidade toma contornos mais amplos.

Para começar a mudar a circunstância desse diálogo incipiente, é preciso procurar desnudar os diferentes sentidos que a expressão "diferença" assume na vida

¹ Professor Associado em Antropologia na Universidade Federal de Uberlândia (UFU); pós-doutor pela Universidade de Brasília (UnB) e doutor pelo Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN/UFRJ). E-mail: pranery@ufu.br

humana, para em seguida refletir sobre a publicidade como uma espécie de operador “mágico” a atuar no campo de representações permanentes da cultura contemporânea.

1. O fetichismo da diferença

Assim como Marx deslindou, em *O Capital*, o fetiche da mercadoria atuando no sistema capitalista, é preciso também deslindar o fetiche da diferença, conforme se refere Finkelkraut (1988) a propósito das dificuldades inerentes ao reconhecimento das diferenças no mundo atual.

Existem duas formas bastante diferenciadas de tratamento das diferenças, ambas presas a conceitos equivocados de cultura.

A primeira delas é a clássica visão do europeu branco sobre os "outros": negro, índio, mestiço, etc. Nessa forma de tratamento, o "outro" é sempre passível de subjugação legitimada, uma vez que:

- 1) se estende sobre ele um olhar universalista que trata as culturas numa mesma escala de valor;
- 2) há hierarquia entre as mentalidades coletivas;
- 3) o diferente é sempre inferior;
- 4) a diferença é classificada a partir de uma perspectiva centrada;
- 5) nunca se pode ser "outro" na perspectiva centrada;
- 6) só existe uma civilização possível.

Nessa forma de tratamento, faz-se da diferença uma religião, mantendo-se o argumento biológico como razão de ser da prática colonizadora.

A crítica antropológica a esse tratamento da diferença, a qual chamaremos por convenção *"diferença colonizadora"*, se baseia na ideia de que a diferença não pode ser pensada como estando dada na natureza dos homens, ela não pode ser concebida como derivada do patrimônio biológico da humanidade, mas sim como uma construção ideológica do autoconhecimento humano.

Se fosse apenas isso que impedisse uma visão mais tolerante das diferenças tudo estaria relativamente bem, já que a crítica antropológica do argumento biológico foi suficientemente devastadora para acarretar a superação das limitações racistas que a visão colonizadora implicava. Mas as coisas não se passam de modo tão simples assim.

Com a crítica antropológica do argumento biológico apareceu junto com ela também a crença de que tudo é cultural, afirmação duvidosa que fez recair num outro tratamento equivocado da diferença.

Se no tratamento universalista da diferença, concebido pela visão da diferença colonizadora, os "outros" estavam condenados a serem inferiores por serem "outros" na origem - afirmação corrigida pela crítica antropológica - instalou-se depois um tratamento particularista da diferença, o qual passou a condenar o "outro" aos limites restritos de sua identidade cultural.

Trata-se de uma nova forma de racismo, agora contra o indivíduo, a que poderia se denominar "*diferença totalitária*", na medida em que os "outros", nessa forma de tratamento do diferente, são expressão seja:

- 1) da incomensurabilidade dos modos de ser;
- 2) da pulverização da unidade da espécie humana;
- 3) da condição de intransponibilidade intercultural;
- 4) de um olhar que separa os diferentes;
- 5) de que não se pode ser Homem, isto é, não se pode reivindicar como distinção compartilhada a condição humana de todos os seres humanos;
- 6) de que existem múltiplas etnias incomparáveis entre si.

O quadro a seguir esquematiza a relação entre as duas formas de tratamento da diferença já apresentadas:

QUADRO 1: Visões da Diferença

Racismo de ontem: <i>a diferença colonizadora</i>	Racismo de hoje: <i>a diferença totalitária</i>
As culturas são tratadas numa única escala de valor	As culturas são tratadas em escalas diferentes de valores
Há unidade da espécie, mas hierarquia das mentalidades	A unidade biológica da espécie é pulverizada em diferentes culturas
O diferente é tratado como inferior	O diferente é visto como outro absoluto
A diferença é classificada	O diferente é excluído
Não se pode ser "outro"	Não se pode ser "Homem"
A civilização é uma	As etnias são múltiplas e incomparáveis

Questão que fica para nós: ter superado o argumento biológico que imobilizava a diferença na sua condição de origem, através da crítica antropológica, não impediu que se estabelecesse um outro tipo de pensamento equivocado sobre a diferença, agora baseado num argumento culturalista.

O problema em sua dimensão de intolerância racista continua a existir: há um viés evidente no modo como se interpreta a ideia de cultura. Enquanto se fizer atribuição de sentido para o termo cultura como condição de origem, os equívocos só irão revestir-se de roupagens diferentes, mas ele vai permanecer enquanto fonte de intolerância.

Faz-se necessário olhar para a cultura como processo, ou tarefa, no mesmo sentido em que a língua alemã utiliza a expressão *Bildung* para se referir àquilo que se torna o homem no processo de vir a ser que caracteriza a humanidade, pois a cultura não significa o aprisionamento do homem na origem senão tudo que ele precisa saber - e aprender - para se tornar membro de uma coletividade.

O tratamento universalista da diferença é prejudicial à própria diferença porque legitima a colonização da coletividade dos "outros" por uma coletividade que se toma a si como superior; o tratamento particularista também é prejudicial à diferença, no sentido de que condena a coletividade do "outro" à própria diferença, tirando de seus membros a legítima condição de indivíduo capaz de transcender as limitações da identidade cultural.

Ao pensar a cultura como *Bildung*, não como origem, se restabelece a dupla exigência do homem: saber-se indivíduo porque igual aos outros, e saber-se diferente porque membro de uma coletividade. Todavia, nem a individualidade lhe tira o atributo de perceber-se membro de uma rede coletiva, nem a diferença o impede de romper a barreira da identidade cultural, fazendo-o perceber-se como indivíduo moralmente autônomo.

2. O anúncio publicitário

À luz do que precede, pretende-se então apresentar o tema dos anúncios publicitários tendo em vista sua potencialidade de expressas diferenças, vale dizer, de

tomar como foco da atenção a condição de mediação que a comunicação social implica no conjunto da cultura contemporânea.

Se filósofos, economistas e sociólogos não conseguem ver muito bem em que as histórias de "selvagens", contadas quase sempre por antropólogos, dizem respeito a nós, povos com herança cultural de tradição ocidental, por outro lado, antropólogos e comunicadores sociais podem se dar ao luxo de serem interlocutores profícuos no contexto intercultural da globalidade presente. Entre outras razões pelo fato de que ambas as áreas de conhecimento de sua competência se apresentam como discurso que investiga os modos de conexão interpessoais.

Pretendo apresentar nesse sentido a teoria antropológica da aliança, em duas vertentes diferentes, a estruturalista e a vincucionista, com o propósito de aplicá-la à compreensão relativizada do anúncio publicitário. De um lado, a análise estruturalista do totemismo, elaborada por Claude Lévi-Strauss em *O Pensamento Selvagem* (1989), e transposta para o mundo burguês do consumo pela análise de Everardo Rocha (1985); de outro, a abordagem vincucionista da dádiva, pioneiramente elaborada, no início da década de 1920, por Marcel Mauss (2003), e recentemente retomada por Jacques Godbout (1998) e Alain Caillé (2002).

2.1. A abordagem estrutural do anúncio publicitário

Lévi-Strauss estabeleceu uma explicação para os sistemas totêmicos, encontrados pelos etnólogos nas sociedades tribais espalhadas pelo mundo, que tornou-se hegemônica em matéria de propiciar inteligibilidade para nós - ocidentais - relativamente àquele sistema de pensamento.

A explicação estruturalista consiste em mostrar o totemismo como um sistema lógico de classificação que serve para articular as diferenças no âmbito de uma totalidade social. Desse modo, o pensamento nas sociedades tribais opera através de uma lógica formal relativamente fácil de ser apreendida, a qual consiste basicamente em afirmar a existência de diferença e, simultaneamente, complementaridade entre animais e pessoas.

Em termos esquemáticos, se passa com o totemismo algo parecido com o apresentado no quadro a seguir:

QUADRO 2: o pensamento selvagem como sistema classificatório

Natureza	Cultura
Jacaré	Clã A
Gavião	Clã B
Urso	Clã C
Etc.	Etc.

Operando como um mediador entre natureza e cultura, a lógica do pensamento tribal consiste em classificar as diferentes categorias do mundo animal, sem deixar nunca de apresentar a complementaridade entre elas, isto é, partindo do pressuposto que a natureza não pode existir sem que estejam presentes todas as diversas categorias conhecidas. Mas o operador totêmico não apenas classifica e articula as diferenças na série de categorias do mundo animal - a natureza -, ele faz isso também com o mundo humano - o mundo da cultura. E acima de tudo: o operador totêmico estabelece uma mediação entre natureza e cultura, entre o mundo animal e o mundo humano, porque o pensamento tribal parte da crença de que seria tão absurdo pensar o universo sem determinadas categorias de pessoas conhecidas quanto seria ridículo pensá-lo sem certas categorias de animais.

Transpondo a análise levistraussiana para o mundo dos anúncios publicitários modernos, um desdobramento analítico semelhante se torna possível. O quadro 3 apresentado a seguir esquematiza a ideia:

QUADRO 3: o anúncio publicitário como sistema classificatório

Produção	Consumo
Produção indiferenciada de Cerveja	Mundo simbólico dos anúncios da cerveja Skol
Produção indiferenciada de Vinho	Mundo simbólico dos anúncios do vinho Liebfraumilch

Produção indiferenciada de Cachaça	Mundo simbólico dos anúncios da cachaça 51
Etc.	Etc.

O que a leitura estruturalista do anúncio publicitário afirma é a existência de diferença e, simultaneamente, complementaridade entre produtos e pessoas.

Assim a produção de cerveja, ou vinho, ou cachaça sai do mundo da natureza em que é produzida indiferenciadamente como produto - o domínio da produção capitalista - e entra no mundo humanizado da cultura - o domínio do consumo de mercadorias - como um mundo simbolizado de anúncios Skol, ou de anúncios Liebfraumilch, ou ainda de anúncios 51, respectivamente. Natureza se transforma em cultura, bem de uso potencial se transforma em valor simbólico.

De indiferenciados que eram no mundo em que foram produzidos como cerveja, vinho ou cachaça, os produtos recebem através dos anúncios publicitários considerados como operadores totêmicos o atributo de nome, identidade, posição social, pleno de emoções próprias, estilo de vida, ambiência, paisagem, etc.

Assim humanizados, esses produtos antes indiferenciados entram para o mundo do consumo e conectam-se às pessoas e a elas entre si. Os anúncios publicitários permitem então que se leia a sociedade como um sistema articulado de diferenças, e nesse sentido, os produtos agora personalizados, tornam-se uma espécie de totemismo moderno na medida em que ele passa a exprimir as diferenças entre pessoas e as diferenças entre produtos como um conjunto articulado de diferenças complementares entre si, que não podem prescindir umas das outras.

2.2. A abordagem vincucionista do anúncio publicitário

Em outra vertente de estudos antropológicos, Marcel Mauss escreveu um texto chamado Ensaio sobre a Dádiva, em 1924, no qual tratava pioneiramente do princípio de reciprocidade existente nas sociedades tribais como lógica de vinculação das pessoas entre si. Recentemente resgatada por autores contemporâneos como Jacques Godbout e Alain Caillé, a ideia maussiana da importância do vínculo social através das coisas que

circulam passou a ganhar profundas implicações quando transposto para o contexto das sociedades modernas.

A ideia subjacente à obra de Mauss consiste em afirmar que a circulação das coisas nas sociedades tribais não flui pela lógica do toma-lá-dá-cá, a qual postula que tudo na sociedade resulta de uma produção efetuada de modo a satisfazer alguma utilidade.

A relação social nas sociedades tribais, ao contrário, se inscreve numa lógica diversa segundo a qual tudo procede de uma assimetria original, de uma dádiva existente desde o princípio. Cabe às pessoas preservá-la, subjugando os interesses utilitaristas, de utilidade do uso das coisas e da eficácia de sua produção, ao primado das despesas antiutilitaristas que a dádiva põe em operação.

Não há ruptura entre a instância de produção de uma coisa, bem ou serviço, e seu uso na medida em que tudo que circula nas sociedades tribais transporta consigo um vínculo social, isto é, um conjunto de deveres, mas também de privilégios, de obrigações, mas também de créditos, de tal modo que aos agentes sociais se impõem um compromisso tríplice: a obrigação de dar, a obrigação de receber e a obrigação de retribuir, ou seja, aquilo que Mauss intitula o princípio ou sistema de dádiva, e que Caillé se refere como o universal sócioantropológico sobre o qual foram construídas as sociedades antigas e tradicionais.

Transposto para a análise do anúncio publicitário nas sociedades modernas, o princípio da dádiva permite apreender de um modo bastante inovador seu papel na existência social. Se nas sociedades tribais era o valor de uso das coisas que comandava a circulação de bens e serviços, de tal maneira que o valor de troca carregava o vínculo social - a obrigação mútua de dar, receber e retribuir - nas sociedades modernas, onde rege o princípio de mercado, não mais o da dádiva, criou-se uma ruptura entre o valor de troca e o valor de uso. Isso porque as sociedades baseadas no princípio do mercado não buscam serem úteis, mas tão somente produzir, seja o que for. Dito de outro modo: é como se a utilidade nas sociedades orientadas pelo mercado constituísse a produção máxima de coisas passíveis de serem transformadas em mercadoria, seja um alimento imprescindível para a nutrição seja um serviço dispensável do ponto de vista de sua função básica.

A razão desse estado de coisas é que, segundo a abordagem vincucionista, as coisas que circulam nas sociedades modernas não mais transportam o vínculo social, e

este então está relegado a lugares secundários dessas sociedades, mas não mais na troca, lugar preeminente das sociedades baseadas no mercado.

No sistema de troca mercantil, onde impera o mercado, os indivíduos são autônomos e independentes, mas em compensação, são também atomizados e divididos; as pessoas se transformam em múltiplos personagens que efetuam interações independentes entre si.

No sistema de dádiva ou dom forma-se uma rede tecida de obrigações e privilégios onde os indivíduos não são autônomos, mas também não são atomizados nem divididos. Se na relação mercantil A se relaciona com B de modo totalmente independente de sua interação consecutiva com C, como se fossem duas entidades distintas, no sentido de que nunca chegam a se mostrar plenas, por inteiro, em qualquer interação na qual se lancem, na relação de dádiva todas as interações formam laços de compromissos amarrando entre si as entidades que se tornam interdependentes umas das outras.

Mesmo no sistema de mercado marcando hegemonicamente a existência social das pessoas, continua a haver uma tendência de recusa, ou pelo menos, de resistência a deixar o mundo das coisas se transformar em mundo de produtos desprovidos de vínculos sociais, como objetos sociais não identificados que pairassem acima das diferenças intrínsecas em nome de valores universais baseados na equivalência quantitativa do dinheiro.

A resistência das pessoas em transformarem-se em consumidores de produtos, deixando de ser usuários de bens primeiramente úteis, encontra no anúncio publicitário uma mediação que visa anular ou pelo menos superar aquela resistência, por se apresentar como mediador de um vínculo de outra forma perdido.

Enquanto consumidores, que se defrontam diante de coisas, objetos e serviços, não necessariamente úteis, mas principalmente objetivados em valor de troca através do dinheiro, as pessoas encontram no anúncio publicitário o vínculo que de outra forma falta nas relações entre consumidores e mercadoria, já que a posse de dinheiro substitui nas sociedades regidas pelo mercado a obrigação de dar, receber e retribuir das sociedades regidas pela dádiva.

Conclusão

Procurei, portanto, mostrar como, na *abordagem estrutural* do anúncio publicitário, o mundo de consumo se apresenta como um grande universo holístico, no qual todas as partes são complementares entre si, e cada agente ou coisa produzida tem seu lugar próprio no contexto desta totalidade; as diferenças aí se complementam e são distintivas das posições que se ocupa no todo, de tal maneira que, nunca se destacam os valores absolutos, senão os afastamentos diferenciais através dos quais cada objeto de consumo é apropriado por seu consumidor específico.

Um automóvel se humaniza quando ele é transformado numa imagem publicitária que articula relações entre o bem de consumo em questão, como coisa material, com representações das diferenças atribuídas ao público-alvo desse bem material, já agora como bem simbolicamente apropriado.

Na outra abordagem apresentada, a *abordagem vincucionista*, procurei mostrar que as imagens publicitárias operam no mercado de consumo dos bens materiais como mediadores de vínculos sociais, vínculos dos quais não se pode abrir mão sob pena de interrupção do fluxo da dádiva social.

As propagandas anunciadas tornam possível ao consumidor manter-se em condições de interdependência com seus objetos estimados, formando com eles uma rede simbólica de pertencimento, no interior da qual ele potencializa sua condição de agente doador e receptor de dádivas. Mesmo quando o bem de consumo real que a imagem veicula só se presta a um consumo imediatista, a imagem que conecta o bem ao seu usuário mantém o sentimento de pertencimento existindo, e o fluxo de dádiva fluindo.

Tanto numa como na outra abordagem antropológica, o anúncio publicitário dá sentido ao ato de consumir, seja porque o humaniza, seja porque o vincula de modo interdependente a uma rede de troca estabelecendo o estatuto de humano para seu agente.

Referências

CAILLÉ, A. *Antropologia do Dom: o terceiro paradigma*. Petrópolis: Vozes, 2002.

FINKIELKRAUT, A. *A derrota do pensamento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GODBOUT, J. *O espírito da Dádiva*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LÉVI-STRAUSS, C. *O pensamento selvagem*. Campinas: Papirus, 1989.

LÉVI-STRAUSS, C. *O totemismo hoje*. Lisboa: Edições 70, 1981.

MAUSS, M. Ensaio sobre a Dádiva. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

ROCHA, E. *Magia e capitalismo: um estudo antropológico da publicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

WINKIN, Y. *A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo*. Campinas: Papirus, 1998.

O LABIRINTO DA CRISE FINANCEIRA DE 2008 THE LABYRINTH OF THE FINANCIAL CRISIS OF 2008

Vinicius Nogueira Marra¹
Francisco José Fontes Werpel²

Resumo: O presente artigo tem a finalidade de analisar a crise financeira norte-americana de 2008 e a sua repercussão em mercados de todo o mundo. A versão “oficial” divulgada mundialmente foi a de uma crise imobiliária que causou o notório colapso financeiro de nações altamente desenvolvidas como os Estados Unidos. Entretanto, a especulação e a desregulamentação de instituições financeiras foram, também, personagens desta história. Respaldados nas formulações de Paul Krugman (professor de Economia e Relações Internacionais da Universidade Princeton e ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 2008), pretendemos aqui apresentar ao leitor uma análise mais crítica de como o mercado financeiro funciona e as nuances de seu “efeito dominó” em um mundo integrado, em que o capital já não tem mais pátria e, por isso mesmo, a livre atuação do mercado sem intervenção dos governos demanda dos estudiosos apurada reanálise.

Palavras-chave: crise financeira; mercado imobiliário; mercado financeiro; desregulamentação.

Abstract: This study aims to examine the U.S. financial crisis of 2008 and how it caused such repercussions in markets around the world. The official version presented to the world was of a housing crisis that caused the financial collapse. However, speculation and deregulation of financial institutions were also characters in this story. Based on the study and analyzes of Paul Krugman (Professor of Economics and International Affairs at Princeton University, and Economics Nobel Prize winner in 2008), we aim to waken the reader to a more critical view into how financial markets work and their "domino effect" in an integrated world where capital has no “homeland”, and the free market without government intervention has to be reviewed.

Key words: financial crisis; real estate market; financial market; deregulation.

1. Introdução

O tema finanças, por sua própria articulação com outras áreas do conhecimento que não apenas a Economia e ainda pela complexidade analítica que sugere, não pode ser compreendido senão a partir de uma análise minudente, portanto crítica, do funcionamento dos mercados financeiros e em consonância com uma perspectiva histórica da conjuntura

¹ Aluno do curso de Relações Internacionais da ESAMC-Uberlândia/MG. Email: vinciusmarra_27@yahoo.com.br

² Professor dos cursos de graduação e MBA da ESAMC-Uberlândia/MG. Email: francisco.fontes@esamc.br

política em que se enquadra. Na mesma medida, não é possível entendermos a dinâmica do mundo que conhecemos hoje sem elegermos como vértice analítico acontecimentos políticos fundamentais dos anos 1990, dentre os quais o colapso do socialismo, não como ideologia reguladora, mas como ideia revolucionária com o poder para mudar a trajetória dos homens. O fervor revolucionário que pretendia exterminar oponentes em nome da socialização da riqueza entre os trabalhadores, tirando das mãos dos capitalistas a propriedade dos bens de produção, talvez não tivesse tido oportunidade de se estender por mais que algumas gerações. União Soviética e China caíram e o sistema capitalista permaneceu à frente da situação político-econômica mundial, mesmo com seus questionáveis pontos de decadência.

Não por acaso, pela primeira vez desde 1997, vive-se em um mundo no qual direitos de propriedade e mercados livres já são vistos, naturalmente, como princípios fundamentais relutantes para promover o interesse apenas de alguns, o que nos autoriza a pensar as relações (sociais, políticas e econômicas) voltadas a uma estrutura de poder, de há muito consolidada e baseada em desigualdades sociais, desemprego e injustiça social, os quais já foram aceitos como “fatos da vida”. A exemplo do que ocorria na Era Vitoriana³, o capitalismo se tornou um sistema seguro, não só pelo seu sucesso, mas porque ainda não se apresentou alternativa plausível para substituí-lo.

Se, quando da análise dos mercados financeiros, pensarmos no verdadeiro sentido do assunto - especialmente se entendermos e, de certa forma, acreditarmos que mercados geralmente tentam equiparar oferta e demanda -, uma recessão é conjuntura muito particular de fato. Durante uma crise econômica, sobretudo uma severa como a que despontou em 2008, a oferta parece estar em todos dos lugares; já a demanda, em nenhum.

Há trabalhadores dispostos, mas empregos insuficientes; fábricas em perfeito estado de operabilidade, mas escasseiam ordens para mantê-las em funcionamento; lojas abertas, mas poucos clientes. É fácil o bastante chegarmos à constatação de déficit na relação oferta/demanda de alguns bens: se um fabricante produz determinada mercadoria, a exemplo da Coca-Cola, mas em contrapartida os consumidores demandam outra produzida por um outro fabricante, por exemplo a Pespi, uma parte dessa primeira mercadoria, a

³ No Reino Unido, período do reinado da rainha Vitória, em meados do século XIX. Tratou-se de um longo período de prosperidade para o povo britânico, que se fartou com os lucros adquiridos a partir da expansão do Império Britânico no estrangeiro, bem como com o auge e a consolidação da Revolução Industrial e o surgimento de novas invenções, o que permitiu, via de regra, que uma próspera e educada classe média se desenvolvesse.

Coca-Cola, permanece como excedente e sem ser vendida. Mas como pode haver pouca demanda por bens em geral? As pessoas não gastariam, de uma forma ou de outra, o seu dinheiro com o consumo de mercadorias quaisquer que sejam?

Parte da reserva que as pessoas têm ao falarem de “recessão” encontra raiz na dificuldade de projetarem e compreenderem ao certo o que acontece durante uma crise, já que não raro seus pontos principais são reduzidos a uma terminologia de difícil entendimento.

A recessão (ou crise financeira levada a níveis extremos e com grande impacto sobre a economia de inúmeros países em termos planetários) é vista pelo público em geral como a falência de um todo orgânico enfermo que, na tentativa de acumular valores (riquezas, ou simplesmente dinheiro), logo impõe a ilusão de que a “cura” deva residir em simplesmente imprimir mais dinheiro. Mas a resposta não é tão fácil assim. Os emissores de dinheiro do mundo moderno, os conhecidos como Bancos Centrais (Banco Central do Brasil, o Federal Reserve [FED-EUA], o European Central Bank, o Bank of Japan e assim por diante), também deveriam chamar para si o dever de manter a economia equilibrada, injetando ou retirando dinheiro do mercado quando necessário. Não foi o que pareceu acontecer por ocasião da estrondosa crise de 2008, quando as economias mundiais, concentradas no poder financeiro dos Estados, socorreram os bancos privados na tentativa de evitar a falência de muitos deles. Tratou-se, portanto, de socorro, sobretudo, partindo de cofres públicos. Voltamos, pois, ao ponto de partida do nosso argumento: de que os Bancos Centrais deveriam ter o compromisso de manter a economia mundial equilibrada.

Mas eis que esbarramos em um primeiro questionamento: se fosse fácil a solução tal qual a pretendemos aqui, por que, de tempos em tempos, enfrentamos crises econômicas? Por que os Bancos Centrais simplesmente não imprimem dinheiro suficiente para manter a engrenagem do mercado funcionando?

Em um sistema de produção em que toda a trama do processo de reprodução repousa sobre o crédito, quando este cessa repentinamente e somente se admitem pagamentos em dinheiro, tem que produzir-se imediatamente uma crise, uma demanda forte e atropelada de meios de pagamento.

Por isso, à primeira vista, a crise aparece como uma simples crise de crédito e de dinheiro líquido. E, em realidade, trata-se somente da conversão de letras de câmbio em dinheiro. Mas essas letras representam, em sua maioria, compras e vendas reais, as quais, ao sentirem a

necessidade de expandir-se amplamente, acabam servindo de base a toda a crise.

Mas, ao lado disso, há uma massa enorme dessas letras que só representam negócios de especulação, que agora se desnudam e estouram como bolhas de sabão, ademais de especulações sobre capitais alheios, mas fracassadas; finalmente, capitais-mercadorias desvalorizados ou até encalhados, ou um refluxo de capital já irrealizável. E todo esse sistema artificial de extensão violenta do processo de reprodução não pode corrigir-se naturalmente. (MARX, 1894, parte IV, cap.30).

2. O que são os bancos?

Antes de prosseguirmos com a análise, devemos entender como as instituições financeiras surgiram e por que elas existem. E, ainda que de forma abreviada, entender também como elas funcionam.

Bancos são instituições magníficas, quando funcionam. E, com efeito, eles normalmente servem ao sistema econômico como instituições primordiais para se manterem as relações comerciais, seja em âmbito local ou internacional. Mas, quando não operam em equilíbrio no tocante a essa engrenagem - econômica e sistemática -, o caos se estabelece. Foi o que aconteceu nos Estados Unidos e em grande parte do mundo ao longo de 2008. Bancos modernos supostamente iniciaram suas atividades como “ourives”, cuja principal função teria sido “fabricar joias”, desenvolvendo uma via secundária de lucro como “guardadores de moedas de ouro” de outras pessoas. Uma vez que ourives tinham cofres bons e seguros, eles disponibilizavam um lugar mais seguro para que os donos do capital guardassem suas moedas, muito mais seguro, aliás, do que sob seus colchões (KRUGMAN, 2009, p. 154).

Em algum momento, esses ourives descobriram uma outra via de atuação ainda mais lucrativa: quando viram que poderiam tomar algumas destas moedas cuja guarda lhes havia sido confiada e emprestá-las a juros. Pode-se de imediato cogitar que isso causaria problemas se os donos das moedas de ouro voltassem para buscá-las e as quisessem imediatamente, mas esses ourives, em alguma medida, vislumbravam mínimas as probabilidades de isso acontecer. Evidentemente, em ocasiões esporádicas os depositários vinham e demandavam resgate de suas moedas, mas a maioria, não. Eis o suficiente para manter uma fração dessas moedas em reserva; o resto poderia, então, ser emprestado. E, assim, surgiam os bancos, que desde o início empreendem e mantêm esse mesmo ciclo de

reserva de capital - que não poderia ser emprestado, mas o é - hoje os bancos comerciais, em cumprimento a legislação, reservam junto ao Banco Central uma parte dos valores que recebem na forma de depósito, isto é conhecido como depósito compulsório.

(...) os bancos não têm liberdade de movimentar todo o dinheiro que fica na conta corrente porque são obrigados a depositar uma parte desses recursos no Banco Central. Isso se chama depósito compulsório.

Marcos Cintra, professor titular e vice-presidente da FGV (Fundação Getúlio Vargas), explica que essa medida tem o objetivo de evitar que os bancos emprestem dinheiro demais e acabem ficando sem reservas caso sejam feitos muitos saques num mesmo período. Ou seja, os bancos têm que estar preparados para devolver o dinheiro caso você precise deles.

De cada R\$ 100 que estão na conta corrente, os bancos deixam R\$ 42 no caixa do BC (esse é valor de compulsório ficado pelo Banco Central). O restante, eles podem, além de aplicar em títulos públicos, emprestar para consumidores e empresas.

Entretanto, como há maior risco de inadimplência das pessoas físicas e jurídicas, os bancos preferem colocar dinheiro em títulos públicos vendidos pelo BC, que são mais seguros e têm lucro garantido. (PORTES, 2009).

Nos EUA, a exigência de reserva é tipicamente de 10% do valor total das contas-correntes do banco. De modo que, sempre que determinado banco recebe um depósito, ele mantém 10% como reserva, emprestando o restante a juros.

O esquema é perfeitamente operacional e, portanto, funciona. Mas, em determinadas conjunturas, como essa mesma de 2008, algo pode sair errado. Pode haver rumores - falsos ou verdadeiros - de que os investimentos dos bancos tenham sido mal aplicados, e que estes mesmos bancos não dispõem de liquidez imediata, ou reservas, para pagar seus depositários. Os rumores podem, neste caso, apressar os resgates de dinheiro por parte dos depositários, sob a ameaça do “antes que seja tarde demais” - é o que chamamos, em termos técnicos, “pressa de retirada” (bank runs). A fim de levantarem dinheiro rapidamente, os bancos são, portanto, obrigados a venderem seus bens abaixo do preço e, seguramente, nessa condição, não terão bens suficientes para pagar o que deviam aos depositários. Mesmo que as especulações sejam falsas, em torno da não liquidez imediata dos bancos, elas poderiam levar à falência instituições perfeitamente saudáveis, operacionais, e não por ter havido rumores de que seus investimentos tenham sido mal

aplicados, mas simplesmente em virtude de rumores de que tal ou qual banco estaria prestes a sofrer uma “pressa de retirada”.⁴

3. O sistema bancário paralelo

Mas, enfim, o que são bancos? A essa altura, o nosso questionamento pode, de fato, soar como uma pergunta tola. Mas, do ponto de vista econômico, é preciso insistir nele na medida em que concordamos que os bancos são definidos não pelo que parecem - grandes prédios de mármore com caixas aceitando e manipulando dinheiro -, e sim pelo que fazem e pelo modo como operam. A característica principal de um banco reside na maneira como se promete rápido acesso ao dinheiro sob seus cuidados, mesmo quando se investe a maior parte deste capital em bens que não podem ser liquidados a qualquer momento.

Consideremos, à guisa de exemplificação, o regime conhecido como “mercado de títulos ARS”, que foi inventado no Lehman Brothers Holdings Inc. (banco de investimentos) para funcionar conforme a seguinte lógica: indivíduos emprestariam, a longo prazo, dinheiro às instituições financeiras; legalmente, o dinheiro estaria comprometido por trinta anos (KRUGMAN, 2009, p. 158). De maneira que, a noção preliminar do mercado de títulos ARS é a de que se reconciliaria o desejo de mutuários por um financiamento seguro a longo prazo com o dos credores pelo acesso fácil a esse dinheiro - o que, digamos de passagem, é exatamente a mola propulsora da chamada “operacionalidade bancária”.

O problema, neste caso, consiste no fato de esses mercados de títulos oferecerem a todos um melhor negócio do que bancos convencionais, já que investidores receberiam juros mais altos do que se tivessem investido em bancos regulares. Como esses mercados conseguem fazer isso? A resposta parece óbvia, pelo menos em retrospecto: bancos são altamente regulados, e ainda é exigido que tenham reservas líquidas, para manter um capital substancial e conseguir arcar com sistemas de “seguros de depósitos”. Sob tal perspectiva, facilmente concluímos que o sistema de mercado de títulos ARS, que mantinha em seu pico de operações US\$ 400 bilhões, entrou em colapso no começo de 2008 em razão de investidores que acreditavam que teriam acesso rápido a seu capital, mas

⁴ Um dos propulsores dessa conjuntura seria o fato de que outros bancos já poderiam ter sofrido o mesmo. Parte desse capital que determinado banco faz girar na economia de um país consiste justamente no crédito disponível de que se tanto ouve falar nos noticiários.

que, ao contrário disso, descobriram repentinamente que estavam presos a investimentos de décadas, os quais não poderiam resgatar de imediato.

Esses trustes - que são instituições semelhantes aos bancos e que também davam mostras de que ofereciam “um melhor negócio” a seus investidores, pois estes eram capazes de trabalhar fora do sistema regulatório - cresceram rapidamente e, então, se tornaram o epicentro da crise financeira. Operações de instituições não depositárias, que são de fato os bancos, permaneciam, por outro lado, mais obscuras e, nessa medida, menos “confiáveis”.

Pensemos, agora, na questão dos “fundos de cobertura” (Hedge Funds), questão que importa ao presente debate no sentido de nos permitir pontuar o exato funcionamento do mercado de capitais quanto às aplicações financeiras que rendem juros aos credores sob a promessa de investimentos com retorno seguro. A explicação mais simples para os fundos de cobertura, e de maior referência para o mercado brasileiro, é a seguinte:

Os chamados "hedge funds" estão entre as aplicações financeiras mais agressivas disponíveis no mercado de capitais. Em geral, o gestor de um fundo de investimento precisa perseguir algum índice de referência. Nos fundos de renda variável, em regra, é o índice Ibovespa. Nos fundos cambiais, a cotação é a do dólar comercial. Nos "hedge funds", a principal meta do gestor é conseguir o maior retorno possível para os recursos aplicados, aplicando nos mais diversos ativos financeiros: moedas, ações de mercados emergentes, ou títulos de dívida pública que rendem a juros altos, como no Brasil.

Muitos 'hedge funds' procuram investir em todos os tipos de mercado, com o uso de alavancagem e outras práticas de investimento especulativas que podem aumentar o risco de perdas das aplicações, sintetiza o SEC, o órgão responsável pela fiscalização do mercado de capitais nos EUA.

Os conceitos chave para entender os "hedge funds" são, portanto, "agressividade", "risco elevado" e, principalmente, "alavancagem": a prática de tomar recursos no sistema bancário para aumentar (alavancar) a aposta numa operação financeira, buscando maximizar os ganhos (...). (<http://www1.folha.uol.com.br>).

No início de 2007, bens em fundos de cobertura chegaram a aproximadamente US\$ 1,8 trilhões. Os balanços patrimoniais combinados dos então cinco maiores bancos de investimentos totalizavam US\$ 4 trilhões (KRUGMAN, 2009, p. 161). Em contrapartida, o total de bens dos cinco maiores bancos regulados pelo Federal Reserve naquele momento era de pouco mais de US\$ 6 trilhões. A escala de bens ilíquidos (imobilizados) e de longo

prazo financiados a curto prazo fez com que estas instituições, partícipes deste sistema financeiro paralelo, se tornassem propensas ao tipo clássico de “pressa de retirada”, mas sem a proteção como seguro de depósitos que sistemas bancários têm para reduzir os riscos.

Se figuras influentes tivessem proclamado uma simples regra - “toda e qualquer instituição que faz o que um banco faz, toda e qualquer instituição que tem que ser resgatada em tempos de crise como um banco tem que ser deve ser regulada à maneira de um banco” -, muito provavelmente o estrago financeiro teria sido menor. Por outro lado, a própria conjuntura econômica, somada à ideologia da administração de George W. Bush, era de profunda antirregulação do sistema (LANDLER & STOLBERG, s.d.).

Os riscos crescentes de crise do sistema financeiro e a conjuntura econômica foram, portanto, ignorados ou relevados. O que aconteceu com os mercados de Títulos ARS, fundos de cobertura e trustes foi uma imediata e propagativa “pressa de retirada”. Investidores quiseram resgatar seus investimentos o quanto antes, pondo em colapso o mecanismo operacional dos bancos - lembremos e reiteremos aqui que grande parte do crédito disponível no mercado vem desse “aspecto paralelo do sistema bancário”.

A revogação, em 1999, do Glass-Steagall Act⁵ - que permitia aos bancos comerciais entrarem no negócio de bancos de investimentos, assumindo assim mais riscos - foi, seguramente, um movimento na direção errada, e pode ter contribuído sutilmente para a crise. Consideremos aqui, por exemplo, o fato de que alguns riscos criados durante os anos do “boom” econômico consistiram nas operações extrapatrimoniais de bancos comerciais. Ainda, que a crise, na maior parte, não envolveu problemas com instituições desregulamentadas que tomaram novos riscos. Em vez disso, esteve arraigada aos riscos tomados por instituições que nunca foram reguladas em primeiro lugar.

Eis o que evidentemente deduzimos ter sido a causa do que aconteceu. Como esse sistema bancário paralelo expandiu para se equiparar, ou mesmo superar a importância do sistema bancário convencional, políticos e oficiais do governo poderiam ter notado que estariam recriando a mesma vulnerabilidade financeira que tornou a Grande Depressão de 1930 possível, diante do que esses mesmos líderes governamentais podem ter respondido,

⁵ O Glass-Steagall Act foi promulgado durante a Grande Depressão. Protegia correntistas contra os riscos adicionais associados às operações financeiras. O ato foi desmantelado em 1999. Consequentemente, a distinção entre os bancos comerciais e as corretoras desapareceu. Muitos bancos são donos de corretoras e prestam serviços de investimento.

estendendo uma política de regulamentação e a rede de segurança financeira para cobrir essas novas instituições.

E veio a crise...

4. Fannie Mae e Freddie Mac - o que se deve saber

Estes são os nomes das maiores empresas de crédito imobiliário dos EUA. Vamos entender, no presente debate, o que são estas duas empresas e o que significam os recentes acontecimentos à sua volta.

Fannie Mae (Federal National Mortgage Association, ou Associação Federal de Hipoteca), criada em 1938, é a maior empresa do ramo nos EUA. Em 2007, seu faturamento chegou a US\$ 43,71 bilhões. Já a Freddie Mac (Federal Home Loan Mortgage Corporation, ou Corporação Federal de Hipoteca Residencial) existe desde 1970 e é um pouco menor, tendo faturado US\$ 42,91 bilhões no ano de 2007.

Ambas vivem do mercado secundário de hipotecas, na medida em que revendem os empréstimos imobiliários feitos pelos bancos, em forma de títulos, repassando o dinheiro às instituições financeiras de forma que estas possam emprestá-los aos mutuários. Em suma, isso realimenta o mercado de financiamento da casa própria. Para se ter uma ideia da atuação dessas empresas: somadas, elas comandam 68% do mercado, o que equivale a US\$ 5,3 trilhões em garantias ou empréstimos.

Elas também adquiriram muitos ativos “pouco promissores”, baseados em empréstimos imobiliários de risco (os conhecidos subprime) e com chances mais altas de inadimplência. A economia esfriou, o mercado imobiliário enfraqueceu, a inadimplência subiu a níveis dos mais alarmantes nos últimos 39 anos (quase 10%) e seus títulos caíram. A saúde financeira das empresas ficou seriamente afetada e suas ações despencaram - a Fannie Mae teve queda de 88% em um ano e a Freddie Mac, de 91%.

O jornal The New York Times publicou uma reportagem afirmando que as empresas ainda maquiaram seus balanços a fim de mostrar aos seus acionistas que o valor das reservas para cobrir a inadimplência era maior que o montante real. Segundo analistas internacionais, o problema com a contabilidade foi o estopim para a ação do governo americano, que decidiu por uma intervenção federal (NAVARRO, 2008).

Então os dois gigantes teriam sido estatizados? Não é o que o governo americano diz, mas a prática mostra que sim. Com o aporte de US\$ 100 bilhões em cada empresa (total de US\$ 200 bilhões), o governo americano agora possui cerca de 80% das ações preferenciais de ambas as corporações, sendo, portanto, o novo acionista majoritário. A ação foi preventiva, segundo o secretário do Tesouro americano, Henry Paulson. O socorro dado pelo governo dos EUA é visto como importante e relevante pelos investidores internacionais, já que confere segurança ao mercado de hipotecas, um dos pilares da crise (KRUGMAN, 2009, p. 173).

5. Outros personagens desse evento

O Lehman Brothers Holdings Inc. foi um banco de investimento e provedor de outros serviços financeiros, com atuação global, sediado em Nova Iorque. Era uma empresa global de serviços financeiros que, até declarar concordata em 2008, fez negócios no ramo de investimentos de capital em renda fixa, negociação, gestão de investimento. Seu negociante principal era o tesouro americano no mercado de valores mobiliários.

Em 15 de setembro de 2008, a empresa pediu concordata, já que vinha tendo prejuízos causados pela crise dos subprimes (empréstimos imobiliários de risco), nos Estados Unidos. A apresentação marcou a maior falência da história estadunidense. Em outras palavras, o presidente do Banco Central americano não sabia quanto dinheiro teria sido necessário para resgatar a companhia, mesmo que temporariamente. Argumentou, diante disso, que o montante em dinheiro necessário era quase irrelevante porque o FED (Banco Central americano) emprestaria o montante durante uma “pressa de retirada”, ou seja, investidores estariam tentando resgatar seu dinheiro a todo momento. Mas o que é evidente é que as políticas do momento foram um fator importante - pelo menos no que concerne ao debate acerca da decisão de não emprestar dinheiro à Lehman Brothers, talvez o maior erro desta crise (KRUGMAN, 2009, p. 175).

Com US\$ 639 bilhões em ativos e US\$ 619 bilhões em dívida, Lehman foi a maior falência da história. Como seus ativos ultrapassaram, em muito, as de falência anteriores como as da Enron e WorldCom., Lehman foi o quarto maior banco de investimento dos EUA no momento de seu colapso, com 26 mil empregados no mundo inteiro. A falência do Lehman também fez dele a maior vítima do subprime mortgage nos EUA e contribuiu para

a erosão de cerca de US \$ 10 trilhões em capitalização dos mercados acionários globais, em outubro de 2008 (PAULSON, 2008).

O Bear Stearns Companies, Inc. - outra companhia com sede em Nova York - foi um banco de investimento global e negociação de valores mobiliários e de corretagem com a devida relevância nesse cenário de crise, até o seu colapso e venda ao grupo JPMorgan Chase, em 2008. Suas principais áreas de negócio, com base em distribuições de receita líquida de 2006, eram os mercados de capitais: ações, renda fixa, bancos de investimentos (em torno de 80%), gestão financeira (com menos de 10%) e serviços de compensação global (12%).

Em 14 de março de 2008, o FED de Nova York concordou em conceder um empréstimo de US\$ 25 bilhões ao Bear Stearns a fim de fornecer a liquidez de até 28 dias que o mercado estava-se recusando a fornecer. Aparentemente, o FED mudou de ideia, sob a alegação de que o empréstimo já não estava mais disponível. O acordo foi então alterado para que o FED fizesse um empréstimo de US \$ 30 bilhões à JP Morgan para a compra da Bear Stearns, ao preço de 2 dólares por ação (KRUGMAN, 2009, p. 173).

6. Crise imobiliária e seus efeitos colaterais

A grande bolha imobiliária dos EUA começou a desinflar no outono de 2005, mas demorou até que as pessoas comesçassem a se dar conta. Os preços chegaram a tal nível que comprar uma casa se tornou quase impossível para muitos americanos. E continuaram subindo por um tempo. O que não era esperado, pois casas não são como ações da bolsa, com um único mercado em que os preços sofrem oscilações a todo momento.

O início da queda dos preços do setor imobiliário, entretanto, colocou em questionamento o “boom” no qual os empréstimos imobiliários de risco vinham como o principal fator. Mas entenda-se que uma das principais razões para esses empréstimos era a crença de que não importava muito, da perspectiva dos credores, se os mutuários poderiam realmente honrar os pagamentos de suas hipotecas, contanto que os preços das habitações continuassem subindo. Mutuários com problemas poderiam sempre refinanciar ou quitar suas hipotecas simplesmente vendendo suas propriedades. Mas, tão logo os preços começaram a cair, tornou-se difícil vender as propriedades.

O foreclosure (despejo de um comprador inadimplente de imóvel, algo muito mais fácil de acontecer nos Estados Unidos que no Brasil) pressupunha, então, que o vendedor encerrasse unilateralmente o contrato de compra e venda antes do prazo e despejasse o morador - não só uma calamidade para os proprietários de casas como também um péssimo negócio para quem vende. Colocar casa já em foreclosure de volta no mercado custa caro, pois há despesas legais, a degradação que tende a acontecer em casas vazias, e assim por diante. Os credores, quando confiscam uma casa de um mutuário, tipicamente conseguem recuperar apenas uma parte do valor da propriedade, talvez a metade do original do empréstimo.

A rigor, empréstimos subprime (de alto risco) não eram, na maior parte das vezes, feitos por bancos que os seguravam, mas por cedentes de empréstimos que rapidamente os vendiam para instituições financeiras que, por sua vez, formavam conjuntos de créditos hipotecários divididos em obrigações de dívidas caucionadas (CDO), as quais eram vendidas a investidores, e assim sucessivamente. A complexidade da ciência dando apoio aos subprimes - que deixou a posse destas hipotecas dispersa entre muitos investidores que reivindicavam suas “senhoridades” - criou um obstáculo legal formidável para qualquer tipo de perdão a estas dívidas. E eis que a reestruturação levava a caros embargos imobiliários. Isso, via de regra, significava que títulos lastreados pelos subprimes se tornavam uma péssima escolha de investimento assim que a bolha começou a desinflar. Não por outra razão, colocava-se um fim em todo o processo de empréstimos de alto risco, removendo-se uma importante fonte de demanda habitacional - o que fez piorar a crise imobiliária.

Atualmente, há cerca de 12 milhões de americanos proprietários de casas em risco de terem seus imóveis embargados pelos bancos. Entretanto, com o fim da bolha imobiliária terão provavelmente - e assim que os cálculos finais forem feitos - dizimado aproximadamente US\$ 8 trilhões em riquezas. Deste montante, US\$ 7 trilhões equivalerão a perdas para proprietários de imóveis e US\$ 1 trilhão, para os investidores. Por que, então, ficariam preocupados com este US\$ 1 trilhão? A resposta não poderia ser outra: eis o que exatamente causou o colapso do “obscuro sistema bancário” (KRUGMAN, 2009, p. 169).

7. A crise dos “não-bancos” e o começo de tudo

Na primeira metade de 2007, já havia sérias preocupações financeiras no tocante a uma possível bancarrota do mercado imobiliário estadunidense, mas, no final de agosto do mesmo ano, acreditava-se que os problemas causados pela crise imobiliária e os empréstimos de alto risco haviam sido contidos - isso era sugerido pela força que os mercados de ações demonstravam. Mas, então, o que aconteceu em 2008?

Timothy Geithner (atual Secretário do Tesouro americano) fez um discurso no Clube Econômico de Nova York, em junho de 2008, sobre os riscos impostos pelo aumento do “lado obscuro do sistema bancário”:

Ativos de risco - realizáveis a longo prazo - e relativamente ilíquidos financiados por passivos de curto prazo fizeram que muitos veículos e instituições neste paralelo sistema financeiro se tornassem vulneráveis às “corridas aos bancos”, mas sem proteções como os seguros de depósitos que o sistema bancário tem para reduzir tais riscos. (GEITHNER, 2008).

Uma vez que investidores desses regimes de financiamento retiraram, ou mesmo ameaçaram a retirar, seus fundos desses mercados, o sistema se tornou vulnerável ao ciclo para autorreforço de liquidações de ativos, o que mais tarde aumentou sua volatilidade e diminuiu preços por toda uma variedade de classes de ativos. Em resposta, requerimentos de margem aumentaram, ou financiamentos foram retirados, de modo geral, de alguns clientes, forçando uma maior desalavancagem. Ações eram vendidas em um mercado aflito. A força desta dinâmica foi exacerbada pela baixa qualidade das ações - particularmente ações relacionadas a hipotecas - que se espalhou por todo o sistema. Isso ajuda a explicar como uma quantidade, relativamente pequena, de bens de risco destruiu pouco a pouco a confiança de investidores e outros participantes do mercado em uma gama mais ampla de bens e mercados. A crise financeira global é um problema que colocou uma série de países em recessão e os principais índices de ações em uma espiral descendente.

A crise financeira mundial chegou à frente do mundo dos negócios e à mídia em setembro de 2008. Com o fracasso e a fusão de uma série de empresas financeiras americanas, o que não foi surpresa, muitos jornais de negócios comentaram a estabilidade de empresas financeiras americanas e europeias após a crise dos empréstimos hipotecários de alto risco. Ora, grande parte da economia americana é construída sob o crédito com empresas tomando dinheiro emprestado umas das outras, e os consumidores em geral tomando emprestados estes créditos para compra de casas, carros, etc. Muitas pessoas,

portanto, estavam-se aproveitando do boom imobiliário nos EUA. Quando este terminou, deixou evidentemente muitos investidores e companhias de hipoteca em apuros.

8. Cronologia dos acontecimentos que anunciaram a crise financeira global

Em 7 de setembro de 2008, foi anunciado que duas empresas, Fannie Mae e Freddie Mac, seriam estatizadas para que se tentasse garantir a sua estabilidade financeira. Uma semana depois, em 14 de setembro de 2008, veio à tona que a empresa de serviços financeiros, Lehman Brothers, havia pedido concordata depois de ter a ajuda negada pelo Banco Central americano (FED). Mais tarde, no mesmo dia, o Bank of America anunciou que compraria a Merrill Lynch.

Em razão disso, houve grande instabilidade nos mercados globais de ações, com grande queda de valor de mercado entre os dias 15 e 17 de setembro de 2008. Em 16 de setembro, a American International Group (AIG - maior empresa seguradora dos Estados Unidos), que sofreu devido à redução de sua avaliação de crédito, foi ajudada pelo FED, que criou uma linha de crédito de US\$ 85 bilhões para impedir o seu colapso.

Durante as duas semanas seguintes, mais bancos fracassaram e outros dois bancos importantes, Goldman Sachs e Morgan Stanley, foram convertidos em bancos de ações majoritárias para que tivessem mais acesso à liquidez do mercado. Numerosos planos foram apresentados com a intenção de resolver a crise. E, nesse sentido, o então presidente George W. Bush e o secretário do Tesouro anunciaram um pacote de ajuda financeira de US\$ 700 bilhões, buscando limitar os danos que os acontecimentos da semana anterior haviam causado. O plano foi bem recebido pelos investidores em Wall Street e em todo o mundo. Em 28 de setembro, foi anunciado que a Fortis, grande empresa financeira, seria semi-estatizada assim que Luxemburgo, Bélgica e os Países Baixos declarassem que investiriam mais de €11 bilhões na empresa. Na segunda-feira, 29 de setembro, foi anunciado que o banco americano Wachovia seria comprado pelo Citigroup (transação que não deu certo, no início de outubro de 2008, uma vez que o Wachovia optou por uma oferta mais favorável da Wells Fargo), o que fez com que os valores de mercado das ações caíssem drasticamente, tanto nos EUA quanto na Europa. Mais tarde, e ainda no mesmo dia, a Islândia estatizou o banco Glitnir.

Finalmente, na terça-feira, 30 de setembro de 2008, os mercados de ações começaram a subir novamente, embora os mercados de crédito permanecessem apertados. Foi também anunciado que €9 bilhões seriam disponibilizados ao banco belga Dexia, pela França, Bélgica e Luxemburgo.

Os gastos dos consumidores caíram. Bancos se tornaram menos propensos a aprovar empréstimos. E, agora, com muitos países em recessão, tempos ainda difíceis estariam por vir. Nesse sentido,

O Escritório de Regulamentação Financeira da Flórida fechou hoje o Horizon Bank, de Brandenton. Com isso, cresceu para 119 o número de bancos norte-americanos que faliram desde o começo de 2010, 23 deles na Flórida (...).(MARTINS, 2010).

9. A maior de todas as crises cambiais

Brasil, Rússia, Índia, China e um grupo de economias menores estavam, agora, por ocasião da crise, dissociados dos Estados Unidos e capazes de manter o seu próprio crescimento econômico, apesar de todo o tumulto. “Dissociação não é nenhum mito”, foi o que afirmou a revista americana *The Economist*, em 8 de março, 2008. “De fato, isso ainda pode salvar a economia mundial”. Porém, não é o que pensa Stephen Jen (estrategista-chefe sobre assuntos cambiais da Morgan Stanley), que acredita que mercados emergentes podem se tornar o segundo epicentro da crise global.

Juntamente ao crescimento do sistema bancário paralelo, houve uma outra mudança no caráter do sistema financeiro nos últimos quinze anos com o acréscimo da globalização financeira, com investidores em cada país reservando grandes quantidades de capital em outros países. Em 1996, às vésperas da crise asiática, os Estados Unidos tinham, por exemplo, ativos e passivos no exterior totalizando, respectivamente, 52% e 57% de seu PIB (KRUGMAN, 2009, p. 177).

Em razão de os investidores americanos deterem, na ocasião, muito de suas riquezas no exterior, eles estavam muito menos expostos à crise nos EUA, e como muitos investidores estrangeiros detinham suas riquezas nos EUA, estes estariam protegidos contra crises em outras partes do mundo. Grande parte, porém, do aumento da globalização financeira veio, na verdade, de instituições financeiras altamente alavancadas que faziam

todo tipo de apostas transfronteiriças. De modo que, quando as coisas deram errado nos EUA, estes investimentos transfronteiriços agiram conforme o que os economistas chamam “mecanismo de transmissão”, permitindo que uma crise que começou nos EUA com a crise imobiliária fomentasse crises no exterior.

10. Conclusão

Nas últimas décadas, o liberalismo tem sido o modelo político-econômico mais aceito pelo mundo para ensejar e também justificar o funcionamento dos mercados, como se eles, com vida própria e não partícipes de um todo orgânico que movimenta a economia e a vida político-social de uma nação, fossem capazes de se autorregular e de se autossustentar.

Em uma situação de colapso econômico-financeiro, como o que veio à tona com a crise de 2008, o discurso majoritário do liberalismo econômico - hoje então revigorado na terminologia de “neoliberalismo” - insistiu, uma vez mais, em apregoar a capacidade de o próprio sistema se autocorrigir. Mas, sob a égide do preceito neoliberal de absoluta liberdade de mercado, é que o próprio discurso neoliberal de autorregulação encontraria a sua maior contradição: não bastaria dar o tempo necessário para que a economia em crise se recuperasse do rombo enorme, nos quais tiveram que interferir os governos diante da estrondosa recessão de 2008.

O interessante é que talvez economistas, políticos ou a intelligenzia em geral não tenham às vezes vista larga para uma ideia mais crítica de como se comportam os sistemas econômicos. Muitas vezes, o futuro tem sido analisado com base no passado, com pontos de vista de políticos obsoletos. A crise de 2008 foi um exemplo. O mundo, embora percebesse sinais da crise, não estava pronto para ela, ou até mesmo negligenciou quais seriam suas consequências. Os tempos mudam, o mercado muda; logo, as análises acerca de suas conjunturas também deveriam ser renovadas.

Essencialmente, vimos que, pela primeira vez em décadas, uma mudança continua no pensamento econômico ao lado da demanda e da oferta. Em princípio, a fonte destas disputas tem sido a seguinte: déficits da demanda como um todo se autorresolveriam se salários e preços caíssem rapidamente frente ao desemprego. Porém, a questão de como criar demanda suficiente para usar toda a capacidade econômica tem sido crucial. O

sistema de crédito mundial se encontra em um estado em que há uma combinação de desconfiança e instituições financeiras com capital dizimado.

A crise veio e mudou o pensamento e o modo de conduzir as economias de vários países, mas o mais gravoso ainda nessa história é que estamos assistindo a um aumento do nacionalismo econômico, com base em um não muito profícuo desdobramento: o protecionismo. Precisamos de maior controle sobre o sistema financeiro que está completamente desregulamentado. Vimos que o Estado mínimo não funcionou, teremos uma presença maior do Estado - foi o que aconteceu com os EUA, onde o Estado injetou US\$ 700 bilhões no mercado para resgatar sua economia, mas nunca ficou claro como isso poderia ajudar a situação. O que não podemos deixar de fazer é o que acreditamos, de fato, necessário, por medo de que uma maior intervenção do Estado no sistema financeiro, como se a isso fosse corresponder algum indício de intervenção ou ideologia “socialista” - ainda um discurso às avessas para amedrontar gregos e troianos.

Com este estudo, não pretendíamos discutir o fato de que devemos ou não deixar de lado nosso passado econômico, ou ainda desmerecer os maiores pensadores econômicos. Convenhamos, apenas, que crises passadas se encontravam em contextos diferentes da história, com pontos de vista e valores diferentes de mercado. Devemos, sim, ao lidar com algo tão dinâmico como a economia, pretender reciclar políticas e visões tradicionais, pois vivemos o ápice de uma economia global e temos que analisar que o capital já não tem mais pátria - alias, algo já dito por Marx mais de cem anos atrás.

Não há nada de tão absurdo com a receita liberal de mercado e com a globalização, ainda que façamos, certamente, nossas ressalvas quanto ao poder avassalador do sistema capitalista de manter na miséria comunidades e países inteiros, relegados à vergonhosa má distribuição de renda e à inaceitável desigualdade social. Mas eis que esta ainda é “a melhor alternativa” para o desenvolvimento global. Do que sempre duvidaremos: ou simplesmente por que ainda ninguém apresentou uma melhor alternativa?

Em um cenário de crises cíclicas, de tempos em tempos vivemos uma. Seus atores não deveriam se concentrar, por outro lado, somente nos ciclos de mercado, pois uma alternativa viável - e sustentável - talvez fosse de fato perceber e fomentar o progresso tecnológico e o crescimento econômico a longo prazo, sempre com a regulamentação mais sensata de como manter esta jornada.

Embora estas questões sejam importantes e prementes, a longo prazo é quando elas realmente farão a diferença. E também quando a maior parte da população que as enfrentará no dia a dia já não estará mais aqui para dar o seu parecer sobre elas.

Ao centro deste labirinto, qual seria a nova visão financeira mundial?

Referências

FOLHA ONLINE. *Entenda o que são os "hedge funds"*. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u475821.shtml>>. Acesso em 13 de agosto de 2010.

GEITHNER, Timothy F. *The Economic Club of New York*. 2008. Disponível em: <<http://www.ny.frb.org>>. Acesso em 10 de agosto de 2010.

KRUGMAN, Paul. *The Return of Depression Economics and the Crisis of 2008*. Disponível em <<http://www.krugmanonline.com>>.

LANDLER, Mark and STOLBERG, Sheryl Gay. *Bush Can Share the Blame for Financial Crisis*. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2008/09/20/business/worldbusiness/20ihtprexy.4.16321064.html>>. Acesso em 20 de agosto de 2010.

MARTINS, Renato. *Falências de bancos nos EUA já somam 119 em 2010*. 2010. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia>>. Acesso em 10 de agosto de 2010.

MARX, Karl. Capital-dinheiro e capital efetivo. In: *O capital*. cap. 30, vol. 3. 1984. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1894-c3>>. Acesso em 30 de julho de 2010.

NAVARRO, Conrado. *Fannie Mae e Freddie Mac*. 2008, Disponível em: <<http://dinheirama.com/blog/2008/09/09/fannie-mae-e-freddie-mac-o-que-voce-precisa-saber>>. Acesso em 21 de agosto de 2010.

PAULSON, Henry. *Lehman Brothers Files For Bankruptcy, Scrambles to Sell Key Business*. 2010. Disponível em: <http://www.cnn.com/id/26708143/Lehman_Brothers_Files_For_Bankruptcy_Scrambles_to_Sell_Key_Business>. Acesso em 1º de setembro de 2010.

PORTES, Ivone. *Onde os bancos aplicam o dinheiro que você deixa na conta*. 2009. Disponível em: <<http://www.noticias.r7.com/>>. Acesso em 27 de julho de 2010.

PRÁTICA PEDAGÓGICA, SABERES DOCENTES E FORMAÇÃO CONTÍNUA EM QUESTÃO

EDUCATIONAL PRACTICE, KNOWLEDGE AND TEACHER TRAINING IN QUESTION

Dione Simeão Monteiro¹

Perciliana Pena²

Silvana Florindo Castro De Oliveira³

Zeila Miranda Ferreira⁴

Resumo: Este trabalho tem como objetivo refletir acerca da prática pedagógica, dos saberes docentes e da formação contínua do professor, necessários para a docência eficiente na Educação Superior, pois, espera-se do professor o desempenho de um trabalho competente, reflexivo, crítico, investigativo, inovador e criativo. Foi elaborada uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa e os resultados indicaram diversos problemas na prática docente, bem como dificuldades didáticas, pedagógicas, metodológicas, tecnológicas, além das relativas à avaliação da aprendizagem, entre outras. Conclui-se que cabe ao professor buscar a formação contínua para esclarecer suas dúvidas, vencer desafios, desenvolver ações efetivas com o apoio da instituição superior na qual trabalha, com vistas a melhorar a qualidade dos serviços prestados aos seus alunos, no cotidiano da sala de aula.

Palavras-chave: prática pedagógica; formação contínua; saberes docentes.

Abstract: This paper aims to reflect on teaching practice of teacher knowledge and teacher training required for an effective teaching in higher education, because the teacher is expected to play a competent work, reflective, critical, investigative, innovative and creative. It was prepared a literature review, qualitative and the results indicated several problems in teaching practice, as well as difficulties didactic, pedagogical, methodological, technological, and those relating to the assessment of learning, among others. We conclude that the teacher seek training to answer your questions, solve challenges, develop effective actions with the help from above in which he works, in order to improve the quality of services provided to its students, in everyday room class.

Key words: teaching practice; training; teaching knowledge.

1. Introdução

O contexto contemporâneo caracteriza-se como um período em que a tecnologia e a competitividade do mercado requerem rápidas adaptações das pessoas. Esse período,

¹ Pedagoga, graduada na União Educacional Minas Gerais (Uniminas), Uberlândia, MG. Email: dionesmonteiro@yahoo.com.br

² Pedagoga, Psicopedagoga e Mestre em Educação; professora e coordenadora dos cursos de Pedagogia e Psicopedagogia da Unifadra - Dracena, SP. E-mail: professoraperciliana@gmail.com

³ Pedagoga, graduada na União Educacional Minas Gerais (Uniminas), Uberlândia, MG. Email: silvanafco@yahoo.com.br

denominado por muitos especialistas, de “sociedade do conhecimento e da informação” é marcado pelos efeitos da globalização e dos meios de comunicação. O conhecimento representa um novo poder nas relações nacionais e internacionais, políticas e empresariais.

Exige-se qualidade de serviços, revisão das categorias ocupacionais e formação continuada dos profissionais. Novas capacitações são requeridas do trabalhador, como por exemplo, adaptabilidade ao novo, criatividade, autonomia, comunicação, iniciativa, cooperação. Sendo assim, em todas as profissões, nota-se um movimento que induz os profissionais a reverem as próprias ações, alterá-las, aperfeiçoá-las constantemente, assim como aos conhecimentos adquiridos na sua formação inicial, por meio de estudos e iniciativas em busca da sua formação contínua.

Neste caso, as universidades precisam estar atentas às exigências sociais, de mercado e de formação profissional, de forma a assimilar as novas tendências, renovar suas estruturas, contribuir com a transformação da prática docente, do seu papel, perfil e funções diante dos diferentes grupos aos quais atende. Isso nos leva a refletir acerca da importância da formação contínua para o professor universitário, com vistas a adequar a sua prática às demandas de formação do estudante-cidadão, a fim de desenvolver práticas pedagógicas eficientes.

Nessa direção, pode-se ouvir nos corredores universitários, reclamações constantes de alunos em suas instituições de ensino superior (IES). Dizem respeito às atitudes, comportamentos, posturas e metodologias adotadas por alguns de seus professores, na condução do processo ensino-aprendizagem. Uns alunos dizem que muitos professores parecem ter domínio do conteúdo específico, mas, têm dificuldades para articular seus conhecimentos durante as aulas. Outros estudantes reclamam que o desafio está na relação pessoal e acadêmica do docente com os alunos. Alguns educandos ressaltam que as aulas são maçantes, os professores não lançam mão de procedimentos, metodologias e recursos diferenciados para fazer a mediação pedagógica e promover a aprendizagem. Para outros, faltam ao docente, experiências e alguns saberes próprios da profissão de professor.

A partir destas preocupações e, dada a importância de que se reveste o papel do professor no desenvolvimento de suas capacidades, conhecimentos e competências, desenvolvemos uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, com o objetivo de refletir acerca da prática pedagógica, dos saberes docentes e da formação contínua do

⁴ Pedagoga e Psicóloga, doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação, da Faculdade de Educação da USP, professora da disciplina Psicologia da ESAMC-Uberlândia, /MG. E-mail: zeilamf@yahoo.com.br

professor, necessários para uma docência eficiente na Educação Superior. Afinal, é esperado do professor, o desempenho de uma prática competente, reflexiva, crítica, investigativa, inovadora e criativa.

Os objetivos específicos deste trabalho foram: a) compreender os objetivos, as finalidades, a organização e as implicações da educação superior na formação acadêmica atual; b) identificar as possibilidades e os desafios da prática pedagógica e dos saberes docentes de professores universitários; c) ressaltar a importância da prática pedagógica reflexiva e da formação continuada do professor, para a efetivação dos processos de ensinar e de aprender na universidade.

Esperamos com este estudo, contribuir com elementos que auxiliem na compreensão da complexidade que envolve a prática pedagógica, os saberes docentes e a formação contínua do professor universitário.

2. Educação Superior: educar e ensinar para humanizar, transformar e libertar

O artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 9.394/1996, assegura que a “educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996).

Ao buscar compreender tal conceito de educação, nos apoiamos em Libâneo (2004, p. 26), que a percebe como um “fenômeno plurifacetado”, que ocorre sob várias modalidades, em lugares institucionalizados ou não. Para Paulo Freire (1975, p. 7) a educação exerce um importante papel na vida das pessoas e refere-se a ela como um “fenômeno humano”. Sendo assim, segundo o autor torna-se inevitável analisar e compreender o conceito de homem, sua posição no mundo, para que se possa entender a finalidade da educação.

O autor define o homem como um ser da ação, “que objetiva o mundo, analisa e capta a realidade, transforma-a através de suas ideias reflexivas” - o que o autor nomeia “ação-reflexão”. Desta forma não pode ser reduzido a um simples expectador da realidade. Se pensarmos que o homem é um ser que se adapta ao mundo, levando em conta o sentido natural, estrutural e histórico-cultural, a ação educativa bem como seus objetivos e

métodos precisam estar de acordo com esta concepção, o que contribuirá para a formação de um ser reflexivo.

A educação para a humanização e a libertação do ser “não separa o homem do mundo e, sim, se baseia na busca da compreensão e inserção do mesmo na própria realidade permanentemente mutável” (FREIRE, 1975, p. 9). Deste ponto de vista, a educação possui um conceito mais amplo e complexo:

Diz respeito ao desenvolvimento humano, em suas trajetórias de vida, desde o momento de seu nascimento até sua morte. Refere-se às múltiplas formas de organização social que possibilitam as transformações da pessoa a fim de que ela possa atingir graus mais elevados de realização pessoal e bem-estar social. Além disto, educação designa área de conhecimento, como uma área de desempenhos profissionais (TEIXEIRA, 1968, p. 33).

Nesta concepção, a educação torna-se a principal ferramenta que dará ao cidadão, igualdade de condições para que ele possa ter a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura por meio do pluralismo de ideias com respeito e valorização ao profissional da educação” (SAVIANI, 2007, p. 15).

Os processos de ensino estão interligados à educação, segundo Castro (2005, p.16), mas sua principal característica se reserva na intencionalidade, na pretensão de auxiliar alguém a aprender. A função de ensinar, se efetiva por diferentes perspectivas e, também por experiências compartilhadas. No âmbito escolar, num aspecto formal, a autora indica que o ensino é proposto considerando-se “situações didáticas organizadas, planejadas, subdivididas, em etapas, conforme as características do produto do ensino” (CASTRO, 2005, p. 16).

É fundamental compreender que ensinar “é uma atividade prática que se propõe dirigir as trocas educativas para orientar num sentido determinado as influências que se exercem sobre as novas gerações” (PÉREZ GÓMEZ, 1998, p. 81). Assim o educador ensina, mas ao mesmo tempo, se envolve num processo de aprendizado mútuo com os alunos.

Teixeira (1968, p. 34), afirma que há certa confusão ao se tratar dos conceitos que identificam e diferenciam ensino e educação. O pesquisador faz distinção entre ambos da seguinte maneira:

O ensino apresenta um caráter triádico - quem ensina, a quem se ensina, o que se ensina - pressupõe, a atividade ensino, a priori, uma “intenção”, uma pretensão de que um objetivo almejado - que seja de ordem cognitiva, afetiva ou motora - seja atingido por aquele submetido ao processo. (...) Sempre há uma intencionalidade na ação de ensinar.

Ainda ressalta que o ensino é a interinfluência entre pessoas que em um ambiente organizado e propício, têm um objetivo a atingir por meio de atividades diversas. Deste ponto de vista, o ensino requer o uso de métodos e procedimentos didáticos voltados para atender as necessidades do aluno, além de estar relacionado com a sua realidade e experiências cotidianas. Também, cabe ser planejado para o desenvolvimento da responsabilidade social do educando por meio de projetos de pesquisa e de extensão. Assim, o ensino precisa garantir um padrão de qualidade, valorizar a experiência extra-escolar do aluno e do professor, favorecer a vinculação entre a educação escolar, o trabalho, o cotidiano e as práticas sociais.

3. Paradigma tradicional ou emergente para educar e ensinar?

Sob a ótica do paradigma⁵ tradicional tem-se que as “atividades estão centradas no professor, que instrui e transmite seus conhecimentos, sem se preocupar com o ritmo que o aluno aprende. A este cabe ouvir, decorar e obedecer” (TEIXEIRA, 1968, p. 46). Nesta abordagem educacional, a competência do professor geralmente é “mensurada por sua capacidade de acumular e transmitir conteúdos, ser ‘seguro’ em prontas respostas sempre que o aluno questionar” (TEIXEIRA, 1968, p. 46).

Cunha (1998, p.197) indica que a avaliação no paradigma tradicional, exige do educando, respostas precisas do conteúdo que lhe foi transmitido, sem divergências, exatamente iguais às que lhe foram expostas pelo professor (ou pelo autor estudado). Caso contrário, a questão é considerada errada e a “punição” se dá por corte da pontuação destinada ao exercício, ou seja, pela nota reduzida.

O aluno não é estimulado a observar novos ângulos do que lhe foi ministrado, nem pode ter outra interpretação para o conteúdo transmitido por seu mestre. Premia-se o

⁵ Paradigma significa as diversas crenças, valores e técnicas que os membros de uma comunidade científica partilham entre si (THOMAS KUHN, 1994, p. 225 apud MORAES, 1996, p.31).

pensamento convergente, a resposta sem reflexão por parte do educando, se dicotomiza o processo de aprender e ensinar e o professor é a única fonte de informação.

Para a autora, o conceito de aprendizagem, sustentado pela concepção tradicional de educação, parte do pressuposto de que primeiro o aluno deve adquirir o conhecimento para depois aplicá-lo na prática e em situações específicas. Entende-se também que “a melhor forma de aprender é pela audição e registro das verdades científicas reconhecidas. Essas, para serem adquiridas, precisam de exercício repetitivo de experimentação e de memorização”. A pesquisa é concebida como algo que poucos podem realizar.

Moraes (1996, p.32) explica que o paradigma tradicional, relaciona-se com os valores que foram associados a várias correntes de pensamento da cultura ocidental, dentre elas a Revolução Científica⁶, o Iluminismo⁷ e a Revolução Industrial⁸. O modelo cartesiano-newtoniano que passa a dominar a ciência se caracteriza por ser “fechado, fragmentado, autoritário, desconectado do contexto social”. Concebe o “sistema educacional e o ser humano como estáticos, inativos, não pensantes como se fossem máquinas que reagem a estímulos externos”. É previamente “estruturado pelo professor e, por conseguinte, pelo planejador em seu gabinete - completamente alienado do contexto sócio-cultural do indivíduo, preparado, para uma população considerada amorfa e absolutamente indiferente” (MORAES, 1996, p.54).

As mudanças sociais e a sociedade atual requerem o rompimento com o velho modelo tradicional, tecnicista, conteudista, com a pedagogia transmissiva para proporcionar outra maneira de pensar e de fazer educação, com base no paradigma emergente. Neste, os princípios educativos são diferentes daquela sequência de conteúdos pré-estabelecidos, de disciplinas estanques. A abordagem emergente de ciência e de educação, parte do respeito e da valorização do ser humano; considera-o como sujeito da própria história, dinâmico, pensante, que se relaciona com os demais indivíduos e com sua realidade para aprender e apreender o mundo (MORAES, 1996, p.54).

⁶ Segundo Moraes (1996, p.32), a Revolução Científica se dá a partir do século XVII, período em que a Ciência, até então atrelada à Filosofia, separa-se desta e passa a ser um conhecimento mais estruturado e prático.

⁷ O iluminismo é um conceito que sintetiza diversas tradições filosóficas, correntes intelectuais e atitudes religiosas, uma atitude geral de pensamento e de ação. Os iluministas admitiam que os seres humanos estavam em condição de tornar este mundo um mundo melhor, mediante introspecção, livre exercício das capacidades humanas e do engajamento político-social (MORAES, 1996, p.32).

⁸ Conforme Santos (1989, p.89), a Revolução Industrial consistiu em um conjunto de mudanças tecnológicas com profundo impacto no processo produtivo em nível econômico e social. Iniciada na Inglaterra em meados do século XVIII expandiu-se pelo mundo a partir do século XIX

Segundo a autora, a ruptura com o paradigma tradicional ocorre no momento em que “um conjunto de problemas sem soluções no campo teórico dá origem a anomalias ameaçadoras da construção científica” (p.56). É o que o pesquisador Morin (2000, p. 29) chama de “crise de paradigma que leva a uma mudança paradigmática”. A crise provoca um “mal-estar na comunidade envolvida e indica a necessidade de renovação de conceitos, normas, crenças, valores, o que exige um novo pensar e uma nova perspectiva de fazer ciência”.

Assim, diante do momento atual de transição de paradigmas, vivenciado na sociedade e, por conseguinte na educação, percebe-se na prática docente, a oscilação entre teorias e práticas: ora fundamentadas no paradigma tradicional, ora no paradigma emergente, na busca de melhor compreender o contexto e solucionar os problemas sociais.

Deste modo, cabe aos docentes de qualquer nível de ensino e, em particular, do nível universitário, tomar atitudes de transformar a própria prática pedagógica, com a pretensão de melhores resultados e de adequação às perspectivas e interpretações emergentes de educar e de ensinar (SANTOS, 1989, p.89).

Para o autor, o conhecimento do paradigma emergente “se funda na superação das distinções entre natureza/cultura, natural/artificial, vivo/animado, observador/observado, subjetivo/objetivo, coletivo/individual” (SANTOS, 1989, p. 39). Isto explica porque tal concepção rejeita a neutralidade, reconhece a intencionalidade e concebe a ciência como um ato humano, citado historicamente.

Assim, ao optar por uma prática em conformidade com a abordagem tradicional ou com a tendência emergente de ensino, o educador terá que adotar métodos e atitudes diferenciados, estabelecendo uma comunicação entre ele e os seus educandos, também diferenciada. A finalidade desta comunicação, da educação e do ensino dependerá dos conceitos de homem e de mundo que o educador acredita formar. Portanto, é essencial que o professor perceba e defina os princípios, as concepções e ideias e que estarão subjacentes às suas atividades e ações docentes. É preciso se “posicionar e assumir um ponto de vista, a que fim se propõe e ter consciência de que é impossível dissociar a teoria do seu fazer” (MORAES, 1996, p. 54).

Freire (1975, p.12) reforça que o ensino escolar deve fazer sentido para o educando, ou seja, na perspectiva emergente, o professor deve buscar no cotidiano do aluno, referências sobre o que está sendo estudado em sala de aula. Para o autor, a educação é concebida por meio da reflexão sobre a realidade e articulação da teoria com os

acontecimentos da vida. Equivale a uma “releitura de mundo e parte da visão de um mundo em aberto”, a ser transformado em diversos pontos pela ação dos homens.

Nessa direção, a prática pedagógica se relaciona com a práxis social, na construção de um mundo crítico e reflexivo pelos estudantes-cidadãos. O diálogo, os saberes docentes são instrumentos chave do processo educativo. Professor e aluno são sujeitos atuantes, que buscam estabelecer o processo de conscientização e de transformação de si próprios e do mundo que os cerca.

4. Prática pedagógica e saberes docentes em questão...

No âmbito do magistério, o trabalho se concretiza por meio da prática pedagógica do professor no cotidiano da escola. Conforme esclarece Zabalza (1994), para que tal tarefa alcance os objetivos educacionais, há que ser reconhecida como uma necessidade social, relacionada com a sociedade como totalidade.

Deste modo, entende-se que é impossível considerar a prática pedagógica simplesmente como a execução de uma tarefa do professor. Implica o desenvolvimento de atividades construtoras de ensino e de educação, com o objetivo de atender a todos os estudantes e aos seus anseios de maneira genérica e homogênea, sem distinções. Para o autor, o desafio é formar professores que possam assumir o papel de formador, de investigador da própria prática, de mediador da aprendizagem, além de realizar-se na docência e contribuir com competência para o desenvolvimento integral do estudante.

Entendemos por competência profissional, a “capacidade de agir eficazmente em determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles” (PERRENOUD, 1999, p.7). No caso do professor, significa desenvolver o domínio e a habilidade de analisar fatos, encontrar soluções didáticas, propor a resolução de problemas, reconstruir saberes, reaprender, criar espaços para que o estudante vá além da informação, de um saber arraigado ou de um conhecimento inicial. A competência vai além do domínio e da articulação de conhecimentos específicos. Deve proporcionar ao professor e aos alunos a oportunidade de mobilizar, atualizar, extrapolar, produzir conhecimentos e aplicá-los em situações diversas. Para tanto, os saberes docentes são essenciais para a formação profissional e precisam ser valorizados na prática pedagógica.

Quais são os saberes que servem de base ao ofício de professor? Em outras palavras, quais são os conhecimentos, o saber-fazer, as competências e habilidades que o

professor mobiliza diariamente, na sala de aula e nas instituições escolares, a fim de efetivar as suas diversas tarefas?

Tardif (2003, p. 18) esclarece que o saber dos professores é plural, composto, estratégico, heterogêneo, “porque envolve, no próprio exercício do trabalho, conhecimentos e um saber fazer bastante diversos, provenientes de fontes variadas (...) e de natureza diferente”. É adquirido no contexto de sua história de vida e de sua carreira profissional. É temporal porque “ensinar supõe aprender a ensinar, ou seja, aprender a dominar progressivamente os saberes necessários à realização do trabalho docente” (TARDIF, 2003, p. 20). Isso também marca a construção da carreira, do saber profissional, a experiência de trabalho enquanto fundamento do saber, os saberes humanos acerca de outros seres humanos e sua interação, entre outros. Portanto, compreender a racionalidade do fazer pedagógico na sala de aula significa buscar desvelar as “certezas” que dão suporte às decisões do professor, explorar o universo que fundamenta seu agir pedagógico.

De acordo com Tardif (2003, p.36) os saberes docentes não se reduzem à “função de transmissão dos conhecimentos já construídos”, mas sua ação integra os conhecimentos advindos da formação profissional, os disciplinares, curriculares e experienciais, assim descritos:

- a) *saberes da formação profissional*: definidos como aqueles das ciências, da educação e da ideologia pedagógica; são transmitidos pelas instituições educacionais. Estes englobam os saberes pedagógicos, entendidos como aquelas doutrinas ou concepções que viabilizam a ação de ensinar. Constituem-se de técnicas de ensinar, relacionamento do professor-aluno, a fim de despertar a motivação e o interesse dos alunos pelo processo de aprendizagem. Os conhecimentos técnicos e pedagógicos correlacionam-se com as experiências vivenciadas nos contextos escolares, a partir de uma reflexão na prática e sobre a prática. Possibilitam ao professor construir competências, mobilizar conhecimentos prévios, articular e transformar os saberes necessários ao ensino (TARDIF, 2003, p. 37).
- b) *saberes disciplinares*: emergem dos diversos campos do conhecimento, “determinados em sua forma e conteúdo, produtos oriundos da tradição cultural e dos grupos produtores de saberes sociais”; são os saberes mais específicos, relacionados aos diversos campos do conhecimento de que dispõe a sociedade, como se encontram nas universidades e sob a forma de disciplinas (por exemplo, matemática, história, geografia etc.) (TARDIF, 2003, p. 38).

- c) *saberes curriculares*: correspondem aos discursos, objetivos, conteúdos, métodos e programas escolares, “a partir dos quais a instituição escolar categoriza e apresenta os saberes sociais por ela definidos e selecionados”; são incorporados à prática docente através das disciplinas, programas escolares, matérias e conteúdos a serem transmitidos (TARDIF, 2003, p. 38).
- d) *saberes da experiência*, construídos durante a vida escolar e vivências produzidas pelos professores no trabalho pedagógico cotidiano. Constituem o estilo pessoal de ensino, dos “macetes”, traços de personalidade, que se “expressam por um saber-ser e de um saber-fazer pessoais e profissionais validados pelo trabalho cotidiano” (TARDIF, 2003, p. 39).

Embora assim explicitados, tais saberes docentes estão interligados na formação e na atuação dos professores. Não se vinculam a nenhuma disciplina ou área de desenvolvimento específico, mas se aplicam à prática de todos os profissionais que pretendem ser professores. Em suma, para Tardif (2003, p. 39),

o professor ideal é alguém que deve conhecer sua matéria, sua disciplina e seu programa, além de possuir conhecimentos relativos às ciências da educação à pedagogia, e desenvolver um saber prático baseado em sua experiência cotidiana com os alunos.

Tais articulações entre os saberes e a prática do professor requerem desses profissionais, a capacidade de dominar, integrar e mobilizar tais conhecimentos e habilidades enquanto condições para a sua prática.

Os Referenciais para a formação de professores (1999) - documento elaborado pelo Ministério da Educação - embora contenham orientações mais específicas para a educação básica, nos ajudam a compreender e ampliar alguns dos saberes pedagógicos que precisam ser dominados por qualquer professor, mesmo na educação superior. São consideradas as dimensões:

- a) *Domínio curricular*: teorias do conhecimento; diferentes concepções de ensino e aprendizagem; fundamentos e princípios educacionais; objetivos de ensino, conteúdo, metodologia e avaliação; critérios e formas de selecionar, organizar e tratar didaticamente os conteúdos em função dos objetivos propostos; possibilidades de uso de recursos didáticos; função do livro/material didático e outras questões relacionadas ao desenvolvimento curricular propriamente dito. Entende-se que o currículo reflete a

sociedade onde ele está inserido e adquire sua forma: da sociedade provêm os conteúdos que são considerados fundamentais ao processo educativo, porque dessa sociedade, origina-se toda a cultura. Desse modo, os valores e a ética do educador colaborarão na escolha e definição dos conteúdos do ensino que serão considerados adequados à escolaridade do aluno e às atividades sociais que são determinantes das profissões (BRASIL, 1999, p. 94).

- b) *Questões de natureza didática, geral e específica*, aquelas que podem contribuir para a “tarefa de tematizar a educação, a relação ensino-aprendizagem, entender seu funcionamento e as variáveis que nele interferem, reconhecer a validade das intervenções pedagógicas e respectivas implicações na aprendizagem dos alunos” (BRASIL, 1999, p.94). Referem-se aos conhecimentos didáticos específicos. Requerem a clareza dos processos de aprendizagem do aluno, dos conteúdos de ensino e princípios metodológicos. Exigem a transposição didática e a compreensão das variáveis formais e não-formais de ensino-aprendizagem (contrato didático: regras gerais da escola que regulam as relações e condutas dos alunos e professores, com o conhecimento e as atividades escolares). Contemplam a articulação entre o conteúdo e as formas de ensiná-lo, a organização do espaço e do tempo escolar, a relação entre o propósito didático e os objetivos de realização pessoal do aluno. Incentivam o trabalho colaborativo e de interação em grupo. Equilibram o difícil e o possível para o aluno nas situações de aprendizagem; favorecem a inclusão dos estudantes com dificuldades, a intervenção pedagógica na aprendizagem, nos critérios de escolha e oferta de materiais, no planejamento, avaliação, registro de trabalho e de observação dos alunos (BRASIL, 1999, p. 96-97).
- c) *Avaliação*: concepções; finalidades; os diversos tipos e instrumentos avaliativos; compreender como os alunos aprendem; quais são os melhores instrumentos para avaliar cada turma; quais variáveis podem interferir na avaliação; uso adequado da avaliação; como avaliar metodologias adotadas, o processo de ensino, a escola, a prática docente e fazer a sua própria avaliação (BRASIL, 1999, p. 97-98).
- d) *Interação grupal*: saber agrupar os alunos consiste num importante recurso de socialização e estabelecimento de vínculos afetivos; contemplar possibilidades diversas de interação humana centradas nos conhecimentos dos alunos, desenvolvimento cognitivo e características pessoais; “aprende-se melhor num contexto de colaboração,

com pares que dominam diferentes níveis de conhecimento sobre o conteúdo a ser aprendido, tanto em situações formais como informais” (BRASIL, 1999, p. 99).

- e) *Relação professor-aluno*: compreensão da natureza de sua relação com os alunos; “desenvolver sensibilidade e capacidade de analisar a própria conduta, para identificar quando ela incide na dos alunos, assim como quando as atitudes dos alunos são determinantes da sua” - contribuir com o desenvolvimento da autonomia intelectual, reflexões acerca do que se faz, pensa e as consequências pessoais, profissionais e sociais responsáveis (BRASIL, 1999, p. 100).
- f) *Conteúdos de ensino*: domínio dos conteúdos; conhecimento do objeto de ensino que possibilitará a transposição didática; conhecimento de temas transversais ao currículo e dos debates atuais; consciência dos valores e concepções que veiculam em suas aulas, quando se relacionam com os alunos e outros integrantes da comunidade; a forma como se trabalha tais questões. “A reflexão e o domínio de conhecimentos sobre esses temas transversais ao currículo, e o desenvolvimento de atitudes pessoais coerentes com os princípios éticos, são fundamentais para a função educativa inerente à condição de professor” (BRASIL, 1999, p. 101).

Destas perspectivas e dimensões dos saberes docentes, cabe à formação profissional, favorecer procedimentos de produção de conhecimento pedagógico. Ou seja, convém possibilitar que o professor aprenda a “investigar, sistematizar e produzir conhecimento pedagógico [e outros saberes profissionais], por meio de observação, análise, formulação de hipótese” e construção de propostas de intervenção e de avaliação” (BRASIL, 1999, p. 102). Afinal, nenhum planejamento de ensino, por mais adequado e consistente que seja, dá conta da dinâmica e da complexidade do cotidiano que se reconstrói a cada dia.

Para tanto, se faz necessária a formação continuada do professor para formar um cidadão, crítico, reflexivo, capaz de tomar decisões, trabalhar em equipe de maneira cooperativa e colaborativa.

5. Formação contínua, reflexiva, crítica e investigativa do professor

Diante dos fatores considerados anteriormente, que constituem os saberes docentes, cabe ao professor, enquanto mediador da aprendizagem, atuar na sala de aula de forma flexível, integrada e contextualizada, “produto de uma mistura integrada de ciência, técnica

e arte”, caracterizada pela sensibilidade, criatividade, permitindo ao profissional, agir em situações variadas, complexas e indeterminadas (SCHÖN, 2000).

Para tanto, Alarcão (1996) ressalta a importância de se "reaprender a pensar" e para isto é indispensável “aprender a fazer fazendo”. Explicam os autores que por natureza, tais aspectos são inseparáveis e inerentes às ações dos professores, complementando os seus conhecimentos cotidianos, científicos, técnicos, didáticos, pedagógicos e tecnológicos. É nesse contexto de ensino-aprendizagem que Schön (1995), sugere o desenvolvimento e a construção do conhecimento na ação, ao mesmo tempo em que se exercita a reflexão na ação, a reflexão sobre a ação e, finalmente, a reflexão sobre a reflexão na ação.

Partimos da perspectiva de formação docente crítica, histórica, política e social, entendendo o sistema educativo como um processo que envolve questões relacionadas com o ensino e a aprendizagem, fundamentadas na concepção de homem como um ser dinâmico, colaborativo, reflexivo e interativo. Tal percepção favorece a compreensão global do processo educativo e abre espaço para uma discussão que vai muito além da simples análise de regras didáticas e de procedimentos inovadores. Deste ponto de vista, o ensino e a aprendizagem são considerados processos de responsabilidade tanto de professores como de alunos, nos quais ambos se inter-relacionam.

Pérez Gómez (1998), Gimeno Sacristán(1995), Alarcão (1996), Pimenta (1999), Zeichner (1987), entre outros, são pesquisadores que estudam e analisam as questões da formação inicial e contínua de professores e, conseqüentemente, da prática pedagógica e dos saberes docentes. Esses autores contribuem para a compreensão de que a reflexão é uma prática social, fundamental em qualquer processo formativo. A reflexão é essencial ao docente em seus processos de aprender-a-aprender, aprender-a-fazer, aprender-a-conviver e aprender-a-ser com e na escola, além de ajudá-lo a analisar o contexto de construção do conhecimento, do ensino e da aprendizagem. Nesse sentido, Nóvoa (1991) ressalta que “a formação deve estimular uma perspectiva crítico-reflexiva, que forneça aos professores, os meios de um pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de autoformação participada.”

John Dewey (1989), ao propor as concepções sobre o pensamento reflexivo do professor, diz que ser reflexivo, é desenvolver uma forma especial de pensar, que depende somente do indivíduo. Ou seja, o profissional precisa ter uma forte vontade, persistente e rigorosa naquilo que acredita ou no que normalmente pratica. Cabe-lhe identificar motivos que justificam as suas ações, convicções e, que iluminam as conseqüências a que

conduzem. Assim, empenhar-se na sua autoformação e autonomia, descobrir as próprias potencialidades, pois, conforme afirma Alarcão (1996), “só o conseguirá se refletir sobre o que faz e sobre o que vê fazer”.

Como requisito básico para ser um professor reflexivo, entre outros fatores, a autora ressalta a vontade, ou seja, o livre desejo, a energia e intenção - próprios do docente, de praticar atos que venham a efetivar mudanças necessárias:

É possível ser-se reflexivo? É desejável ser-se reflexivo? Para onde vamos com a nossa reflexão? É possível, mas difícil. Difícil pela falta de tradição. Difícil eventualmente pela falta de condições. Difícil sobretudo pela falta de vontade de mudar (ALARCÃO, 1996, p.186).

Assim, parece imprescindível e urgente a transformação da prática docente, a oferta de processos de formação continuada do professor para que ele consiga atender melhor as novas demandas da sala de aula. Entendemos que, uma vez identificadas algumas das dificuldades profissionais vividas pelo docente, esse possa se “armar” para desempenhar suas funções com mais facilidade e qualidade; ainda, adquirir atitudes e saberes que possam auxiliá-lo a agir de forma reflexiva, autônoma e inovadora nas complexas e incertas situações da sala de aula.

A realidade educacional contemporânea indica que só através do comprometimento efetivo com a educação e seus sujeitos, se poderá ir além do acesso ao conhecimento, com vistas a promover mudanças em suas ações, bem como a formação para a cidadania e a igualdade de direitos entre as pessoas. No processo de mudança, o compromisso, a vontade, a participação, a inovação e a competência profissional são fundamentais nas condutas dos envolvidos em qualquer reforma educativa. Segundo Dewey (1989), as mudanças na formação do professor e a modificação de sua postura exigem por parte dele, abertura de espírito, responsabilidade e empenho ao que se pretenda alterar e transformar.

Há que se considerar as questões acerca do desenvolvimento da identidade pessoal e profissional do professor, analisados por Nóvoa (1995). Entre outros, ajudam a compreender que o processo de formação implica em crescer e inter-relacionar-se nestas duas dimensões. Para tanto, entre outras políticas formativas da instituição que o abriga, o docente precisa antes de tudo, de fazer investimentos pessoais, reflexão pessoal e profissional, ter criatividade, entusiasmo, compromisso, predisposição e motivação para mudanças. Essas características são essenciais para a formação e desenvolvimento da

identidade pessoal e profissional do professor.

Nessa direção, a formação docente não pode visar apenas o acúmulo/domínio de conhecimentos específicos. Explica Estrela (1992), que é essencial a mudança de velhas atitudes, “por novos hábitos de rigor e de cientificidade, que lhe proporcionem um distanciamento na análise dos fenômenos que o envolvem e sobre os quais terá de atuar. Ora, só a iniciação na investigação lhe permitirá operar essa mudança de atitudes.”

Nota-se assim, que cabe ao professor buscar a continuidade da sua formação, para suprir as deficiências de sua trajetória. O saber científico fundamenta o conhecimento, sua análise e a contextualização das informações adquiridas. É fundamental no processo de formação, que o profissional professor faça reflexões profundas sobre os saberes pedagógicos, tecnológicos, experienciais, científicos e profissionais, assumindo a responsabilidade de seu próprio desenvolvimento pessoal e profissional (PIMENTA, 1999). Espera-se, portanto, que esse se constitua num processo de inovação, de mudanças pessoais, profissionais e institucionais, de autonomia no que se faz e pensa, trabalho em grupo, trocas de experiências e diálogo, decisivos na socialização e na emancipação profissional do professor.

As novas tendências de formação de professores apontam a escola como colaboradora na formação do cidadão, com igualdade de direitos ao proporcionar o acesso aos conhecimentos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Nº 9.394, de 20/12/1996, no artigo 2º, estabelece que “a educação (...) tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” BRASIL (1996). Espera-se, portanto, que dentro e fora da sala de aula, o professor crie oportunidades para que o estudante desenvolva aspectos relativos às suas dimensões: pessoal, técnica, humana, política e profissional, entre outros. Implica dizer que a prática do professor precisa visar o desenvolvimento das múltiplas capacidades e competências de seus educandos.

Destes pontos de vista, o professor é concebido como um mediador da aprendizagem. Conforme orienta Schön (1995), neste papel cabe-lhe explorar basicamente três funções: a) abordar os problemas que a atividade coloca; b) na sua ação pedagógica, escolher os procedimentos formativos e inovadores que são mais adequados às condições, características e aos conhecimentos prévios do aluno; c) tentar estabelecer com esse uma relação interativa, cooperativa, dialógica e propícia à aprendizagem.

O processo de mediação tecnopedagógica pressupõe a formação de professores competentes, reflexivos e pesquisadores. Segundo Cró (1998), a competência tem em seu ponto alto, o processo de desenvolvimento pessoal, imposta pelo próprio educador, para que adquira, progressivamente, maturidade emocional, autonomia, competência, equilíbrio contínuo das relações professor-aluno.

Tais ações podem favorecer o exercício autônomo e comprometido com as funções profissionais, que acontecem na realidade imprevisível que é a sala de aula. Para se efetivar as transformações da prática educativa, é fundamental desenvolver um ensino reflexivo. O professor precisa sempre se questionar, estar aberto às novas ideias, avaliar suas ações, desenvolver pesquisas, para que sua orientação às novas gerações seja mais segura e eficaz. Cabe-lhe proporcionar um ensino que favoreça o processo de transformação permanente do pensamento, das atitudes e dos comportamentos dos alunos, provocar a comparação entre as aquisições espontâneas, cotidianas com as proposições das disciplinas científicas e estimular sua experimentação na realidade.

6. Conclusão

As discussões sobre a realidade educativa, a prática pedagógica e a formação contínua precisam ser constantes na ação docente. Cabe ao professor buscar soluções e ações efetivas a serem desenvolvidas, com o apoio das instituições de ensino superior (IES) para melhorar a qualidade dos serviços prestados aos alunos no cotidiano da sala de aula. Afinal, sem a compreensão do que se faz, sem as competências e saberes docentes necessários, torna-se difícil ajudar o estudante a construir conhecimentos nos diversos âmbitos de sua formação. Sem a consciência do saber pensar e refletir e, sobretudo, sem a vontade de buscar inovações e mudanças no desempenho de seu trabalho, a ação pedagógica do educador não passa da mera reprodução de conteúdos e atividades definidas por outrem.

Entendemos que por angustiante que possa parecer algumas das circunstâncias vividas no cotidiano do professor e seus alunos, é fundamental acreditar que existe saída para a situação. Difícil? Sim. Talvez muito... mas é possível! Sobretudo se quem estiver envolvido neste contexto educativo, tiver vontade de mudar e apoio institucional para fazê-lo.

É fundamental perceber que não dá para mudar tudo de uma só vez. É importante

aceitar que as novas mudanças são lentas, exigem calma, tolerância, perseverança e longo prazo para se efetivarem. Além de que, é no exercício permanente do “aprender-fazendo”, é que se faz, erra e refaz para aprender. Progressivamente, a partir da maturidade e do interesse dos envolvidos no processo educativo é que se torna possível introduzir metodologias para a construção de conhecimentos e a formação docente reflexiva, crítica, inovadora e investigativa.

Referências

- ALARCÃO, Isabel (org). *Formação reflexiva dos professores: estratégias de supervisão*. Lisboa: Porto, 1996. (Coleção CIDInE).
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394 / 96, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referenciais para a formação de professores*. Brasília: SEEF, 1999.
- CASTRO, M. H. G. *Os desafios da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.
- CRÓ, Maria de Lurdes. *Formação inicial e contínua de educadores/professores*. Portugal: Porto, 1998.
- CUNHA, Maria Isabel da. *O professor universitário na transição dos paradigmas*. Araraquara: JM Editora. 1998.
- DEWEY, J. *Cómo pensamos*. Barcelona: Paidós, 1989.
- ESTRELA, Albano. *Pedagogia, ciência da educação?* Portugal: Porto, 1992.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1975.
- GIMENO SACRISTÁN. Consciência e ação sobre a prática como libertação profissional dos professores. In: NÓVOA, A. (org). *Profissão professor*. Porto: Porto, 1995.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Democratização da escola pública: a pedagogia crítica-social dos conteúdos*. São Paulo: Loyola, 2004.
- MORAES, Maria C. *Paradigma educacional emergente*. Campinas: Papirus, 1996.
- MORIN, Edgar. *Sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2000.
- NÓVOA, A. Concepções e práticas de formação contínua de professores. In: *Formação contínua de professores: realidades e perspectivas*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1991.
- NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: *Os professores e sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

PÉREZ, Gomes. As funções sociais da escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência. In: SACRISTÁN, J. Gimeno; PÉREZ, Gomes. *Compreender e transformar a escola*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

PERRENOUD, Philippe. *Pedagogia diferenciada: das intenções à ação*. Porto Alegre: Artes Médicas do Sul, 2000.

PERRENOUD, Philippe. *Construir as competências desde a escola*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: saberes e identidade. In: *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, Boaventura de S. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SAVIANI, Dermeval. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.

SHÖN, Donald A. *Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

SHÖN, Donald A. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A. *Os professores e sua formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2003.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. Uma perspectiva da educação superior no Brasil. Brasília: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v.50, n.111, jul./set. 1968, p.21-82.

ZABALZA, Miguel Ángel. *Diários de aula*. Porto: Porto, 1994.

ZEICHNER, K. *A formação reflexiva de professores: idéias e práticas*. Lisboa: Educa, 1987.

A LOGÍSTICA REVERSA COMO INSTRUMENTO DE AÇÃO NA GARANTIA DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: ANÁLISE DAS INOVAÇÕES TRAZIDAS PELA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

THE REVERSE LOGISTICS AS AN INSTRUMENT OF ACTION IN ENSURING ENVIRONMENTAL SUSTAINABILITY: AN ANALYSIS OF THE INNOVATIONS BROUGHT BY THE NATIONAL SOLID WASTE

Giovanna Cunha Mello Lazarini Gadia¹

Mário Ângelo de Oliveira Júnior²

Resumo: Os direitos fundamentais consagrados historicamente são recepcionados e positivados pelo constituinte originário na Carta Magna de 1988, conferindo aos indivíduos uma posição jurídica de direito subjetivo, tanto no aspecto material quanto no seu aspecto processual. A consequência precípua dessa positivação constitucional é o reconhecimento de seu caráter essencial para a concretização dos preceitos elencados pelo constituinte originário, para o desenvolvimento do Estado democrático de Direito. Nesse contexto, o presente trabalho visa analisar o direito fundamental ao meio ambiente sadio e equilibrado e sua concretização na legislação infraconstitucional. Isto porque, o caráter amplo e abstrato dos direitos fundamentais confere ao legislador ordinário políticas que consubstanciam os direitos previstos na Carta Magna nacional. A referida análise será realizada observando o mecanismo de logística reversa apresentado pela Política Nacional dos Resíduos Sólidos.

Palavras-Chaves: direito fundamental ao meio ambiente; sustentabilidade ambiental; resíduos sólidos; logística reversa.

Abstract: The fundamental rights enshrined historically positivized and are greeted by the original constituents in the Magna Carta of 1988, giving individuals a subjective right of the legal position, both in the material and in its procedural aspect. The consequence of this major duty is positive constitutional recognition of their essential nature to achieve the principles listed by the original representative, for the development of a democratic state of law. In this context, this study aims to examine the fundamental right to healthy environment, balanced, and its realization in the infra-constitutional legislation. This is because the broad and abstract nature of the fundamental rights conferred by the ordinary legislator policies that embody rights under the national Constitution. This analysis will be performed by looking at the mechanism of reverse logistics presented by the National Solid Waste

Key words: fundamental right to the environment; environmental sustainability; solid waste; reverse logistics.

¹ Advogada, pós-graduada em Direito Processual Civil e Direito Empresarial pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: giovannagadia@yahoo.com.br.

² Advogado, pós-graduando em Direito da Administração Pública pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: marioangelo@yahoo.com.br.

1. Introdução

A preocupação com a qualidade do meio ambiente é assunto de grande relevância, tanto no âmbito internacional quanto nacional. Exigem-se dos Estados-soberanos, políticas, medidas e instrumentos que garantam uma eficaz preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

A Constituição Federal de 1988 representou marco da concretização e constitucionalização dos direitos fundamentais na história do constitucionalismo brasileiro. O constituinte originário de 1988 apresentou o catálogo formal dos direitos fundamentais, presente no art. 5º do texto constitucional. No entanto, possibilitou a adoção do conceito materialmente aberto de direitos fundamentais, consagrado pelo art. 5º § 2º da Constituição da República, possibilitando ao intérprete/aplicador visualizar espécies de direitos fundamentais no decorrer do texto constitucional.

Mesmo que a previsão constitucional do direito ao meio ambiente sadio e equilibrado esteja fora do catálogo do Título II da Constituição Federal, dúvidas não há da natureza do direito ao meio ambiente como um direito fundamental, afastando, desde logo, qualquer questionamento acerca da fundamentabilidade da previsão do art. 225 da Carta Magna.

No entanto, mesmo com o grande avanço no campo ideal representado pela previsão na Constituição Federal do direito fundamental ambiental e, ainda, diante da existência de uma avançada legislação infraconstitucional que visa a regulamentar a previsão normativo-constitucional, o Brasil é um país notadamente marcado pelo desrespeito ecológico, praticado tanto pelos particulares quanto pelo poder público.

As políticas ambientais desenvolvidas em âmbito internacional exigiram do legislador nacional significativa adequação ideológico-normativa em sua tarefa legiferante, o que culminou com a necessidade de aplicadores e operadores do direito assumirem uma clara definição teórica e, conseqüentemente, legal de normas constitucionais que abrangem e reconheçam o direito ao ambiente sadio e equilibrado, como direito fundamental.

Neste contexto, a Lei 12.305, de 03 de agosto de 2010, ao instituir a Política Nacional de Resíduos Sólidos, representa marco na nova compreensão social da importância e necessidade de se promover mudanças no manejo do lixo, uma vez que está diretamente relacionada aos preceitos de desenvolvimento sustentável.

A referida espécie normativa elenca alguns mecanismos auxiliares na execução e desenvolvimentos dos objetivos e preceitos por ela apresentados. Neste diapasão, destaque ao

sistema de logística reversa, instrumento de ação na garantia da sustentabilidade ambiental, ideário normativo e principiológico buscado pela Constituição Federal.

2. O artigo 225 da Constituição e o direito fundamental garantido de um meio ambiente ecologicamente equilibrado para todos

Importante destacar que a elevação do direito ambiental à categoria de direito fundamental emergiu, principalmente, a partir da conferência de Estocolmo. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, reunida em Estocolmo de 5 a 16 de junho de 1972, atenta à necessidade de um critério e de princípios comuns que ofereçam aos povos do mundo inspiração e guia para preservar e melhorar o meio ambiente.

Em 1992, realizou-se no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), uma das maiores conferências mundiais relacionadas a problemas ambientais, conhecida como ECO 92. O objetivo principal da conferência era discutir medidas a serem adotadas para que se promovesse a diminuição da degradação ambiental.

Foram traçados princípios que se tornaram, mesmo que de forma embrionária, norteadores das negociações ambientais, e posteriormente adotados na elaboração da Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e, consequentemente, do Protocolo de Quioto.

Tal momento histórico representava uma nova fase da política mundial referente às mudanças climáticas e aos mecanismos de combate ao aquecimento global, na qual objetivava-se mitigar a expressiva alteração do clima mundial e suas consequências trágicas à humanidade.

Na esfera nacional, a Constituição de 1988 representa marco normativo, em caráter ambiental, ao elencar o direito ao meio ambiente como um direito fundamental inerente à pessoa humana, positivado, indiscutivelmente, no catálogo material dos direitos fundamentais. O dispositivo normativo apresentado no art. 225 da Carta Magna garante o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.

A Constituição Federal de 1988 consagrou como obrigação do Poder Público a defesa da preservação e garantia de efetividade do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. Assim, no caput do art. 225, o texto constitucional afirma ser o meio ambiente bem de

uso comum do povo, suscitando a utilização de todos os meios legislativos, administrativos e judiciais necessários à sua efetiva proteção, que possui um regime jurídico especial que exorbita o Direito Comum.

Neste sentido, conforme preleciona Gavião Filho,

Pode-se afirmar que a disposição do art. 225 da Constituição é um enunciado de direito fundamental que expressa a norma do direito fundamental ao ambiente. Trata-se de uma norma de direito fundamental porque, expressamente, dispõe que todos têm direito ao ambiente ecologicamente equilibrado, considerado como um bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, não devendo haver dúvida de que se trata de um direito fundamental. Além disso, deve-se acrescentar (...), que a norma do art. 225 vincula juridicamente a atuação do Legislativo, do Executivo e do Judiciário. A possibilidade de controle jurisdicional da realização do direito ao ambiente deixa claro que se trata de um direito fundamental (GAVIÃO FILHO, 2005, p. 37)

A legislação específica de matéria ambiental, visando alcançar a adequação necessária para ter eficácia jurídica frente à Constituição Federal de 1988, buscou atualização e compatibilidade principiológica. Destaque, num primeiro momento, à Política Nacional do Meio Ambiente apresentada pela Lei 6.938/81, responsável por traçar toda a sistemática necessária para aplicação da política ambiental, objetivando, precipuamente, abarcar a efetividade dos princípios contidos no artigo 225 da Constituição Federal.

A supracitada lei apresenta o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), constituído por uma rede de agências ambientais - instituições e órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público - com finalidade de dar cumprimento aos princípios supracitados e às normas infraconstitucionais nas diversas esferas da Federação.

Ademais, é possível constatar a existência de legislação ambiental específica anterior à promulgação da Constituição Federal de 1988. No entanto, a tutela do meio ambiente atingiu expressivo grau de segurança jurídica por meio da constitucionalização do direito fundamental ao meio ambiente equilibrado.

Orientado pela importância da questão ambiental, Canotilho concebe a ideia de um verdadeiro Estado Constitucional Ecológico (nacional e internacional), fundado no conceito de Democracia Sustentada, em face dos seguintes argumentos: (1) que o Estado Constitucional, além de ser e dever ser um Estado de Direito Democrático e Social, deve ser

também um Estado regido por princípios ecológicos; (2) que o Estado Ecológico aponta para formas novas de participação política sugestivamente condensadas na expressão democracia sustentada, o que eleva o meio ambiente a um status de fim e tarefa do Estado, da Sociedade e do Mercado, como direito subjetivo fundamental (CANOTILHO apud SARLET, 2003, p. 494).

Sendo a tutela ambiental um direito-dever erga omnes, na esteira do que dispõe o art. 225 da Constituição Federal, existe uma situação de solidariedade jurídica e de solidariedade ética em que os sujeitos encontram-se em pólos difusos.

2.1. Meio ambiente equilibrado: um direito fundamental de terceira geração

O catálogo dos direitos fundamentais apresentado pelo Constituinte de 88, tanto no aspecto formal quanto material da Constituição Federal, é fruto, teórico-prático, da evolução dos direitos fundamentais através de uma perspectiva histórico-evolucionista, apresentada a partir das dimensões dos direitos fundamentais. Tomaremos, no presente trabalho, a concepção de quatro dimensões. Importante destacar que ao se adotar a aquisição dos direitos fundamentais a partir da concepção de gerações, indica, essencialmente, o caráter cumulativo e evolucionista desses direitos no tempo.

Os direitos fundamentais de primeira dimensão, relacionados ao tema liberdade defendido pelos revolucionários franceses, têm como titular o indivíduo. São os direitos e garantias individuais e políticos clássicos, oponíveis, em sua essência, ao Estado, impondo-lhe um dever de abstenção (caráter negativo). Constata-se o surgimento das primeiras Constituições escritas, nas quais são consagrados os direitos fundamentais ligados aos valores liberdade, à vida, à propriedade e igualdade perante a lei, e os direitos de participação política, denominados de direitos civis e políticos. Destaque à intervenção mínima do Estado frente aos anseios individuais da classe burguesa em ascensão.

Os direitos fundamentais de segunda dimensão se apresentam ligados a uma concepção de igualdade material. São os direitos sociais, econômicos e culturais, advindos da Revolução Industrial (Século XVIII), frutos dos constantes conflitos entre proletariados e os detentores dos meios de produção. Clama-se por prestações jurídicos-materiais exigíveis para a redução das desigualdades materialmente existente, confere-se importante responsabilidade ao ente estatal.

Neste contexto, destaque à constitucionalização dos direitos sociais, culturais e econômicos que inauguram uma nova fase da política estatal, caracterizada pela intervenção estatal na realidade privada, culminando com o Estado de Bem-Estar Social. Sendo assim, caberia ao Estado, colocar à disposição do indivíduo os meios materiais necessários para a conquista e manutenção de sua liberdade, através de uma postura ativa e não apenas de não-intervenção. Desta forma,

Os direitos fundamentais de segunda dimensão são os direitos sociais, culturais e econômicos bem como os direitos coletivos ou de coletividades, introduzidos no constitucionalismo das distintas formas de Estado Social, depois que germinaram por obra da ideologia e da reflexão antiliberal deste século. Nasceram abraçados ao princípio da igualdade, do qual não se podem separar, pois fazê-lo equivaleria a desmembrá-los da razão de ser que os ampara e estimula. (BONAVIDES, 2006, 560).

Os direitos fundamentais da terceira geração - econômicos, sociais, culturais - são também reconhecidos como direitos positivos, por exigirem prestações positivas do Estado. São direitos que exigem a participação e colaboração de nações desenvolvidas e subdesenvolvidas. São compreendidos como direitos transindividuais - seus titulares são pessoas indeterminadas - destinados precipuamente à proteção do gênero humano.

O direito ao meio ambiente sadio e equilibrado, consagrado na Carta Magna de 1988, pode ser classificado, segundo a melhor doutrina, como um direito fundamental da terceira dimensão. Tais direitos apresentam nota distintiva dos direitos fundamentais das dimensões antecedentes, pois se desprendem, em princípio, da figura do homem-indivíduo como seu titular, destinando-se à proteção de grupos humanos (SARLET, 2010, p.48). Sendo assim, caracterizando-se como direitos de titularidade coletiva ou difusa.

Evidencia-se que a efetividade deste direito fundamental somente é viável como participação da coletividade em conjugação com o Poder Público. Além disso, é mister atuação não restrita aos limites Estaduais, mas sim supranacionais, do contrário não se pode falar em efetividade, como bem assevera José Rubens Morato Leite,

Pelo que se pode concluir, este direito fundamental inclui uma concepção jurídicopolítica de solidariedade, pois não se buscam a garantia ou a segurança individual contra determinados atos, nem mesmo a garantia e segurança coletiva, mas, sim, tem-se como destinatário final o próprio gênero humano e, paralelamente, a natureza, com vistas à preservação da capacidade funcional do ecossistema (...). A preocupação com a preservação

ambiental ultrapassa o plano das presentes gerações, e busca proteção para as gerações futuras. É, de fato, a proclamação de um direito fundamental intergeracional de participação solidária e, como consequência, extrapola, em seu alcance, o direito nacional de cada Estado soberano e atinge um patamar intercomunitário, caracterizando-se como um direito que assiste a toda humanidade (MORATO LEITE, 2003, p.89-91).

Para José Adércio Leite de Sampaio, os direitos fundamentais de terceira geração inspiram a ideia de que somos todos habitantes de um mesmo e frágil mundo a exigir um conserto universal com vistas a manter as condições da habitabilidade para as presentes e futuras gerações (SAMPAIO, 2004, p. 293).

Os direitos de quarta dimensão compreendem os direitos do homem em âmbito internacional, abrangendo as Declarações, Pactos e Cartas Internacionais e têm como marco o ano de 1948 (Nações Unidas assinam a Declaração Universal dos Direitos do Homem). Apresentam clara pluralidade ideológico-normativa; tendem a um processo de desnacionalização dos indivíduos, visto que não estão adstritos a fronteiras geográfico-territoriais. São direitos como a democracia, a informação e o pluralismo. São resultados da globalização política e sua consequente inserção no sistema jurídico nacional. Segundo Paulo Bonavides,

são direitos de quarta geração direito à democracia, o direito à informação e o direito ao pluralismo. Deles depende a concretização da sociedade aberta do futuro, em sua dimensão de máxima universalidade, para a qual parece o mundo inclinar-se no plano de todas as relações de convivência (BONAVIDES, 2006, p. 571-572).

O desenvolvimento da concepção de direitos fundamentais construído no decorrer das dimensões citadas possibilitou ao legislador constituinte a efetivação de processo positivação e sistematização. Consequentemente, ao legislador ordinário, em sua atividade legiferante fica atribuída a necessidade de desenvolver e concretizar os anseios normativo-ideológicos previstos Carta Magna.

3. A política nacional de resíduos sólidos

Ao se iniciar o estudo sobre a lei que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, faz-se indispensável, para uma melhor compreensão do tema, trazer à baila algumas

considerações sobre a poluição causada por essa modalidade de resíduos. Trata-se de um dos principais mecanismos poluidores do planeta, fato que gera a preocupação e o debate de toda sociedade e do Poder Público que a representa.

Segundo Celso Antonio Pacheco Fiorillo, “lixo e resíduo tendem a significar a mesma coisa. De forma genérica, (...) é o “resto”, a “sobra” não aproveitada pelo próprio sistema (...)” (FIORILLO, 2003, p. 146). Entretanto, o mesmo autor enfatiza que através de estudos se pode constatar que o termo resíduo possui sentido mais amplo e técnico. Ensina ainda, em sua obra, que o lixo, do ponto de vista econômico, é “resto sem valor”, enquanto “resíduo é meramente o resto”. Juridicamente, entretanto, lixo e resíduo são igualmente tratados como poluentes.

O aumento da quantidade de resíduos sólidos tem profunda relação com o crescimento populacional e com as imposições da sociedade de consumo que vemos atualmente. Como muito bem colocado por Paulo Affonso Leme Machado,

o volume dos resíduos sólidos está crescendo com o incremento do consumo e com a maior venda dos produtos. Destarte, a toxicidade dos resíduos sólidos está aumentando com o maior uso de produtos químicos, pesticidas, com o advento da energia atômica. Seus problemas estão sendo ampliados pelo crescimento da concentração das populações urbanas e pela diminuição ou encarecimento das áreas destinadas a aterros sanitários (MACHADO, 1991, p.338)

Os problemas decorrentes do depósito desordenado de resíduos sólidos são a contaminação do solo e a poluição atmosférica, o comprometimento da qualidade dos lençóis freáticos e das águas superficiais. Também se verifica diversos riscos à saúde pública pela multiplicação de várias espécies de doenças e, não menos alarmante, o agravamento de problemas sociais pela presença de pessoas que sobrevivem dos resíduos inadequadamente acumulados nestes locais, expostas a todas as modalidades de riscos ali existentes.

Essas situações acabam por impor ao Poder Público a busca pelo tratamento da questão com comprometimento e presteza, de modo a fazer valer o dispositivo constitucional que garante o meio ambiente equilibrado como direito fundamental.

Na definição constante do art. 3º, inciso XVI da lei 12.305, resíduos sólidos podem ser considerados

material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe a proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia possível.

Ainda que caracterizados como “sólidos”, a lei também ampliou a possibilidade de ação sobre resíduos compostos por gases ou líquidos que não tenham viabilidade para serem lançados nos canais do sistema de esgoto ou nos leitos d'água.

Milhares de brasileiros encontram seu sustento atualmente nos lixos das cidades. Essa situação lamentável não poderia quedar indiferente durante muito mais tempo para a sociedade e para as autoridades. A Constituição de 1988 determina em seu artigo 225 a garantia a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, direito fundamental profundamente relacionado a uma vida com qualidade.

E a lei 12.305, de agosto de 2010, vem unir forças ao direcionamento constitucional garantidor de um ambiente equilibrado como direito fundamental trazendo em seu bojo diversas metas para solução e melhoria do tratamento das questões relacionadas ao lixo, bem como mecanismos para que estes resultados sejam efetivamente alcançados.

Seu conjunto traz em si os princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações que devem ser adotados pelo Governo Federal isoladamente ou em sistema de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares na busca de um adequado gerenciamento dos resíduos sólidos.

Ao expressar seus princípios norteadores, elenca, dentre vasto rol, os da Prevenção e Precaução, demonstrando a mudança de paradigmas que a embasa, no sentido de que o conceito regente da atuação em defesa do ambiente deve ser não somente aquele que garante a restauração e o ressarcimento dos prejuízos causados, mas, principalmente, aquele que conscientiza, educa e previne essas lesões. Confirmando essa linha de pensamento preventivo, ressalta ainda como princípio o desenvolvimento sustentável.

É marcante a característica da lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos de conclamar a todos os setores da sociedade, somando esforços de ação do Poder Público e da iniciativa privada para alcançar os resultados desejados e necessários. Tal posicionamento tem essa importância consagrada no texto constante do inciso VI do artigo 6º, que diz ser a cooperação entre as diferentes esferas do Poder Público, do setor empresarial e demais

segmentos da sociedade um dos princípios que também fundamentam a Política Nacional dos Resíduos Sólidos.

Mais ainda. Pode-se perceber a maturidade que norteia o desenvolvimento da linha de posicionamento do legislador constatando-se que o mesmo busca, além de sanar as questões primárias que envolvem os resíduos sólidos, ampliar sua margem de atuação até o complexo cenário formado pelas pessoas que se valem do lixo para viver. É o que se depreende da análise do inciso VIII do artigo 6º que determina o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania.

O Estado poderá, através da efetiva execução da Lei 12.305, solucionar a delicada situação daqueles que se utilizam dos resíduos sólidos como bem de consumo, transformando sua condição, da sobrevida que se vê, na real e devida vida com qualidade prevista na Carta Magna brasileira.

Esse é um dos objetivos constantes da lei que instituiu a Política Nacional dos Resíduos Sólidos, que expressou em seu conteúdo a necessidade de se proporcionar a integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. É mais uma inovação do novo diploma que demonstra a evolução do pensamento ambiental e visão do lixo como insumo produtivo e capacitado a gerar renda.

A evolução de pensamento trazida pela conscientização ambiental nos coloca frente a uma lei que oferece à sociedade mecanismos de resgate e manutenção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988.

Como se percebe, a Lei 12.305 de 2010 se vale de um tripé sólido e coeso para concretizar suas metas. Os princípios, elencados em seu artigo 6º, norteiam a leitura e interpretação da lei, dotando o pensamento do intérprete de subsídios para uma melhor compreensão da essência e abrangência do tema; os objetivos, enumerados em seu artigo 7º, demonstram o propósito do diploma, detalhando em quinze incisos o posicionamento do legislador quanto aos resultados almejados na aplicação da lei; finalmente, os instrumentos que serão utilizados na concretização dos objetivos intentados pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispostos em seu artigo 8º.

Ao tratar de instrumentos, percebe-se que o legislador agiu de modo a dotar a lei de mecanismos reais para a sua eficiência, delimitando ao máximo suas ações e o modo mais eficaz de sua concretização.

No mundo moderno e globalizado em que atualmente vivemos, sociedade e Poder Público compreendem cada vez mais que, muito além da busca por interesses particulares ou individuais, é necessário que se busque a satisfação de uma diversidade de questões sociais coletivas e ambientais. Diante da nítida redução de tempo de vida útil dos produtos em todos os setores da atividade humana, o consumo crescente e tantas vezes excessivo, bem como da enorme introdução de novos modelos de produtos no mercado, tornando os anteriores obsoletos e ultrapassados, a tendência à descartabilidade se torna uma constante e, por consequência, indispensável se torna a utilização de mecanismos que sirvam de instrumento à reutilização desses produtos, diminuindo o volume de lixo e gerando novas possibilidades de renda.

Os sistemas de logística reversa figuram como um desses instrumentos, juntamente com outras ferramentas que implementam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

4. Logística reversa: definição e aplicabilidade

A logística, segundo Paulo Roberto Leite,

pode ser entendida como uma das mais antigas e inerentes atividades humanas na medida em que sua principal missão é disponibilizar bens e serviços gerados por uma sociedade, nos locais, no tempo, nas quantidades e na qualidade em que são necessários aos utilizadores (LEITE, 2009, p.15-16).

Segundo o conteúdo da lei 12.305 de 2010, pode-se definir logística reversa como “o instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.”

É esta a transcrição literal do artigo 3º, inciso XII, que traz em seu bojo a necessidade premente do prévio conhecimento do conceito do instituto para que se possa realizar uma real e efetiva interpretação do texto legal.

Relevante é traçar um paralelo entre logística direta e logística reversa, que, como conceito adotado na nova lei, concentra em si a novidade em sua interpretação, gerando muitas vezes controvérsias na análise de seu conteúdo.

A logística direta pode ser entendida como um processo divergente, onde o produto sai de um produtor e chega a diversos clientes. Já a logística reversa pode ser abordada como um processo convergente, onde os produtos saem dos diversos clientes chegando a uma ou poucas empresas receptoras (MIGUEZ, 2010, p. 5). É o circuito de etapas através dos quais os bens produzidos são comercializados até o momento em que são utilizados pelo consumidor final. Enquanto que na logística direta há uma possibilidade de previsão no desenvolvimento do processo, em razão da característica da uniformidade da embalagem do produto, do preço, de sua qualidade e da facilidade da negociação em razão de sua visibilidade, o mecanismo de logística reversa encontra dificuldades dado a maior dificuldade em sua previsibilidade e ausência de uniformidade em sua embalagem, qualidade e preço, dentre outros fatores que, somados, agregam maior grau de dificuldade em sua realização.

A logística reversa relaciona-se ao papel da logística na reciclagem, na disposição de resíduos e gerenciamento de materiais perigosos. Ampliando estas perspectivas, inclui todas as questões relacionadas com as atividades logísticas para cuidar da redução de resíduos, reciclagem, substituição, reuso de materiais e descarte. Os canais de distribuição reversos oferecem mecanismos que possibilitam a recolocação de produtos que tiveram sua vida útil extinta novamente no ciclo produtivo, readquirindo valor por meio do reaproveitamento de seus materiais componentes.

4.1 Abrangência na lei que instituiu a política nacional de resíduos sólidos. O uso da logística reversa como instrumento de concretização do instituto da responsabilidade compartilhada

O sistema de logística reversa é tratado na Política Nacional de Resíduos Sólidos como um dos instrumentos auxiliares na consecução do sucesso das metas a que a lei se propõe.

O art. 33 do mencionado diploma legal determina serem obrigados a estruturar e implementar sistema de logística reversa, através de retorno dos produtos após o uso do consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos todos aqueles caracterizados como fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, pilhas e baterias, pneus, óleos

lubrificantes, seus resíduos e embalagens, lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódios e mercúrio e de luz mista e, finalmente, de produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

Ressalta-se que a legislação, ao atribuir a responsabilidade compartilhada entre aqueles que fabricam, importam, distribuem e comercializam produtos cuja natureza é reaproveitável constrói um novo paradigma fundado na atribuição de ônus a todas as fases do processo produtivo em razão de seu potencial lesivo ao meio ambiente.

A responsabilidade compartilhada é o marco fundamental proposto como resposta para os problemas que envolvem a destinação final dos resíduos sólidos, impondo que todas as partes comprometidas com o ciclo de vida da mercadoria se responsabilizem, segundo a atividade que desenvolva, no tratamento e direcionamento adequado dos resíduos gerados após o consumo. Objetiva-se, através da implementação dos sistemas de logística reversa, envolver todos os elos do processo de produção e consumo nas questões relacionadas à coleta e restituição dos resíduos sólidos para o setor empresarial visando seu reaproveitamento em outro ciclo produtivo ou mesmo adequando sua destinação final.

A linha de pensamento segue o preceito constitucional contido no art. 225 da Carta Magna brasileira, que determina ser dever de todos a proteção do meio ambiente. Verifica-se a distribuição de responsabilidades pela gestão, tratamento e destinação dos resíduos sólidos, determinando a cada um assumir sua parcela conforme a atividade exercida.

Desta feita, a questão dos resíduos sólidos deixa de ser tratada como de responsabilidade exclusiva do Poder Público e passa a ser compartilhada por todos os integrantes da cadeia produtiva, da fabricação à destinação final.

Mais ainda. A noção da responsabilidade compartilhada amplia em muito a utilização dos sistemas de logística reversa, visto que estes atuam como mecanismos importantes na reutilização do que foi produzido, usado e que pode tornar a ter valor de mercado. Também contribuem em muito na redução do volume de resíduos despejado em aterros sanitários e nos lixões, que, a despeito de estarem em vias de serem extintos, conforme dispositivo constante da Lei 12.305, ainda figuram como um dos grandes desafios de mudança que a Política Nacional de Resíduos Sólidos se propõe a fazer.

Embora se verifique que a nova postura trazida pela Política Nacional de Resíduos Sólidos conclama a participação de todas as esferas da sociedade, o Poder Público não deve se valer desta concepção para deixar de atuar no cumprimento de seu papel de fundamental articulador do processo, responsável por toda a execução da proposta e cobrança de sua efetivação.

4.2 Aplicabilidade da logística reversa: mecanismos de ação na nova lei

A lei que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, além de elencar os produtos em que será utilizada a logística reversa em seus ciclos produtivos traz, viabilizando a concretização de sua aplicação, um rol de mecanismos e posturas a serem adotados no cumprimento da imposição legal.

Assim é que o §3º do artigo 33 determina a implementação de procedimentos de compra de produtos ou embalagens usados, a disponibilização de postos de entrega de resíduos reutilizáveis e recicláveis, a atuação em parceria com cooperativas ou outras formas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro.

São medidas indispensáveis para que o sistema de logística reversa seja efetivamente aplicado e que se torne apto a gerar resultados. A compra dos produtos e embalagens usados é um poderoso instrumento de mudança na condição dos catadores que se valem do conteúdo dos lixos para sobreviver. Aliando sua capacitação à adequação da retirada dos resíduos e seu consequente reaproveitamento, o lixo, que antes figurava como posto de risco e possibilidade de precária sobrevivência pode vir a se tornar novamente mercadoria digna de valor e fator de melhoria na vida de muitos cidadãos.

De igual maneira a criação dos postos para recolhimento de resíduos reutilizáveis e recicláveis atua como fator agregador ao processo, ampliando o rol dos locais credenciados a receberem da sociedade o retorno dos resíduos referentes à utilização de bens de consumo. É mais uma opção na busca da educação dos cidadãos, servindo como incentivador na conscientização da importância da separação dos resíduos recicláveis e reutilizáveis e viabilizando seu consequente retorno ao ciclo produtivo.

Relevante enfatizar que ainda no corpo do artigo 33 da lei, § 4º tem-se novamente a noção de responsabilidade compartilhada também relacionada aos consumidores dos produtos, que deverão efetuar a devolução aos comerciantes ou distribuidores das embalagens e dos produtos capacitados ao sistema de logística reversa após o término de seu uso regular. A organização legal determina que os consumidores devolvam os resíduos a seu fornecedor ou ao comerciante responsável, e estes, por sua vez, encaminhem os mesmos aos fabricantes ou importadores dos produtos mencionados. São esses últimos os responsáveis pela

destinação ambientalmente adequada dos resíduos inerentes aos produtos fabricados/importados.

Ainda como instrumento de efetivação dos sistemas de logística reversa a serem implementados, tem-se a possibilidade de, através de acordo setorial ou termo de compromisso, o Poder Público assumir a responsabilidade imputada aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes pela coleta e destinação dos produtos e embalagens relacionados pela legislação. Tal atuação do Poder Público, segundo o § 7º da lei deverá ser remunerada conforme acordo firmado entre as partes.

5. Conclusão

Dentre os direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal de 1988, verifica-se importância e tratamento ímpar destinado àquele que estabelece o meio ambiente ecologicamente equilibrado como premissa básica para a vida de todos os seres humanos.

Seguindo a orientação constitucional, a promulgação da Lei 12.305, de 03 de agosto de 2010, institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que atua como um marco na nova compreensão social da imperiosa necessidade de se promover mudanças no manejo do lixo como um dos mecanismos de proteção e recuperação ambiental.

Fundada no tripé que estabelece princípios básicos norteadores da nova Política, objetivos a serem alcançados e instrumentos que viabilizam a consecução das metas almejadas, a lei 12.305 vem dotada de um arcabouço de propostas efetivas para a solução dos problemas relacionados ao acúmulo de resíduos sólidos.

Dentre os mecanismos que oferece como auxiliares na execução e desenvolvimento de seu conteúdo, implementa o sistema de logística reversa. Tal instituto tem como premissa a reciclagem/reutilização de produtos e embalagens que após o uso regular foram inadequadamente despojados. Através da logística reversa, fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes são conclamados a assumir a responsabilidade de suas atividades, sendo a eles imputada a obrigação de proceder à destinação correta dos resíduos produzidos a elas relacionados.

A sociedade também é chamada a participar, visto que, para que se aperfeiçoe, o ciclo da logística reversa pode e deve ter início na atuação individual, através da ação do consumidor final que devolve corretamente a embalagem ou o produto utilizado.

A responsabilidade compartilhada entre os elos do processo produtivo, e também entre consumidor e Poder Público, dá força ao instituto e faz com que, através da conscientização e compreensão, a importância de seu funcionamento seja captada por toda sociedade.

O repensar da cadeia produtiva e de consumo incontestavelmente culminará em uma maior força de investimentos da indústria em tecnologia na criação de novas embalagens, na educação ambiental para aproximar o consumidor ao conceito de responsabilidade e, conseqüentemente, a um melhor aproveitamento dos materiais envolvidos no processo.

6. Referências

BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. 19ª ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. *Curso de direito ambiental brasileiro*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

GAVIÃO FILHO, Anízio Pires. *Direito fundamental ao ambiente*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

LEITE, Paulo Roberto. *Logística reversa, meio ambiente e competitividade*. 2ª ed. São Paulo: Pearson 2009.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito ambiental brasileiro*. 3ª. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.

MIGUEZ, Eduardo Correia. *Logística reversa como solução para o problema do lixo eletrônico – benefícios ambientais e financeiros*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2010.

MORATO LEITE, José Rubens; AYALA, Patrick de Araújo. *Direito ambiental na sociedade de risco*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

SAMPAIO, José Adércio Leite. *Direitos fundamentais: retórica e Historicidade*. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.